

APARECIDO FRANCISCO BERTOCHI

**A FORMAÇÃO TEÓRICA DE BUKHÁRIN E A
TRANSIÇÃO NA URSS: 1906 -1921**

Marília
2005

APARECIDO FRANCISCO BERTOCHI

A FORMAÇÃO TEÓRICA DE BUKHÁRIN E A TRANSIÇÃO NA URSS: 1906 -1921

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia e Ciências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de
Marília, para obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais (Área de concentração: Ciências
Sociais)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Marília
2005

APARECIDO FRANCISCO BERTOCHI

**A FORMAÇÃO TEÓRICA DE BUKHÁRIN E A
TRANSIÇÃO NA URSS: 1906 -1921**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Presidente e Orientador.....

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

1º examinador.....

Prof. Dr. Armen Mamigonian

2º examinador.....

Marília

2005

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

ao meu orientador Prof. Marcos Tadeu Del Roio pela amizade e o incansável estímulo crítico oferecido ao longo de toda a pesquisa, colocando pacientemente sempre novos e maiores desafios;

ao Prof. Antonio Carlos Mazzeo pelo estímulo crítico, o apoio constante e as tantas longas noites de discussões e sugestões;

ao Prof. Paulo R. Cunha pelo incansável apoio, estímulo e ajuda na aquisição de material bibliográfico;

ao Prof. Giovanni Pinto Alves pelo incentivo;

ao Prof. Antonio Nascimento pela resistência e o exemplo na luta;

ao Prof. Tullo Vigevani pelo humor crítico e o incentivo;

à Profa. Fátima A. Cabral pelo constante incentivo;

aos Profs. e Profas. Sueli A. Felix, Célia A. Ferreira Tolentino, Maria Orlanda Pinassi, Maria Isabel Loureiro, Christina de Rezende Rubim, Ethel Volfzon Kosminsky, Barbara Fadel, Francisco L. Corsi, Edenir de Carvalho, Aluísio Schumacher e Eli Pimenta por toda dedicação e apoio;

a todos os funcionários do Campus da Unesp de Marília por meio das sras. Ilza, Solange, Cecília, Madalena, Rita, Aline, Iara, Marines, Edna e dos srs. Valentin, Benedito, Hamilton, Oswaldo etc.

as amigas de todas as gerações e momentos: Edilene Cruz, Milce Ferreira, Rute Bernardo, Andréia Pântano, Carla Isidoro, Malú Militão, Gislaine Pereira, Denyse Lopes, Celinha, Tiazinha, Marina, Adriana DF, Adriana fenômeno, Laura Fernanda Cimino, Daniela Couloris, Valéria, Viviane, Márcia, Virginia, Ana Carolina Grecco, Izabel Lagoa, Silvia Helena, Lú Florindo, Luciana Nonato, Cristina Né Freire, Elizabete Neves, Ana Carolina Ramos, Fernanda Silva, Iara, Rafaela, Graziella, Rúbia, Patrícia, Adriana Pastorello, Ana Cláudia do PCdB, Márcia, Patrícia, Princesa Assis, Nê, Sara, Simone, Carolina, Janete, Cléo, Mariana, Leila, Cláudia, Renata, Pri e Cibele japas, Lú morena, Lú Ramin, Luana, Carol, Cris, Dani santista, Rosangela do xerox, Rita e meninas da casa seis em 1993; e

aos camaradas de lutas Marcy Negrão, Judenir Antonio, Geraldo Magella, Antonio Guedes Filho, Cláudio Reis, Leo Lessin, Leozinho, Rogérinho, Andrei, Vinicius Ortiz, Ricardo Lima, Lourenço, Boris, Judeo, Paulão, Daniel, Nelsão, Ronaldo, Humberto Oliveira, Araré, Fábio Jr, Rodrigo, Marceu, Zé, Daniel carioca, Oseías, Evaldo, Carioca, Ricardo santista, Carlão, Hécio, Navarro, Aislan, Rodolfo, Bruno, Gustavo, Pastore, Mascote, Amaury Jr, Osnilson, Fabião, Macaé, Chiquinho, Chiquinho cearense, Maurição, Alê, André, Irceu, Wander, Kid, Bulú, Ronan, André Berge, Ximbika, Santi, Toninho, Marcelão, Alemão, Nego-doído do Hap, Hércules do xerox, Eduardo Kanashiro, aos moradores do velho *Comando*, e

a todos aqueles(as) que infelizmente não lembro o nome, mas que compartilharam dessa inigualável comunidade unespiana ao longo destes longos dez anos de muito carinho, festas, greves, companheirismo, lutas e amizade.

*Aos meus pais Joaquim e Nice(in memorian),
A Cecília, Ana Livia e Thiago, com meu indelével e radical amor,
pois mais profundo que o tempo, o espaço, os limites. Insustentável
leveza a mover em minha alma infindáveis revoluções*

Resumo

Introdução.....	11
-----------------	----

Capítulo I - Bukhárin: a trajetória do pêndulo entre duas revoluções

1.1. Alguns aspectos sobre a vida e a obra de N. Bukhárin.....	23
1.2. Bukhárin entre a formação bolchevique e o internacionalismo operário.....	26
1.3. A crítica de Bukhárin à economia política do rentista.....	43

Capítulo II - Estado imperialista e guerra

2.1. A guerra, o imperialismo e a questão do Estado.....	59
2.2. A concepção de revolução socialista em Bukhárin.....	76
2.3. A questão do capitalismo de Estado e o exílio americano.....	92

Capítulo III - As Origens da NEP

3.1. Bukhárin, a revolução socialista e o comunismo de esquerda.....	106
3.2. O comunismo de guerra e a transição direta ao socialismo.....	136
3.3. O ABC do comunismo, o Tratado e as origens da NEP.....	155
Considerações finais.....	187
Referências Bibliográficas.....	198

RESUMO

Esta pesquisa objetiva resgatar a formação teórica e política do *comunista de esquerda* Nikolai Ivanovitch Bukhárin, por meio da análise de suas obras, como da consulta às obras de Lenin, de historiadores e de comentadores, visando a compreensão do processo de *transição direta ao comunismo* na URSS, entre 1918-1921. Por meio de sua profícua produção política Bukhárin foi um dos teóricos bolcheviques que mais contribuiu, entre 1912 até 1921, ao lado de Lenin, para o aprofundamento das questões do imperialismo, do Estado e da *transição*, particularmente, da soviética, no interior das correntes marxistas contemporâneas. Foi a partir da elaboração de sua teoria sobre o *imperialismo* e, posteriormente, também da de Lenin, que se formaram, nas correntes marxistas contemporâneas, as concepções atuais que embasam a compreensão teórica do imperialismo e da globalização. Autor de teses originais e muito polêmicas, Bukhárin foi durante boa parte de sua vida membro e um dos líderes do *grupo dos comunistas de esquerda*, e esteve em frontal oposição às propostas e idéias de Lenin, em diversas circunstâncias. Porém, isso nunca foi motivo suficiente para provocar uma ruptura efetiva entre ambos. Mas, ao contrário, estes debates contribuíram muito para o amadurecimento do pensamento teórico destes dois importantes formuladores da primeira tentativa concreta de *transição ao socialismo*, buscada durante a constituição da URSS.

Palavras chave: **revolução – comunismo de guerra - Estado - socialismo - transição.**

ABSTRACT

This research goals to redeem the "left communist" Nikolai Ivanovitch Bukhárin theoretical and politics education, analyzing his works and historians like Lenin, to understand the process of direct transition to the communism in URSS, between 1918 -1921. Bukharin was one of the bolcheviques theoretical who contributes between 1912 - 1921 by Lenin's side to imperialism and State questions, about present Marxism works. After his theory about "imperialism" (and also, after Lenin theory about the same subject), it raises present conceptions about imperialism and globalization. Author of polemics and originals thesis, he was member and leader of the "left communist group" and was against Lenin ideas many time. However, this thing was never a reason to break it other. On the contrary, these debates has a hand in rise of Lenin and Burkhárin theoretical think. Both of than were creators of first right tentative of the transition until socialism during the URSS constitution.

Key words: revolution, war communism, State, socialism, transition

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar as influências intelectuais, econômicas, sociais, culturais e políticas que contribuíram na formação teórica enquanto *comunista de esquerda* de Nikolai Ivanovitch Bukhárin, e que embasaram a sua elaboração de uma teoria da *transição direta ao socialismo* por meio de suas teses desenvolvidas durante o período de vigência do *comunismo de guerra*. Assim, que se desdobra também, em constatar e apontar os fatores teórico-políticos que conduziram ao colapso dessa primeira tentativa de edificação de uma via teórica e prática de *transição direta* do sistema capitalista para uma nova formação econômico-social *socialista* na URSS, entre 1917 e 1921.

Partimos da necessidade da esquerda tecer uma crítica consciente dos equívocos práticos e teóricos perpetrados em nome do materialismo histórico. Crítica essa tecida, sobretudo, após a fragmentação da URSS, que foi, até 1989, a segunda maior potência do mundo, e diante da imposição desse processo excludente de mundialização econômica neoliberal aos povos e nações. Este trabalho visa contribuir para a retomada de um tema, que longe de ser mero fato legado ao esquecimento na história do século XX, se torna importante numa atualidade esgarçada pela violência cotidiana dessa *guerra civil planetária* e grávida de uma *revolução mundial* por nascer. Portanto, portadora de uma nova sociabilidade humana e de uma *práxis* sócio-política forjada na e pela cultura histórica de luta anti-capitalista e anti-imperialista do movimento operário internacional, cujo caráter e natureza orgânica de classe emerge e transparece em consequência tanto da trajetória teórica do próprio marxismo, quanto de

sua evolução prática e teórica no interior das lutas travadas pelas necessárias unidade política e hegemonia cultural e ideológica da classe operária no interior do movimento anti-globalização altermundista.

Portanto, o interesse desse estudo volta-se, especificamente, às alternativas de construção teórica e prática das políticas que viabilizassem a solução dos problemas estruturais postos à gestão bolchevique, entre 1917 e 1921. Particularmente, aquelas formuladas por Lenin e Bukhárin enquanto respostas aos desdobramentos da *revolução de novembro* de 1917. Desta forma, tal estudo nos remete aos problemas pautados pela realidade de uma Rússia revolucionária econômica e socialmente devastada por duas guerras, a *imperialista* e a *civil*. Denotando ainda, a necessária opção que o partido deveria fazer por um modelo específico de desenvolvimento destinado à reconstrução econômica do país e a orientar o conjunto das relações e forças produtivas capitalistas para o processo de criação das premissas objetivas para a transformação socialista da infra-estrutura e da superestrutura soviética, a partir de 1917-1921. Sobretudo, da elaboração de um plano de ação e de um modelo de desenvolvimento econômico para os setores industrial e agrícola.

Outro ponto importante que restava, ao partido bolchevique, decidir era qual o ritmo adequado de crescimento a ser adotado na economia. Portanto, debatia-se qual seria o ritmo de crescimento econômico que melhor favoreceria o desenvolvimento do setor estatal socialista no interior de uma futura economia de mercado mista. Porém, que também estivesse destinado à adequada orientação geral do novo processo de desenvolvimento da economia do país, interrompido pela necessidade da adoção do regime econômico do *comunismo de guerra*, a partir de 1918. Transformações que se dariam, particularmente, por meio dos esforços teóricos tanto de Lenin quanto de

Bukhárin em formular políticas táticas e imediatas que permitissem, numa estratégica de longo prazo, ao governo conduzir essa etapa de *transição ao socialismo*, a ser executada pelo Estado soviético, por intermédio da *ditadura do proletariado* e do *capitalismo de Estado*.

Trata-se, portanto, nesta pesquisa de uma reflexão teórica centrada no exame das teorias formuladas por Bukhárin e, em menor medida, Lenin. Foi essa reflexão que direcionou e orientou a escolha dos autores e, no interior do conjunto de suas obras, de determinados textos, buscando sempre indicar e constatar a ocorrência de uma aproximação teórica profunda entre os pensamentos dos autores no concernente a questão aqui analisada, a via da *transição socialista*. Sobretudo, porque tais políticas objetivavam a reconstrução da economia por meio do modelo de *capitalismo de Estado* alemão e o desenvolvimento agrícola e industrial do país em sua forma socialista, que seria gestada ao longo deste novo processo de *transição* do capitalismo ao socialismo na URSS.

O processo de *transição ao socialismo* na URSS, deveria ser erigido em décadas por um processo de aculturação, orientada a romper o conservadorismo de tipo *asiatium*, formado pelo caráter feudal-asiático e ideológico pequeno-burguês, devido à ascendência da pequena produção agrária na economia, em que predominam relações sociais de produção capitalista numa Rússia agrária e atrasada. Visando, fomentar um processo que garantisse a ascensão hegemônica da cultura revolucionária no pensamento social. Por isso, Lenin e Bukhárin viam no domínio cultural e ideológico do proletariado sobre o conjunto da superestrutura (jurídica, política e filosófica da sociedade), o caminho para a construção do *socialismo* por meio da utilização dos aparelhos do Estado e do partido bolchevique, como as escolas, grêmios literários,

associações voluntárias de trabalho, universidades e *soviets*, para se gestar as novas formas de sociabilidade soviética.

A existência de uma relação teórica privilegiada entre as obras de Lenin e de Bukhárin leva-nos ao analisá-las a supor, de fato, que o empreendimento de uma possível via de *transição para o socialismo* na URSS, ocorreria por intermédio do encadeamento de um processo civilizatório de apropriação e de superação do arcabouço cultural burguês legado pelo Ocidente desde o século XI até o XVIII. O que, de toda forma, caracteriza uma clara indicação da predominância exercida pela teoria de Marx sobre a concepção de *transição* elaborada por ambos. Desta forma, por meio da apreensão cultural, se forjariam os pressupostos de um homem novo que, ao menos teoricamente, viveria além do *reino da necessidade*. Podemos dizer então, que Lenin e Bukhárin, colocavam-se à tarefa histórica de superar as limitações teóricas, políticas e econômicas que impediam a realização efetiva de um sistema socialista na URSS.

Embora, à extrema originalidade de suas formulações teóricas, destoantes das concepções ideológicas burguesas, como dos *narodniks* populistas russos e correntes revisionistas e reformistas do marxismo vulgar de seu tempo¹, mesmo assim, nem Lênin nem Bukhárin sabiam precisamente como se poderia realizar o projeto de *transição ao socialismo* na concretude requerida para se governar o primeiro Estado e sociedade socialistas da história. Estado este, onde nasceria, a partir de 1922-1924, a possibilidade

¹ Cf. BERNSTEIN, Edward. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. México/Madri, Siglo Veintiuno Editores, 1982. Ver também BERTELLI, A. R. *A singularidade do austromarxismo*. Encarte, in: *Novos Rumos*, ano 14, nº 31, São Paulo: IAP/IPSO, 1999; ou, BERTELLI, A. R. *Marxismo e transformações capitalistas -Do Bernstein-debate à República de Weimar: 1899-1933*. São Paulo: IPSO/IAP, 2000. Ver também sobre o assunto: SALVADORI, M.L. *Kautsky entre a ortodoxia e o revisionismo*, In: HOBBSAWN, Eric J. (Org.) *História do Marxismo 2. O marxismo na época da Segunda Internacional* (primeira parte). São Paulo: Paz e Terra, 1982, pp.299-339; ou, ver MATTHIAS, Eric. *Kautsky e o kautiskismo. A função da ideologia na social-democracia alemã até a 1ª Guerra Mundial*, em Vv. AA. *Karl Kautsky e o marxismo*. In: BERTELLI, A.R. Bukhárin: teórico marxista. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, pp. 33-76. Sobre o populismo, ver WALICKI, Andrzej. *Populismo y marxismo em Rússia*. Barcelona: Editora Estela, 1971.

histórica de instauração de um novo processo de sociabilidade humana, a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS*.

No entanto, em janeiro de 1918, Lenin já se interrogava sobre que medidas deveriam ser adotadas, uma vez que a Rússia se encontrava isolada internacionalmente, para que o proletariado estabelecesse com a classe camponesa uma aliança política de novo tipo que possibilitasse terminar as tarefas de caráter democrático-burguês, iniciadas pela *revolução democrático-burguesa liberal* de fevereiro de 1917. Ele buscava medidas que permitiriam ao governo soviético avançar na instauração de uma formação econômico-social socialista, baseada na existência de um regime de economia de mercado mista, dividido entre propriedade socialista estatal e propriedade privada da terra. Por isso, ele visava dar consistência teórica às medidas da *NEP*, como se nota ao compulsar o artigo: *Sobre o imposto em espécie*.

Todavia, quando nos colocamos frente ao pensamento de Lenin, importa captar a sua essência e profundidade teórica, pois a ele cabia teorizar e executar essa primeira experiência concreta de *transição* histórica de uma formação econômica específica, o *capital*, para uma formação econômico-social ainda inexistente, o *socialismo*. Portanto, Lenin e Bukhárin, nas orientações teóricas e políticas que seguiram, optaram por buscar na integração de toda a riqueza cultural da humanidade a alternativa que viabilizasse a construção histórica do socialismo. O propósito das pesquisas de ambos sobre o desenvolvimento desse processo de *transição*, para além do economicismo, sobretudo, foi recuperar o papel da cultura como agente de transformação social. Identificando, a partir das análises da política e da cultura, a particularidade concreta soviética que resultou na forma diferenciada e peculiar de *transição socialista* na URSS, devido às etapas que a economia do país passaria ao longo de décadas.

O objetivo deste trabalho não é apresentar o pensamento de cada autor, mas selecionar alguns aspectos relevantes para a reflexão dos autores que contribuíram à elaboração conceitual de uma teoria de *transição* na URSS, no período delimitado entre 1917-1921, desenvolvida a partir da formulação da *Nova Política Econômica - NEP*, concebida por Lenin, em 1918. O objetivo de buscar os elementos iniciais, fornecidos por Lenin e Bukhárin, da teoria da *transição* baseada na *ditadura do proletariado*, na *NEP* e no *Capitalismo de Estado*, impulsionou o recurso à pesquisa histórica, que contribuísse à discussão das teorias analisadas. Mas, o acesso às fontes historiográficas primárias teria colaborado ainda mais no desenvolvimento dessa pesquisa.

Tendo por base as análises de Bukhárin, procuramos demonstrar os equívocos que envolveram a construção da teoria da *transição direta ao socialismo*. A via teórica e prática de *transição* formulada por Bukhárin, em 1921, seria marcada pela permanência de uma série de anomalias sociais características, se comparada à via clássica de *transição socialista* num país desenvolvido, segundo a teoria formulada de maneira esparsa por Karl Marx e Friedrich Engels no conjunto de suas obras. Sobretudo, porque o processo de *transição* na URSS, se daria por meio da elaboração teórica por Lenin e Bukhárin de um conjunto de novas teses e pressupostos específicos e, nem sempre universalizáveis, que pudesse conduzir o partido, o Estado e a sociedade soviética ao *socialismo*.

Todavia, tal trabalho encontra justificativa em buscar na particular experiência de *transição socialista soviética*, a elaboração original de uma teoria que fosse capaz de repensar as abrangentes questões sociais e econômicas na perspectiva de uma igualdade social que surgia, porém, ainda indefinida e despojada de forma material. Nesse sentido, é necessário frisar que a abordagem desta pesquisa se circunscreve apenas às obras de

Bukhárin, formuladas na sua fase de *comunista de esquerda*, entre 1906-1921. Ou seja, quando ele propõe uma teoria sobre a passagem *direta ao socialismo*, na Rússia, que legitima a ideologia bolchevique durante o regime do *comunismo de guerra*, que vigorou de 1918 até 1921. Porém, esta primeira etapa de *transição* na URSS, foi conduzida por Lenin, a partir da teorização da *Nova Política Econômica - NEP*, ainda em 1918, por meio da adoção de medidas econômicas sob a égide do *capitalismo de Estado*, como as nacionalizações, as concessões e o monopólio estatal sobre o comércio exterior. Que, no entanto, foram interrompidas devido à eclosão da *guerra civil*, a partir de março de 1918, e que levou a adoção emergencial do regime do *comunismo de guerra* no país.

Conquanto, estas políticas destinadas à *transição ao socialismo*, também, continuaram sendo pensadas pelo *comunista de esquerda* Bukhárin, como um programa de governo que permitisse ao partido bolchevique reconstruir a economia nacional e iniciar, de fato, a passagem para a etapa *socialista*. Todavia, finda a *guerra civil*, em março de 1921, Lenin põe fim ao *comunismo de guerra* e recua visando moderar o avanço socialista, com a instituição do conjunto de medidas econômicas e políticas da *NEP*. Mas, apesar de que estas medidas são entendidas por Bukhárin como um recuo necessário, ele as julga perigosas, pois podem conduzir ao retorno do capitalismo ao país. Por isso, se opõe criticamente à adoção da *NEP*, num primeiro momento.

Entretanto, Bukhárin é considerado um dos ex-dirigentes bolcheviques menos conhecidos mundialmente, pouco estudado pela historiografia do período, como se nota nas obras dos estudiosos da Revolução Russa Issac Deutscher, Charles Bettelheim e Edward Hallett Carr, quanto pela história atual. Embora nosso autor permaneça quase um desconhecido nas universidades do Ocidente, na década de 1970 a *NEP* e suas

teorias foram revisitadas por teóricos ligados ao *Partido Comunista Italiano* - *PCI*, particularmente, de sua fração *eurocomunista*. Os debates, que se estenderam pela década de 1980, em entorno dos pressupostos e das conclusões dos *eurocomunistas* italianos e outras correntes marxistas contemporâneas, também, de caráter revisionista, a partir da apropriação equivocada das teorias de Bukhárin nos anos 1920, ainda encontram-se em aberto. Sobretudo, porque pretendiam os *eurocomunistas* com isso, formular uma teoria que conduzisse a um tipo de *transição socialista* que se daria pela manutenção do mercado capitalista, como se fosse possível compatibilizá-lo, a longo prazo, com uma sociedade auto-gerida diretamente pelos produtores independentes, com a mera concessão de benefícios financeiros aos produtores sociais e, ainda, de ater-se a preocupação excessiva com os fluxos de consumo e satisfação de consumidores, formando uma sociedade de economia mista, chamada *socialismo de mercado*.

Pressupostos duramente criticados por teóricos como Ernest Mandel (1995), por serem incompatíveis com o marxismo ortodoxo de Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e Bukhárin. Sobretudo, porque estes autores estiveram sempre preocupados e comprometidos com o pensar e o fazer-se de uma revolução socialista, e não com o que os *revisionistas* concebem como um socialismo moderno, que nunca passou de rendição teórica do marxismo vulgar à lógica do capital. O seu pensamento, de uma certa forma, também, foi apropriado como base teórica das medidas políticas da *perestroika* e da *glasnot* desenvolvidas por Mikhail Gorbatchov no final dos anos 1980, numa fracassada tentativa de restabelecer um marxismo de caráter revisionista na URSS.

Gorbatchov pretendia revolucionar num sentido mais amplo o pouco que ainda restara de socialismo da velha *revolução* de 1917, apropriada pelas camadas dirigentes e

burocráticas do partido e do governo soviético no período stalinista, e cujo desenlace posterior levou a derrota moral e material do proletariado mundial. Vemos aí, também, ocorrer, nesse contexto histórico soviético, o problema da *nomenclatura* sobre o qual Lenin advertira quase 60 anos antes sobre o perigo da burocracia pequeno-burguesa se assenhoar do poder político e levar ao retrocesso e a desagregação política. Fato este, que aconteceu em 1989, pondo assim, fim a *revolução socialista* iniciada em novembro de 1917, com a dissolução da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, a URSS. No entanto, baseado nestes e noutros fatos históricos, podemos dizer que Bukhárin foi o dirigente do partido mais perseguido política e ideologicamente pelo *stalinismo*, inclusive após sua morte em 1938, dentre os membros do velho grupo de bolcheviques que liderou a *revolução socialista*, na Rússia.

Entretanto, os resultados deste estudo foram organizados em três capítulos nos quais procuramos fornecer, ainda que resumidamente, os elementos essenciais que fundamentam esta nossa reconstrução teórica da trajetória partidária e da formação política, teórica e ideológica de Bukhárin enquanto *comunista de esquerda*, durante o exílio europeu e após a *revolução de novembro* de 1917, na Rússia. Visando assim, destacar a importância que esta formação assumiu no conjunto de seu pensamento teórico e em sua trajetória política no partido bolchevique, a ponto de o levar a elaborar, erroneamente, a sua polêmica teoria sobre a existência de uma passagem *direta do sistema capitalista ao socialismo*.

Desta forma, a caracterização dessa origem intelectual de Bukhárin como *comunismo de esquerda* e da influência que sofreu das teses de Rosa Luxemburgo e das modernas correntes sociológicas burguesas, nos permitiu analisar as suas discrepâncias teóricas em relação às orientações do grupo dirigente bolchevique na emigração. O que,

por sua vez, nos possibilitou apreender em linhas gerais as formulações de sua crítica à economia *marginalista*, como também, de sua inovadora teoria sobre o *Estado* e o *imperialismo moderno*, que embasaram as suas formulações teóricas posteriores sobre o desenvolvimento da reconstrução econômica e da *transição socialista*, na URSS, entre os anos de 1917 e 1921.

Por isso, discorreremos no capítulo inicial (Bukhárin: a trajetória do pêndulo entre duas revoluções), sobre alguns aspectos da sua vida, a formação bolchevique e a influência do internacionalismo operário, e procuramos analisar suas obras: *A economia mundial e o imperialismo* e *A economia política do rentista: crítica da economia marginalista*. Ambas escritas durante o período de exílio europeu, quando Bukhárin constituiu a sua formação teórica e ideológica de *comunista de esquerda*.

No segundo capítulo (O Estado imperialista e a guerra), estudamos as questões dedicadas ao Estado imperialista, a guerra, a sua concepção de revolução social, a sua polêmica com Lenin sobre o *capitalismo de Estado* e o seu exílio norte-americano em 1916, quando Bukhárin colaborou politicamente com Trotsky, nos EUA.

No terceiro capítulo (As origens da NEP), abordamos as questões da revolução, do comunismo de esquerda e de guerra e da transição direta ao socialista, e analisamos suas obras: *Programa dos bolcheviques*, *ABC do comunismo* e *Tratado de materialismo histórico*, considerados *manuals populares* destinados à formação dos bolcheviques e das massas revolucionárias, por meio das críticas de Antonio Gramsci e Gyorg Lukács. Além disso, discutimos as origens da *NEP – Nova política econômica* e apresentamos as conclusões finais deste trabalho.

No entanto, antes de seguirmos este caminho, segue uma cronologia, quase completa, das obras de Bukhárin e de alguns de seus artigos, segundo a organização de Gorender (1988:39)²:

A economia política do rentista: crítica a economia marginalista (redigido entre 1912-1913, mas só publicado em 1919).

Uma economia sem valor (1914).

A economia mundial e o imperialismo (redigido em 1915, mas só publicado em 1917).

O Estado imperialista (1916).

Que é o capital financeiro? (1917).

Anarquismo e comunismo científico (1918).

Da derrocada do czarismo à queda da burguesia (1918).

O programa dos bolcheviques (1918).

ABC do comunismo (1919, em colaboração com Evigne Preobrajenski).

A ditadura do proletariado na Rússia e a revolução mundial (1919).

Teoria econômica do período de transição (1920).

A Nova Política Econômica na Rússia soviética (1921).

Sobre as tarefas e a estrutura dos sindicatos (1921).

A teoria do materialismo histórico; manual popular de sociologia marxista (1921).

Fundamentos do programa do partido; informe ao VII Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevique) (1922).

A revolução proletária e a cultura (1923).

Ataque; coletânea de artigos teóricos (1924).

Informe sobre a questão do programa no Quinto Congresso da Internacional Comunista (1924).

Teoria da revolução permanente (1924).

Autobiografia (1924).

² Esta bibliografia organizada por J. Gorender em sua obra: *Bukhárin: História*. São Paulo: Ática, 1988, não distingue entre quais são os livros e os artigos de N. Bukhárin, e nem tampouco indica as edições. Porém, os títulos são em português.

Novas revelações sobre a economia soviética ou como é possível destruir o bloco operário-camponês; sobre a questão dos fundamentos econômicos do trotskismo (1924).

Crítica à plataforma econômica da oposição (1925).

Sobre a teoria do Estado imperialista (1925).

A burguesia internacional e Karl Kautsky; seu apóstolo (1925).

O imperialismo e a acumulação do capital (1925).

Sobre a Nova Política Econômica e as nossas tarefas (1925).

O caminho para o socialismo e a aliança operário-camponesa (1925).

Sobre a questão camponesa (1925).

O problema das leis do período de transição (1926).

A estabilização capitalista e a revolução proletária (1926).

Sobre as conclusões do pleno unificado do Comitê Central e da Comissão Central de Controle do PCR(b) (1927).

Notas de um economista (1928).

A situação internacional e as tarefas da Internacional Comunista (1928).

A questão do programa no Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928).

O testamento político de Lênin (1929).

A crise da cultura capitalista e os problemas da cultura na URSS (1934).

O problema da paz (1935).

Uma nova etapa no desenvolvimento da economia soviética (1935).

A constituição do Estado soviético (1936).

Capítulo I – Bukhárin e a trajetória do pêndulo entre duas revoluções

1.1. Alguns aspectos sobre a vida e a obra de N. Bukhárin.

Uma das características educacionais, culturais e econômicas comuns entre os revolucionários russos era o fato de, em grande maioria, se originarem de famílias de classe média ou da baixa nobreza russa, reforçando a constatação de Marx de que os teóricos do proletariado são normalmente importados da pequena-burguesia. O caso do teórico e político marxista russo Nikolai Ivanovitch Bukhárin que nasceu em Moscou, em 09 de outubro de 1888, a então, capital do Império Russo, no Ducado de Moscóvia, não foge a esta característica. Sua família pertencia a classe média, cujo pai, professor, posteriormente tornara-se funcionário público exercendo a função de inspetor escolar e, depois, a de fiscal de impostos, enquanto, sua mãe era professora primária. Na maior parte do tempo sua família ocupava posição social de certo prestígio, na baixa hierarquia burocrática imperial e no *status quo* vigente. Nikolai Ivanovitch, foi educado nos padrões da *intelligentsia* culta de sua época e desenvolveu em sua infância interesse por ciências, biologia, arte e desenho.

Da mesma forma, na adolescência, as principais influências no pensamento de Bukhárin, devido a esta sua educação clássica universalista, remontam aos clássicos da filosofia grega: Aristóteles, Sócrates e Platão, como também, Homero e a historiografia romana e da antiguidade, além das ciências naturais. De forma importante, mas secundária, Bukhárin sofrera, ainda, as influências do filósofo e economista Alexander Bogdanov e dos jusnaturalistas e contratualistas como Thomas Hobbes, J. Locke, Jean J. Rousseau, Montesquieu, Descartes etc. Além de, nas artes, música, poesia e literatura, admirar a Leonardo Da Vinci, Sheakspeare, Goethe, Gorki, Beethoven, Mozart, dentre outros de sua predileção.

Entretanto, sem dúvida, serão as teorias de Marx e de Engels, que exercerão maior peso em seu posterior amadurecimento teórico e político na fase adulta. Nesse universo de influências a serem adquiridas, ainda ocupará lugar de destaque a contribuição que recolherá das formulações teóricas e políticas de Vladimir I. Lenin, que será seu principal interlocutor até 1917 e que, após 1918-1923, tornar-se-á, também, o seu principal mentor intelectual e político. A sua formação teórica é por demais ampla, complexa e difícil de classificar até hoje, bem como, o próprio mapeamento de toda sua produção teórica. Sobretudo, porque ele foi um autor extremamente profícuo, que escreveu 39 livros e mais de 2.700 artigos e ensaios publicados em jornais e revistas soviéticas e européias, e que até hoje em grande medida não foram catalogados, reunidos e publicados pelos pesquisadores e historiadores russos e ocidentais de sua obra. Assim como Marx, Bukhárin tinha o hábito regular de freqüentar bibliotecas e um forte interesse universalista e enciclopédico pelo conhecimento em sua significação literal. Era o que o movia e moldava sua personalidade, seu caráter e também sua formação teórica e política.

Nosso autor, além de profícuo teórico, teve uma trajetória política ascendente muito rápida, indo de mero militante revolucionário entre os anos de 1906 e 1917, até tornar-se um dos máximos dirigentes do partido e do governo soviético, entre 1923 e 1929. Tanto que, em 1917, foi considerado um dos líderes políticos e militares da sangrenta insurreição revolucionária em Moscou, durante a tomada do poder liberal-burguês pela *Revolução Socialista* de novembro de 1917, na Rússia. A partir daí, Bukhárin transformou-se num dos mais importantes teóricos e dirigentes do *PCR(b)* e do próprio governo soviético pós-revolucionário. As principais publicações literárias e políticas do partido e do governo soviético estiveram sob sua responsabilidade por mais

de 20 anos, como redator-chefe do maior jornal soviético, o *Pravda*. A historiografia russa atual observa sua participação teórica e política em quase todos os campos do pensamento soviético, da política à educação, da literatura à ciência. Depois da morte de Vladimir Lenin, em 1924, ele foi o mais importante teórico e dirigente do Comitê Central do *PCR(b)* que governava o país, até ser derrotado por meio de um golpe burocrático-militar desfechado pelo alto por J. Stálin, em 1929, que o destituiu do poder. Portanto, será sobre este personagem tão singular da história do movimento operário internacional, que devotou toda a sua vida e seus esforços teóricos a causa da *revolução comunista mundial*, que trataremos nos próximos sub-itens e capítulos deste trabalho.

1.2. Bukhárin entre a formação bolchevique e o internacionalismo operário

A sua trajetória de militante revolucionário começa durante o processo de gestação da *revolução* de 1905, no movimento estudantil secundarista influenciado pelo *Partido Socialista Revolucionário - PSR* e pelo *Partido Operário Social-Democrata da Rússia – POSDR*, participando de greves e protestos estudantis. Quando, em 1906, passa a interessar-se também por sociologia, economia e política, ingressa oficialmente no *POSDR*, onde se ligou a então facção bolchevique. Em 1908, Bukhárin passaria a compor o Comitê Dirigente do Partido em Moscou e ascenderia rapidamente à liderança popular, ao ser eleito representante do maior e mais importante distrito administrativo e operário da cidade.

Matricula-se em 1907, no curso de Economia da Faculdade de Direito da Universidade de Moscou. Já em 1909, viria a sofrer sua primeira prisão. Durante a sua trajetória estudantil como militante de esquerda, Bukhárin é preso várias vezes pela polícia *czarista*. A sua atuação política e estudantil enquanto militante profissional do setor de propaganda e agitação do partido, o *agitrop*, o impediria de concluir o curso de economia em que se matriculara na Universidade de Moscou, sendo exilado em 1910. Já se nota nesta fase a sua pré-disposição teórica em relação à economia, pois, entre 1906 e 1910, publicou uma resenha crítica de um livro de um economista menchevique e escreveu um esboço de artigo sobre o economista Mikhail Tugan-Baranovski, publicado na Alemanha em 1913.

Portanto, desde seus primeiros textos, Bukhárin já demonstrava interesse por economia, assim como por teorias sociais não-marxistas, o que o tornaria um pensador bolchevique diferenciado e destacado dentre os velhos líderes do partido, quase todos da geração de Lenin, particularmente, refratários às correntes intelectuais modernas não-

marxistas. Ele acompanhou, o debate travado entre Lenin e o filósofo marxista Aleksandr Bogdanov, que elaborou uma obra em três volumes, o *Empiriomonismo*, publicado em 1904. Essa polêmica ocorrera em 1908, quando este se tornou líder da esquerda bolchevique, ala a que se contrapunha programática e filosoficamente Lenin, que lançou contra Bogdanov uma campanha ideológica por meio do livro *Materialismo e empiriocriticismo*, atacando suas idéias que, de certa forma, faziam uma readaptação revisionista das teorias marxistas. É inegável que Bukharin tenha sido influenciado pela obra de Bogdanov, que apesar de questionável quanto ao aspecto da fidelidade a Marx, fazia uma reinvestigação instigante e uma adaptação da teoria marxista, embora de caráter revisionista.

No entanto, após ser detido numa ofensiva da polícia *czarista* contra os social-democratas, ainda em 30 de agosto de 1911, escaparia de ser enviado ao degredo em Onega na província de Arkangelsk, ao fugir para a cidade de Hamburgo, na Alemanha, onde permaneceu por quase um ano. Exilando-se na Europa a partir de 1912, com 23 anos, Bukhárin pode desenvolver, ainda que de forma assistemática, a sua formação teórica, entre as passagens por cárceres de vários países, freqüentando conferências e cursos em universidades e bibliotecas das cidades culturalmente importantes em que viveu. Todavia, foi somente após dois anos de exílio europeu que veio a conhecer em setembro de 1912, após representar o partido no *Congresso do SPD - Partido Social-Democrata Alemão*, em Chemnitz, aquele que se tornaria a sua maior influência teórica e política, Vladimir Ilitch Lenin, que nessa época de emigração residia na cidade de Cracóvia, na Polônia.

Essa fase assinala o início de um relacionamento conflituoso, mas também, muito afetivo, por meio do qual Bukhárin foi gradualmente se aproximando teórica,

política e emocionalmente das posições de Lenin. Embora, já o conhecesse teoricamente por meio do *Iskra* desde o ginásio, quando passou a integrar o *agitrop* como militante estudantil do *POSDR* (Prestes, 2003). Lênin, nesta época, já se tornara um dos principais teóricos e dirigentes da facção bolchevique na emigração, que se preparava para romper política e ideologicamente com a ala menchevique da social-democracia russa. A partir desta se constituiria na *Conferência de Praga* realizada pelos bolcheviques em janeiro de 1912, o novo *Partido Operário Social-Democrata Russo Bolchevique – POSDR(b)*.

O *POSDR* foi fundado em 1898 pelos social-democratas visando criar uma organização nacional unificada, por meio de uma linha política e teórica definida que fosse capaz de concentrar o disperso movimento revolucionário russo e guiá-lo no processo de luta política contra o *czarismo* e a *autocracia*. O surgimento dos debates no *SPD - Partido Social-Democrata Alemão*, sobre as posições *revisionistas* e *reformistas* de Eduard Bernstein, entre 1896-1899, na Alemanha, extrapolaram fronteiras e desencadearam uma crise ideológica e política no próprio *POSDR*, na Rússia.

Será contra a adoção do *revisionismo*, por meio do *economicismo*, que Lenin travará depois sérios embates teóricos e políticos com os social-democratas Plekanov, Axelrod e Leon Trotsky até a cisão em 1912, visando instruir teoricamente o partido e o movimento operário de acordo com a teoria marxista. Para Lenin, a teoria marxista era capaz de guiar o proletariado e o partido no processo de lutas democrático-burguesas e parlamentares à *Duma* impostas pela realidade concreta capitalista da Rússia. Todavia, sem abrir mão das lutas sindical e política pelo poder e pela construção duma sociedade socialista, como pregavam os social-democratas *revisionistas* e *reformistas* encastelados no *POSDR*, no *SPD* e na *II Internacional Socialista*.

Foi nessa facção bolchevique liderada por Lenin, que Bukhárin ingressou em 1906, ao iniciar a sua militância partidária, como também, foi contra o *revisionismo* e o *reformismo* que, a partir de 1914, travara debates contra o principal teórico da social-democracia alemã Karl Kautsky, por meio de suas primeiras obras escritas no exílio. Nesse sentido, Bukhárin esteve politicamente ao lado de Lenin durante as discussões sobre o *revisionismo* no interior do *POSDR*, até o racha político que levou os bolcheviques a fundarem o novo partido em 1912, o *POSDR(b)*. Partido, do qual o anônimo militante Bukhárin pouco depois irá se tornar um dos principais personagens na imigração. Devido a cisão política e ideológica entre social-democratas e marxistas no *POSDR*, as duas facções se tornaram conhecidas, a partir do *II Congresso* de 1903, como *mencheviques* e *bolcheviques*, palavras que equivalem no idioma russo, respectivamente, a maioria e a minoria. Leon Trotsky foi um dos mais destacados representantes desta facção dos mencheviques, até junho de 1917, quando passará a integrar a facção dos bolcheviques ao lado de Lenin e de Bukhárin.

Entretanto, indicando a sua inclinação teórica para o *internacionalismo* e a abertura intelectual ao Ocidente, no exílio, Bukhárin também desenvolveu trabalhos políticos com vários grupos pacifistas e social-democratas escandinavos, suíços, holandeses, alemães e franceses, destacando-se a sua liderança. Manteve ainda, contatos teóricos e proximidade ideológica com os grupos europeus pertencentes às tendências dos *comunistas radicais* (*Linksradikalen*), dos *comunistas de esquerda* (*Linskskommunismus*) e dos *comunistas conselhistas* (*Rätekommunismus*). Além disso, por meio de Karl Radek, estabeleceu intercâmbio teórico e, depois, antes de partir para o exílio na América, publicou artigos nas revistas de esquerda norueguesa *Klassenkamp*, na alemã *Arbeiterpolitik* e na suíça *Internacional Juvenil*. Nesta

última, publicou o famoso artigo em que tratava da questão do *Estado* assinado com o pseudônimo de *Nota-Bene*, em resposta às críticas de Lenin (Löwy,1973:67). Este assunto, porém, somente será pormenorizado no próximo capítulo deste trabalho.

Bukhárin também se aproximou teoricamente do *Partido Social-Democrata da Holanda*, ligado a tendência dos *comunistas de esquerda* (*Linkskommunismus*), que tinha Herman Gorter como um de seus mais destacados representantes, e que publicava o jornal *De Tribune* (Bertelli,1990:96). Desenvolveu pesquisas em bibliotecas e participou de cursos nas Universidades das capitais européias em que morou, aprimorou o uso dos idiomas inglês, francês e alemão. Todo este processo tornou-o então um dos teóricos bolcheviques mais cosmopolita e aberto às influências das correntes intelectuais do Ocidente.

Bukhárin acompanhou também nestes anos, as discussões em que se envolveram os partidos de esquerda na *II Internacional Socialista*, os comunistas de esquerda e a social-democracia, sobre as questões das crises cíclicas capitalistas, da acumulação de capital e da crise final do capitalismo na obra de Marx. A partir de 1912, com o estreitamento dos vínculos políticos com Lenin e com o grupo dirigente do *POSDR(b)*, Bukhárin foi designado como um dos principais encarregados de preparar discursos e participar da estratégia dos bolcheviques nas sessões da *Duma*, como também, de coletar fundos e escrever artigos para as publicações do Comitê Central do partido, os jornais *Pravda* e *Socialdemokrat* e a revista teórica *Prosveschchenie* (Ilustração).

Porém, uma das primeiras divergências entre ambos ocorreu ainda no pré-guerra, quando então Bukhárin, publicou o artigo *Os jogos de mãos do senhor Struve*, na revista do partido *Prosveschchenie* nº 12, de 1913. Neste artigo ele se opunha a

incluir no programa do partido em elaboração nesta época, a proposta de confiscar e nacionalizar as terras que seriam expropriadas aos latifundiários após a ocorrência da *revolução socialista* e defendia a sua divisão direta aos camponeses. Orientação aceita por Lenin após a *revolução de outubro* de 1917, na Rússia, quando o recém empossado governo soviético distribuiu, por meio de suas primeiras medidas oficiais, a posse da terra ao campesinato.

Entretanto, ainda em janeiro de 1913, chegou à Viena um membro do partido bolchevique da Geórgia chamado J. Stálin, enviado à Áustria por Lenin para escrever um artigo programático sobre a relação entre o *marxismo* e a *questão nacional*. Aos bolcheviques este era um assunto particularmente importante numa Rússia imperial politicamente instável, que subjugava militarmente dezenas de etnias, povos e nações diferentes em seu interior, que formavam uma massa de milhões de homens e mulheres que precisava ser ganha para fortalecer a luta pela derrocada do regime *czarista*. Tarefa para a qual Bukhárin foi incumbido de ajudar, pois, Stálin não tinha conhecimento de línguas ocidentais. Após ser produzido, entre janeiro e final de fevereiro de 1913, este artigo foi enviado a Lenin que o publicou pela primeira vez nos nº 3 e 5 da revista *Prosvieschenie*, com o título *O problema nacional e a social-democracia*³, assinado com o pseudônimo de K. Stálin (Pinsky,1980). Lenin também o incluiu na proposta do programa do partido que se encontrava em elaboração. Deste artigo, se originou depois uma das obras mais conhecidas de Stálin, *O marxismo e o problema nacional e colonial*.

³Esta obra de J. Stálin também foi editada em 1914 no folheto: *O problema nacional e o marxismo*, publicada pela editora Priboy de São Petersburgo. Em 1920 foi reeditada pelo *Comissariado para as Nacionalidades* numa *Coletânea* de artigos de Stálin sobre o *problema nacional*, publicada pelo Editorial do Estado em Tula, em cujo prólogo o autor explicava as circunstâncias em que foram redigidos os artigos que a compunham. Ver também: *O marxismo e o problema nacional e colonial*, de J. Stálin, publicado pela Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1979.

Em sua obra Stálin polemiza contra teóricos social-democratas austríacos que desenvolveram algumas teses sobre o *problema nacional* como H. Springer e Otto Bauer, procurando analisar sistematicamente a natureza de cada uma das características que constituiriam o conceito de nação. Ele procede a uma análise da teoria da *nação* de H. Springer (*O problema nacional*, ed. Obscheztvebaia Polska, 1909), segundo a qual, "a nação é a união de homens que pensam e falam do mesmo modo". Portanto, concluía que para Springer, o conceito de nação seria apenas "uma comunidade cultural de um grupo de homens contemporâneos não vinculados com o solo". Ou seja, para ele uma nação seria, segundo Stálin, a mera "união de homens que pensam e falam do mesmo modo, por mais desunidos que se achem uns dos outros e vivam onde viverem" (Stálin, 1979:08).

Todavia, a crítica mais dura de Stálin se dirige à concepção de nação de Otto Bauer (*A questão nacional e a social-democracia*, ed. Serps, 1909), para quem, "nação é o conjunto de homens unidos numa comunidade de caráter à base de uma comunidade de destinos". Para ele, Bauer se equivoca "ao identificar a nação com o caráter nacional". Procedendo assim, Bauer "separa a nação do terreno em que está assentada e a converte numa espécie de força invisível, que se basta a si mesma". Esquecendo desta forma, que "a social-democracia somente poderia levar em conta as nações reais, que atuam e se movem e, portanto, obrigam a ser tratadas como tais" (*Idem*:8-9).

Segundo Stálin a causa deste equívoco teórico de Otto Bauer residia no fato deste "confundir nação enquanto categoria histórica, com a tribo, categoria étnica" (*Idem*:10). Mas, também de negar a importância do território para a definição do conceito de nação ao tratar da questão dos judeus e, depois, se contradizer ao reconhecer a necessidade de um território no caso dos tchecos. Outro aspecto errôneo que sublinhou

na teoria de Bauer foi a questão da língua comum que conforma uma nação. Para ele, Bauer cai novamente em contradição ao afirmar “os judeus não possuem língua comum alguma e, sem embargo, formam uma nação” e acrescentar logo depois, “inegavelmente não é possível que exista nação sem um idioma comum” (*Idem*:11).

Aqui Bauer queria demonstrar que “o idioma é o instrumento mais importante de relações entre os homens”, mas ao mesmo tempo demonstrou, sem querer, (...) a inconsistência de sua própria teoria de nação, que nega a importância da comunidade de idioma. Assim se refuta a si mesma esta teoria, alinhavada com fios idealistas (Stálin, 1979:11).

O que, por sua vez, contrastava com a caracterização do conceito de nação formulado por Stálin, segundo o qual uma nação é, antes de qualquer coisa, uma determinada comunidade de homens, não sendo caracterizada apenas por raças ou por tribos. Sendo assim, para ele uma nação não seria uma comunidade meramente étnica, tribal ou racial, mas uma comunidade de homens historicamente constituída. Para justificar a sua argumentação Stálin recorre aos dados fornecidos pela análise histórica, por meio da qual compara os grandes impérios da Antiguidade, que não se constituíam enquanto nações. Embora, esses impérios congregassem centenas de povos, etnias e tribos culturalmente diferentes em seu interior. Segundo Stálin, o determinante para que estes não se conformassem como nações era o fato de que não apenas careciam de uma língua comum, mas também de vínculos sócio-culturais e econômicos sólidos e historicamente construídos.

Para Stálin a “nação é uma comunidade humana estável, historicamente formada e surgida sobre a base da comunidade de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura”(*Idem*:07). Porém, salienta que tomadas de maneira isolada nenhuma destas características seria

suficiente para caracterizar o conceito de nação, e que da mesma forma, diante da simples ausência de uma destas características o conceito de nação deixaria de sê-lo. O que nos leva a concluir que, em sua análise, há certa predominância do materialismo histórico, que tem na determinação econômica da sociedade, não numa visão vulgar do marxismo economicista ou determinista, um dos fatores mais importantes na constituição de seu conceito de nação.

Desse trabalho desenvolvido com apoio de Bukhárin, (segundo Löwy,1973), para Trotsky resultou uma das melhores obras teóricas já produzidas por J. Stálin, *La cuestión nacional y la socialdemocracia*. Por isto, Trotsky lança a suspeita sobre quem a teria produzido, alegando que esta conteria traços característicos da personalidade de Bukhárin. Coincidentemente, em abril de 1914, Bukhárin foi incumbido pelo partido de preparar para os bolcheviques parlamentares da *Duma*, na Rússia, um discurso sobre a *questão das nacionalidades*. Se esse fato indica ou não algum tipo de insuficiência teórica de Stálin ou uma predominância teórica neste trabalho por parte de Bukhárin, não podemos apurar devido a ausência de comprovação histórica.

Porém, parece bastante plausível que a colaboração de Bukhárin para com Stálin tenha sido certamente muito mais profunda e abrangente do que o mero papel de intérprete quanto a idiomas ocidentais, que a historiografia soviética oficial procurou demonstrar depois de 1930. No entanto, os conceitos que caracterizam uma nação enquanto unidade territorial com uma língua e cultura comum que embasam a obra de Stálin, vinculavam-se aos conceitos que permeavam esses discursos que preparou para a bancada bolchevique na *Duma* e com os estudos que Bukhárin desenvolvia sobre a *questão nacional, o internacionalismo e o imperialismo*.

Quando a *guerra imperialista* eclodiu, em 1914, Bukhárin fixou-se então em Laussane, na Suíça, para estudar os economistas alemães, austríacos e anglo-americanos e as questões do Estado e do imperialismo. No entanto, as suas poucas mas persistentes diferenças teóricas e políticas com Lenin agravaram-se ao final de 1914. Nesse ínterim, em Baugy, na Suíça, Bukhárin conheceu outros bolcheviques e juntos fundaram uma célula do partido bolchevique. Eles também pretendiam criar um jornal, o *Zvezda* (A Estrela), devido ao que, Bukhárin travou ásperas discussões com Lenin. Sobretudo, porque o grupo pretendia publicá-lo sem consultar previamente o Comitê Central do partido e visavam por meio dele estabelecer contato unilateral com outros bolcheviques no interior da Rússia. Essa atitude, aliada às dificuldades financeiras do Comitê Central do partido para publicar o jornal *Socialdemokrat*, deixaram Lenin profundamente irritado com os membros da célula bolchevique de Baugy. Por isso, além de classificar tal atitude como indisciplina partidária, ele proibiu a publicação do novo jornal, criando um conflito com Bukhárin, Krylenko, Troianovski e Ielena Rosmirovich, que contrariados acabaram por cancelar o empreendimento deste jornal.

No entanto, esse conflito se agravou entre 1914-1916, devido a influência teórica de Rosa Luxemburgo que Bukhárin recolhera das posições de Iuri Piatakov e Karl Radek sobre a *questão nacional* durante essa fase imperialista, levando-o a criticar as posições de Lenin por defender a *questão da autodeterminação nacional* e dos povos coloniais. Bukhárin e os membros do grupo entendiam que nesta fase de imperialismo moderno, enquanto o mundo se transformava numa unidade econômica totalmente imbricada, tornavam-se obsoletas as fronteiras nacionais e os apelos ao nacionalismo. Contudo, o seu desprezo pela *questão nacional* advinha não somente desta vinculação teórica com Luxemburgo. Mas, também de sua posição anti-estatista, que defendia o

fim do Estado após a tomada do poder pelo proletariado, e que era estreitamente condizente com sua postura ideológica de *comunista de esquerda*. Porém, as questões da *autodeterminação* e *nacional* já estavam vinculadas ao desenvolvimento de seus estudos sobre o capitalismo monopolista e o imperialismo, aos quais se dedicou a partir de 1913-1914.

Não obstante, segundo Cohen (1990), o equívoco teórico tanto de Bukhárin, quanto de Luxemburgo na *questão nacional* e na *autodeterminação* foi o de não se dar conta da importância para o próprio desenvolvimento da *revolução mundial* nos países desenvolvidos, do papel auxiliar reservado às lutas por independência nacional e por libertação nos países e nas colônias da periferia do sistema capitalista. Pode-se dizer que neste momento Bukhárin ainda não esboçará conceitualmente a sua teoria sobre as relações entre a *Cidade Mundial* e o *Campo Mundial*, onde dará ênfase ao papel das massas camponesas dos países e colônias do terceiro mundo, enquanto forças auxiliares da *revolução comunista mundial*. Por isso, não avaliaram dentro disto, a importância tática e estratégica, para se evitar a acumulação de capital e enfraquecer os países centrais, que teriam as alianças entre as burguesias nacionais, classes médias e imensas camadas camponesas das populações destas regiões em suas lutas para realizar seus projetos de independência nacional e de emancipação colonial. Equívoco este que Lenin não cometera:

(...) por interessar-se bem mais pelos aspectos coloniais do imperialismo que pela nova estrutura do capitalismo nacional, concentrou-se na possibilidade de levantes nacionalistas coloniais. Viu na ampla internacionalização do capital um fator que abria caminho à queda do imperialismo – chamou a isto lei da desigualdade do desenvolvimento capitalista – e viu aí a explicação tanto para a competição acirrada por colônias como para a resistência crescente dos povos coloniais (Cohen,1990:53).

Portanto, quando os países centrais imperialistas se destroçavam numa guerra mundializada por novos mercados, eles não perceberam estas novas classes sociais, particularmente o campesinato, como forças auxiliares para a *revolução mundial*. Atores sociais estes que potencialmente poderiam tornar-se movimentos auxiliares das forças revolucionárias nessa nova fase da luta que agora se mundializava por seu caráter imperialista. Porém, o devir se encarregará de elucidar Bukhárin quando tiver de repensar a *questão nacional* em resposta à teoria de Luxemburgo sobre o papel das *terceiras pessoas* ou países periféricos na acumulação do capital no centro do sistema capitalista em sua nova configuração imperialista monopolista⁴, como também, quando tratar do desenvolvimento da agricultura camponesa e da coletivização da terra, noutras circunstâncias da Rússia.

Todavia, fora ainda em Viena, na Suíça, que Bukhárin conheceu Nikolai Krylenko, Elena Rozmirovitch e seu marido Aleksandr Troianovski com os quais constituiu essa célula bolchevique, que depois se ampliou com a chegada de Karl Radek, Iuri Piatakov e sua mulher Ieugenia Bosch. Essa célula se tornou conhecida como *Grupo de Baugy/Estocolmo* e novamente tentou publicar um novo jornal do partido, uma vez que o *Zvezda* (A Estrela) fora vetado por Lenin. Decidiram, então, publicar o jornal *Kommunist*.

Lenin, a princípio, autorizou a publicação e solicitou a constituição de um corpo editorial, do qual, tanto ele quanto Bukhárin faziam parte. Porém, como tinha escassas informações sobre a constituição do grupo, se opôs posteriormente a tal pretensão, alegando falta de recursos para se editar um segundo jornal do partido.

⁴ Cf. Sobre o debate com Rosa Luxemburgo quanto ao problema da *terceiras pessoas* ou dos países coloniais periféricos na questão da acumulação de capital na fase imperialista monopolista ver a obra de Bukhárin, N.I. *L'imperialisme et l'accumulation du capital*. Paris: EDI, 1977. Existe uma edição brasileira desta obra de Bukhárin, intitulada *O imperialismo e a acumulação de capital*, porém desconheço suas referências editoriais.

Sobretudo porque, após ler a primeira edição do *Kommunist* julgou tratar-se de um jornal oposicionista, editado por aqueles a quem rotulou de *Grupo de Baugy*. Este era um grupo formado por alguns jovens russos que se encontravam exilados em Baugy, na Suíça, por isso Lenin o rotulou com o nome dessa aldeia. Embora, pouco tempo depois, pressionados pela *guerra imperialista*, Bukhárin e outros membros se mudariam para Estolcomo, na Suécia.

O pretexto de Lenin, subjacente à questão da *autonomia nacional*, era o temor do crescimento da influência teórico-política do Grupo de *Baugy/Estolcomo* sobre o movimento operário e sobre o partido, provocou então a disputa pelo controle do novo jornal editado por eles, o *Kommunist*. A sua única edição trazia artigo do social-democrata Karl Radek que defendia na *questão nacional* posição semelhante àquela defendida por Luxemburgo, Bukhárin, Piatakov e do resto do grupo, o que parece ter motivado o pedido de extinção do jornal por parte de Lenin.

Lenin fez objeções ao artigo, recusou-se a continuar colaborando para o *Kommunist* e pediu a extinção do periódico. Logo as discordâncias teóricas se acentuaram, tornando-se divisões de fração. Em novembro, o Comitê Central de Lenin na Suíça retirou ao grupo de Estocolmo, Bukhárin, Piatakov e Bosch, o direito de se comunicar unilateralmente com a Rússia. Reagindo, os três membros do grupo dissolveram a seção bolchevique que constituíam. Ainda em novembro, Bukhárin, Piatakov e Bosch enviaram ao Comitê Central documentos onde definiam sua posição quanto à autodeterminação e atacavam a posição de Lenin. Afirmavam sem rodeios tratar-se de uma palavra de ordem em primeiro lugar utópica (impossível de se realizar nos limites do capitalismo) e também ameaçadora, por difundir ilusões (Cohen, 1990:54).

Isso porém, gerou um clima muito tenso entre Lenin e o grupo. As críticas teóricas e políticas tecidas a Lenin pelos membros do *Grupo de Baugy/Estocolmo*, além

de tornar quase impossível uma futura reconciliação na questão da *autodeterminação nacional*, apontavam ainda, por parte do grupo, forte tendência ao internacionalismo revolucionário, como deixa claro Bukhárin ao afirmar que:

O imperialismo tornara a revolução socialista internacional uma possibilidade histórica imediata; a abordagem das questões sociais por uma ótica nacional, pró-estatal, prejudicaria a causa da revolução. A única tática correta era revolucionar a consciência do proletariado, impelindo-o constantemente à luta mundial e mostrando-lhe constantemente questões de política mundial (*idem*).

Embora Lenin não tivesse motivo para a sua desconfiança, o grupo, cedendo a pressão, cancelou o projeto do jornal *Kommunist*, não deixando, porém, de guardar ressentimentos quanto à atitude de Lenin. Com o advento da *guerra imperialista*, não somente sofreriam alterações o rumo e o sentido das polêmicas teóricas que seriam travadas daí para frente entre ambos, mas também, a própria estratégia política do *POSDR(b)*, que já havia unilateralmente rompido com a *IIª Internacional Socialista*, como indica essa análise de Lenin⁵, exposta em *O pensamento de Lenin* de Luciano Gruppi (1979:109).

A guerra européia e mundial apresenta um caráter bem definido de guerra burguesa, imperialista, dinástica.(...) O comportamento dos dirigentes do Partido Social-Democrata Alemão (...), que votaram o orçamento de guerra e repetem as frases chovinistas e burguesas dos *junkers* prussianos e da burguesia, é uma pura e simples traição ao socialismo. (...) A traição do socialismo por parte da maioria dos dirigentes da Segunda Internacional (1889-1914) significa a falência política e ideológica dessa Internacional (Lenin,1954-1970, v.21, p. 9-10).

⁵ Cf. A citação original de Lenin encontra-se na obra *Opere*, no volume 21, publicada entre os anos de 1954 e 1970, p. 9-10, em idioma italiano.

Contudo, esses desacordos teóricos e políticos surgiram de forma efetiva entre fevereiro e março de 1915, quando da realização da *Conferência do Partido* em Berna, na Suíça, da qual, Bukhárin era um dos principais organizadores e durante a qual os bolcheviques emigrados decidiram as posições e a tática do partido face à guerra. Os membros do Grupo de *Baugy/Estocolmo*, além de manterem posição de relativa independência em relação às diretrizes programáticas e táticas do partido, se opuseram a quatro das propostas apresentadas por Lenin, quanto ao novo programa partidário e a guerra.

O grupo se opôs, ao apelo de Lenin à pequena burguesia para que se colocasse contra a guerra e se aliasse ao proletariado, alegando que numa situação revolucionária, esta, apoiaria os capitalistas em detrimento do proletariado. Eles também criticaram Lenin por dar mais ênfase às reivindicações democráticas mínimas, que às de caráter socialistas. Estes pediam ainda, apesar de apoiarem a proposta leniniana, para que o proletariado mundial “transformasse a guerra imperialista em guerra civil”, a exclusão de palavras de ordens que incitassem os sentimentos antibélicos mais amplos e da declaração de que a derrota da Rússia seria um mal menor, condenando de forma igual os países beligerantes, como indica Cohen (1990), através da análise de Lenin.

A guerra vem sendo preparada há décadas, é o resultado da corrida armamentista, do aguçamento da luta pela conquista de mercados, ao que se somam os interesses das atrasadas dinastias da Europa Central e Oriental: é o resultado da nova fase imperialista de desenvolvimento do capitalismo (p.40).

Todavia, o Grupo de *Baugy/Estocolmo* apoiou as posições de Lenin quanto à conclamação para a fundação de uma nova *Internacional Socialista*. Porém, exigiram que essa fosse a mais ampla possível e incluísse também, “todos os social-democratas

contrários a guerra e os mencheviques da ala esquerda, seguidores de Trotsky”. O grupo apoiou Lenin também quanto à formulação do novo programa do partido, para o qual, Bukhárin muito contribuiu ao integrar a comissão incumbida de sua formulação. Por isso, Bukhárin ao moderar o apoio às reivindicações socialistas alegava que: “como o processo de maturação de uma revolução é um tanto demorado historicamente, o proletariado não pode de modo algum abrir mão da luta por reformas parciais” (Cohen, 1990:40).

Lenin, alegava que as idéias do *Grupo de Baugy/Estocolmo* não tinham proximidade com o marxismo e a social-democracia revolucionária, e que, os debates abertos propostos por Bukhárin, eram antipartidários. Embora, considerasse Bukhárin um economista aplicado que teve sempre o seu apoio, não deixava de atacá-lo. A crítica formulada por Lenin à posição de Bukhárin, ainda em 1915, consistia em que o lema da *autonomia nacional* deveria se constituir numa palavra de ordem do proletariado russo, que por meio da *autonomia nacional*, sob a hegemonia proletária, se atingiria o *internacionalismo*. Posição contrária à de Bukhárin, cuja influência herdara de Piatakov, que a recolhera de Luxemburgo na *questão nacional*, como já citamos na disputa pelo *Kommunist*. Para Bukhárin, como para os *comunistas radicais* e os *comunistas de esquerda* desta época, a questão da *autonomia nacional* estava desatualizada e os apelos ao nacionalismo eram inadequados nesta fase imperialista, pois o *internacionalismo revolucionário* não deveria mais contemplar a formação e a autonomia dos novos Estados nacionais, mas lutar contra a internacionalização do capital imperialista monopolista por meio da conscientização política do proletariado para a necessidade deste empreender uma luta constante para realizar uma *revolução mundial*.

Lenin, ainda frisava, “Bukhárin é extremamente instável em política. A guerra lhe trouxe idéias semi-anarquistas” (Lenin *apud* Cohen,1990:54). Todavia, as polêmicas perduraram até 1919, mas sem gerar um rompimento efetivo entre eles, pois ainda em 1916, segundo relata Cohen, Lenin julgava que “os erros imperdoáveis de Bukhárin e Cia., deviam-se a juventude (...) e talvez estivessem sanados em cinco anos”(idem). Encarada desta forma, a intuição de Lenin soa profética, pois após cinco anos, a partir de 1916, como este previra, Bukhárin iniciaria já em 1921, a guinada que o levaria de *comunista de esquerda* à líder da direita do partido.

1.2. A crítica de Bukhárin à economia política do rentista.

Foi durante o exílio em Viena, na Áustria, que Bukhárin se propôs a um objetivo teórico de fôlego: estudar toda a economia política desenvolvida depois da morte de Karl Marx, em 1883. Após compulsar a vasta literatura econômica moderna, inclusive a das correntes marxistas decidiu escrever entre 1912-1913, uma de suas primeiras e mais consistentes obras teóricas, que ainda hoje mantém atualidade, *A economia política do rentista: crítica da economia marginalista*, mas que somente foi publicada em 1919. Nesta obra, Bukhárin fundamentava a sua crítica à economia burguesa *marginalista* e, também, à teoria da *utilidade marginal*, por meio do desenvolvimento de uma análise psíco-sociológica e marxista do indivíduo em relação à produção. Desta maneira, ele pode apontar o papel improdutivo exercido na economia pelo burguês rentista, que ao viver somente de juros e de aplicações financeiras não contribui com a produção material da sociedade.

Um dos motivos que levou Bukhárin a escrever este livro foi dar continuidade à refutação de um artigo publicado por Eugen Böhm-Bawerk em 1904, no qual este criticava a obra *O Capital* de Karl Marx, atacando os fundamentos da análise marxista da economia capitalista em seu ponto mais vulnerável, a teoria do *valor-trabalho*, e afirmava a sua própria teoria da *utilidade marginal*. Nesta, o valor não é determinado pelo *trabalho* investido no produto, mas pela *utilidade* que o produto tem para seus compradores. Marx, todavia, partia do *valor-trabalho* para compreender o lucro e a acumulação capitalistas, visando demonstrar cientificamente a natureza exploradora do capitalismo. Porém, naquela época este artigo de Böhm-Bawerk, fora respondido pelo

economista marxista austríaco Rudolf Hilferding⁶. Porém, a resposta de Hilferding ao artigo deste teórico marginalista manteve-se estritamente dentro daquilo que se fazia necessário à defesa da doutrina econômica marxista, o que conduziu Bukhárin a entender que era necessário tecer uma crítica interna mais profunda a todo o sistema lógico e teórico que sustentava a *teoria marginalista*.

Ao estudar a economia política burguesa daquela época Bukhárin distinguiu nela duas correntes principais. Uma era a *escola histórica alemã* de Roscher, Hildebrandt, Knies, Karl Bucher, Gustav Schmoller e List, que se baseava nos interesses protecionistas da burguesia da Alemanha diante da forte concorrência da indústria inglesa no mercado mundial. A outra era a *escola marginalista austríaca abstrata* de Karl Menger, Frederick von Wiser e Eugen Böhm-Bawerk, voltada à elaboração de abstrações teóricas descoladas da realidade concreta.

Bukhárin explicava nesta obra que a *escola histórica* na Alemanha por basear-se na defesa protecionista da indústria, rejeitava quaisquer abstrações e formulações de leis universais, opondo-se aos *economistas clássicos* ingleses, como David Ricardo e Adam Smith, somente tendo por legítimas a elaboração de monografias de caráter empírico. Porém, ao contrário desta, a *escola marginalista austríaca* se situava num nível mais alto de abstração teórica, pela utilização elevada de formulações de caráter matemático. Resultando disto, seu caráter a-histórico e a sua preferência por elaborar leis universais sem basear-se na realidade concreta das diferentes épocas históricas.

Ambas alternativas expressam, conquanto sob forma diametralmente oposta, o fracasso da Economia Política burguesa. A primeira fracassou porque adotou uma atitude negativa diante de toda teoria abstrata em geral. A segunda, porque se satisfaz com a elaboração de

⁶ Cf. HILFERDING, Rudolf. La crítica de Böhm-Bawerk a Marx. In: BÖHM-BAWERK, Eugen von et ali. *Economía burguesa y economía marxista*. II ed. México: Pasado y Presente, 1978.

uma teoria puramente abstrata e ofereceu, dessa maneira, uma série de pseudo-explicações habilmente imaginadas, porém inúteis no referente aos problemas em cuja abordagem o marxismo demonstrou ser particularmente uma teoria eficaz: os relativos à dinâmica da sociedade capitalista atual (Bukhárin,1974).

Segundo Bukhárin (1974), esta *escola histórica alemã* surge enquanto reação a perpetuação e ao cosmopolitismo dos *clássicos*. Particularmente, porque a *Economia Política clássica*, especialmente a *inglesa*, sempre buscou formular leis gerais, que possuísem validade universal, elaboradas a partir de um forte caráter teórico-abstrato dedutivo. Porém, procura demonstrar também nesta obra, que essa diferença metodológica, existente entre os *clássicos ingleses* e a moderna *escola histórica alemã*, possuía no fundo profundas raízes econômicas e sociais. Mas, se assim o era, o que se encontrava então por trás de toda esta discussão metodológica em *Economia Política* no início do século XX?

O que se ocultava por trás dessa discussão metodológica era exatamente o fato de que os economistas *clássicos*, como David Ricardo, formularam leis gerais abstratas de caráter universal baseadas no processo de desenvolvimento teórico da economia, fomentado pela indústria inglesa. Ou seja, esse cosmopolitismo dos *clássicos ingleses*, em verdade, refletia o desenvolvimento alcançado pela indústria nacional da Inglaterra, por ter sido o país berço da Revolução Industrial, a partir de 1750. Portanto, por encontrar-se assim a Inglaterra, numa situação de superioridade tecnológica e teórica em relação ao surgimento e o desenvolvimento do capitalismo industrial noutros países europeus como França e Holanda, que somente muitas décadas depois começou a se expressar. Mas, a importação deste mesmo modelo capitalista industrial inglês para a Alemanha e a Itália, somente muito tardiamente ocorreria, depois do longo processo

político de unificação territorial e de formação dos Estados nacionais nestas duas regiões, após 1861-1873, então ainda, semi-feudais da Europa.

Neste cenário de desenvolvimento capitalista tardio nos países do continente europeu, ainda nas primeiras décadas do século XX, a Alemanha possuía um caráter de país essencialmente agrário e muito atrasado, particularmente, em relação à elevada performance industrial capitalista da Inglaterra no campo internacional. A indústria metalúrgica alemã, por exemplo, se encontrava constantemente acossada pela forte e dinâmica concorrência da indústria inglesa no mercado mundial e, também, no próprio mercado interno alemão. Foi esta situação de extrema diferença econômico-industrial com os ingleses, que propiciou o surgimento da *escola histórica alemã*. Sobretudo, devido à necessidade prática e teórica da burguesia industrial em proteger a sua nascente e frágil indústria, por meio da adoção de uma série de políticas tarifárias e aduaneiras protecionistas por parte do Estado Imperial alemão.

No campo teórico, mais precisamente, por meio da *escola histórica*, esta necessidade de proteção da indústria alemã ganha outros matizes. Os seus estudos deveriam obrigatoriamente refletir as circunstâncias e condições materiais concretas da realidade, intrínsecas ao país em que esse nascente desenvolvimento capitalista industrial acontecia. Mas, também, deveria apontar as reais perspectivas de crescimento da indústria alemã, em meio às salvaguardas protecionistas adotadas pelo Estado. Por isso, a refutação por parte desta *escola* da validade universal das teorias econômicas e de suas leis de caráter geral, desenvolvidas pelos *clássicos* ingleses.

Se a burguesia inglesa estava dispensada de enfatizar as particularidades nacionais, a burguesia alemã, pelo contrário, devia se mostrar atenta à originalidade e autonomia da evolução alemã e servir-se delas a fim de demonstrar teoricamente a necessidade de um protecionismo para o desenvolvimento. O interesse teórico se

concentrava, com efeito, no historicamente concreto e nacionalmente limitado. A teoria servia exclusivamente para pôr em evidência estes aspectos específicos da vida econômica. De um ponto de vista sociológico, a escola histórica foi a expressão ideológica deste processo de crescimento da burguesia alemã que, temerosa da concorrência inglesa, buscou apoio para a indústria nacional e, por isso, salientou as particularidades nacionais e históricas da Alemanha e outrossim, generalizando o procedimento, as de outros países (Bukhárin, 1974:46).

Porém, num quadro econômico histórico mais amplo, devemos salientar que estas duas posições divergentes teoricamente, a *clássica inglesa* e da *escola histórica alemã*, poderiam ser genérica e comparativamente semelhantes nalguns aspectos. Por exemplo, baseando-se no fato de que essas duas correntes de pensamento refletiam os seus posicionamentos teóricos dentro do contexto do processo de desenvolvimento da industrialização capitalista nacional, que teve lugar nesses dois países. Mas, o lugar ocupado pela Inglaterra, como país pioneiro no processo de desenvolvimento da industrialização capitalista, permitiu que as leis gerais abstratas formuladas por seus teóricos na área da *Economia Política* ganhassem importância e contornos universais.

Isso se justifica, porque este modelo econômico capitalista industrial inglês foi, de uma certa forma, transplantado quase de forma literal a todos os países do continente europeu e, também, para as colônias. Esse foi o caso da Alemanha, que inicialmente também importou dos ingleses seu modelo industrial, que, devido às peculiaridades locais de um país agrário atrasado, necessitou depois criar as suas próprias bases materiais que permitissem acelerar esse desenvolvimento para sobreviver em meio à acirrada competição capitalista no mercado mundial. Foi esse processo, destinado a atingir um desenvolvimento industrial nacional autônomo que levou ao surgimento da

escola histórica na Alemanha, sobretudo para pensar e justificar a importância que jogava, nessa realidade local-nacional, a adoção das políticas protecionistas que resguardassem as suas frágeis bases industriais. Ou seja, como elucida esta análise de Bukhárin;

De um ponto de vista genérico-social, tanto a escola histórica como a clássica são nacionais, na medida em que ambas são o produto de uma evolução histórica e localmente limitada. De um ponto de vista lógico, não obstante, os clássicos são cosmopolitas e os partidários da escola histórica são nacionais (idem).

Portanto, o pensamento econômico *clássico* inglês somente foi capaz de se universalizar devido ao pioneirismo do desenvolvimento capitalista naquele país. Mas, substancialmente, não deixou de ser fruto dum desenvolvimento industrial nacional, semelhante ao que, décadas depois, ocorreu na Alemanha. O fator diferenciador, no caso desses países, está na não-aceitação da validade teórica universal das teorias, teses e leis gerais abstratas, formuladas no século XIX pelos *clássicos* ingleses, por parte dos teóricos da *escola histórica alemã*. Sobretudo, porque o que estava em jogo neste caso era o próprio desenvolvimento industrial alemão e a sua sobrevivência diante da concorrência inglesa e, em geral, da de outros países industrializados anteriormente.

Por isso podemos, corroborando com a análise de Bukhárin, atrelar o processo de desenvolvimento da *escola histórica alemã* ao protecionismo, pois a sua vocação empirista monográfica fornecia o suporte e a legitimação teórico-lógica para, a partir da realidade nacional, justificar as medidas de cunho protecionistas tomadas pelo Estado, que agradavam a burguesia industrial alemã. Segundo Bukhárin (1974), o processo de constituição dessa escola estava desde o início vinculado diretamente ao protecionismo nacional: “o movimento protecionista alemão converteu-se, assim, no berço da escola

histórica”. Tal fato, foi responsável por engendrar o surgimento de tendências de vários tipos e diferentes características teóricas.

Porém, particularmente, fomentou a sua principal corrente de pensamento, representante da conservadora burguesia rural alemã, a *escola histórica nova* ou *histórico-ética*, idealizada então por Gustav Schmoller. Mas, o que caracterizava, de fato essa escola, era a atitude negativa face à teoria abstrata que como observa Bukhárin: “parecia aos cientistas como sinônimo de absurdo” (1974:47), gerando por parte destes, o repúdio a toda produção de teorias, teses e leis de caráter abstrato ou geral na *Economia Política*. Por isso, estes validavam apenas aqueles estudos que possuíam caráter estreitamente empírico e monográfico refratário a toda generalização.

Isso, no entanto, levou Bukhárin a incidir num grave erro teórico, que muitos anos depois provocaria uma acirrada polêmica com os stalinistas, que teria repercussões negativas à sua carreira política e teórica. Seu erro foi profetizar o fim da *Economia Política*, que deixaria então de ser uma disciplina de estudos específicos autônoma e seria substituída na sociedade *socialista*, por um tipo de *geografia econômica* e por uma *política econômica* da base material da sociedade. Na avaliação de Bukhárin “a rejeição da teoria geral constitui precisamente a negação da Economia Política como disciplina teórica autônoma, a declaração de sua bancarrota” (1974:48).

Noutra análise crítica, também em *A economia política do rentista*, Bukhárin fundamenta seus argumentos contra a *escola a-histórica austríaca*, sobretudo, visando responder as críticas desferidas contra o *marxismo*. Tal teoria era então ministrada em forma de conferências no curso de Economia da Universidade de Viena por Böhm-Bawerk, Karl Menger e Wieser, das quais, Bukhárin participou como aluno ouvinte. Uma das características dessa *escola* é a sua rejeição violenta ao *historicismo*, pois seus

teóricos consideraram necessário observar os fenômenos típicos e as leis gerais da *Economia Política*. Ou seja, de uma maneira empirista, para os cientistas dessa corrente austríaca de pensamento, era necessário então se desenvolver férreas leis exatas, como se isso fosse algo epistemologicamente possível no campo da economia capitalista.

Bukhárin, por meio da obra *Der bourgeois*⁷, de Werner Sombart, elabora uma análise histórica e psicológica sobre o espírito burguês em seu aspecto *decadente*, nas principais formações econômico-sociais capitalistas dos séculos XVII e XVIII. Dessa forma, ele buscava precisar as origens do surgimento duma fração *rentista* no interior das classes burguesas dedicadas às altas finanças durante o *ancien régime* na Inglaterra, França e Holanda.

A partir dessa análise, Bukhárin pode então inferir que esta *decadência* do espírito capitalista burguês não levou uma camada dessas classes ao processo de refeudalização, como ocorrerá nos demais países europeus. Porém, ao contrário, este espírito capitalista burguês decadente os transformou em uma fração *rentista*, separada da burguesia ativa e produtiva. Ou seja, uma parcela das classes burguesas voltadas às finanças, desde os séculos XVII e XVIII, passou então a viver somente de aplicações financeiras, sobretudo, em letras do tesouro nacional dos países, sem nenhum vínculo direto com a produção social material das sociedades em que viviam.

Transplantar sua análise à modernidade não foi difícil para Bukhárin, pois a evolução capitalista sofreu uma profunda aceleração no processo de acumulação de capital, ao longo das últimas décadas do século XIX e início do XX. Tal processo, resultou na transformação da economia de livre concorrência em monopolista, em sua fase imperialista, por meio da fusão dos capitais industrial e bancário nas bolsas de

⁷Cf. SOMBART, Werner. *EL BURGUES: contribucion a la história moral e intelectual del hombre econômico moderno*. Trad. de Victor Bernardo. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Oresme, 1953.

valores, que se transformou em *capital financeiro*⁸. Esse capital, por sua vez, engendrou a constituição de grandes *cartéis*, *trusts* e *oligopólios* empresariais, que passaram a concorrer no mercado mundial. Portanto, estas transformações econômicas e políticas contribuíram ainda mais para acelerar o crescimento desta fração *rentista* na sociedade capitalista mundial, facilitado ainda com o surgimento das empresas de sociedades anônimas, pelo sistema de créditos e empréstimos aos países pobres e colônias e, ainda, com a especulação nas bolsas de valores européias e norte-americanas.

O número destes indivíduos cresce, a ponto de chegar a formar uma classe social: a dos rentistas. Este estrato da burguesia, ainda que não constitua uma classe no sentido específico da palavra, senão um grupo com características próprias no interior da burguesia capitalista, apresenta certas notas distintivas que o caracterizam e que derivam de sua psicologia social. A expansão das sociedades anônimas e dos bancos e a crescente influência da Bolsa engendram e consolidam este grupo social. Sua atividade econômica se exerce essencialmente no plano da circulação, sobretudo de títulos e valores, e nas transações da Bolsa. É significativo o fato de que, no interior deste estrato social, que vive de rendas produzidas por estes valores, existam diferentes matizes. O caso limite é representado pela camada situada fora não só da produção como também do próprio processo de circulação (Bukhárin, 1974:49).

Buscando desenvolver sua análise sobre as características principais desse novo estrato social, os *rentistas*, ressalta seu caráter *parasitário* e afirma que a sua atividade se exerce no campo do *consumo*. “A vida inteira do rentista se baseia no ‘consumo’ e a ‘psicologia do consumo em estado puro’, constitui seu estilo particular de vida”. Ainda, embasando-se na obra *El Burgues*, de Werner Sombart, segundo infere

⁸ Cf: HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero*. Madrid, Techos, 1973.

Bukhárin, as características psicológicas deste estrato *rentista* aparentam-se às da nobreza decadente e às da aristocracia financeira de fins do *ancien régime* (*idem*).

Fundamentando a sua argumentação crítica nesta obra, Bukhárin tece uma comparação entre os modos de vida do proletariado e dos *rentistas*. E indica, a partir dela, que a principal característica desse estrato *rentista* é o fato de sua completa separação de todo o processo de vida econômica da sociedade. Por isso, para essa parcela *rentista*, o trabalho produtivo concreto seria algo fortuito e colocado à margem de seu horizonte visual, que se limita apenas ao presente.

Para ele, tal fato, reforçaria a característica psicológica do *rentista* como consumidor passivo que não possui, como o proletariado que vive na esfera da produção social, uma mentalidade ativa de produtor socialmente útil. Portanto, conclui que a segunda característica mais importante do estrato *rentista* seria o seu individualismo crescente. Porém, dando um fechamento de cunho mais político e ideológico para a sua análise, Bukhárin (1974), afirma que a terceira característica mais importante deste estrato *rentista* seria, como no caso da burguesia em geral, o seu temor ao proletariado e o medo às eminentes catástrofes sociais.

Na sua concepção, tais aspectos da consciência social do *rentista*, derivados de seu ser social, determinam a sua consciência no aspecto teórico e no nível das idéias científicas. Para ele, a psicologia seria a base da lógica, pois os sentimentos e as propensões determinariam a orientação geral do pensamento e a perspectiva pela qual se considera a realidade antes de submetê-la à lógica. Por isso, se a análise duma frase isolada de uma teoria qualquer não permite desvendar a sua infra-estrutura social, um estudo das características distintivas e do aspecto geral do sistema permitiria observar essa infra-estrutura. Por isso, para ele cada frase teria um sentido novo, se configuraria

na trama de todo encadeamento, traduzindo a experiência duma determinada classe ou de um grupo social dado (1974:52).

Retomando assim a análise da *escola austríaca*, procura enfatizar sua característica lógica distintiva. Para tal, procede à comparação metodológica entre as teses da *escola austríaca* e do *marxismo*. Indicando o cerne da questão, afirma que, diferentemente de Marx, cuja análise parte da produção capitalista como categoria histórica específica, o objetivo principal do *rentista* é a solução do problema do *consumo*. Portanto, infere que essa constitui a posição teórica fundamental e característica da *escola austríaca*.

A partir disso, Bukhárin demonstrou que a argumentação dos teóricos da *escola austríaca* e da *marginalista* possuía por base comum o *subjetivismo* e o *individualismo* do sujeito econômico. Porém, no fundo, essa argumentação das *escolas austríaca* e *marginalista* pouco se distinguia das teorias baseadas na análise da *utilidade* e do *valor de uso* dos bens, formuladas por pensadores do século XIX, como Adam Smith. Os mesmos procedimentos teóricos e metodológicos se expressavam nessas primeiras décadas do século XX, na *escola anglo-americana*, cujo expoente era J.B.Clark. Mas essas teorias, de certa forma, ainda impregnam toda a base do pensamento econômico neoliberal atual que rege o processo de globalização econômica mundial ditada pelo FMI e pelo Consenso de Washington. O que garante a atualidade da crítica formulada por Bukhárin ainda no início do século XX.

Um aspecto importante de *A economia do rentista* é o fato de Bukhárin não fazer uma análise crítica superficial à *escola austríaca* e a *marginalista*. Ao contrário, ele aprofundou sua crítica metodológica da economia burguesa moderna a partir da comparação com a teoria *marxista*. Desta forma, pôde caracterizar no interior da

burguesia como classe social, o estrato dos *rentistas*, demonstrando a sua ligação teórica estreita com o *subjetivismo* e com o *individualismo* atomístico de Böhm-Bawerk.

Bukhárin comprovou metodologicamente que as teses da escola *austríaca* partiam das análises das motivações psicológicas do indivíduo isolado e das análises das motivações dos sujeitos econômicos, fazendo abstração de toda correlação social. Por isso, as refuta cientificamente, alegando que essas teorias, ao partir de uma análise do indivíduo social atomizado, não refletiriam a realidade econômica concreta do modo de produção capitalista, pois se fundavam em uma formulação errônea ao fazer da consciência individual do sujeito econômico, o ponto de partida de sua análise teórica e o centro gravitacional de sua argumentação a-histórica.

Com efeito, enquanto “Marx concebe o movimento social como um processo histórico-natural regido por leis que não somente são independentes da vontade, da consciência e da intenção dos homens, senão que, ademais, determinam sua vontade, consciência e intenções [...]” (trecho da crítica de Kaufmann citado pelo próprio Marx), Böhm-Bawerk faz da consciência individual do sujeito econômico o ponto de partida de sua análise (Bukhárin,1974:57).

Essa oposição entre o método *objetivo* e o *subjetivo*, segundo Bukhárin, caracteriza uma oposição entre o método *social* e o método *individualista*. Por isso, sublinha, como o fez Marx, a independência com relação à vontade, à consciência e às intenções humanas; para, em segundo lugar, buscar definir com precisão esse sujeito econômico, do qual parte a *escola austríaca* em suas análises econômicas. A sociedade moderna capitalista anárquica, objeto de estudo da *Economia Política*, em cujo mercado atuam forças elementares como a concorrência, flutuação dos preços, bolsas de valores etc., comprova que o produto social governa seus criadores e que o resultado dos motivos geradores da ação dos sujeitos econômicos individuais, mas não isolados, não

correspondem a esses motivos e, em certos casos, encontra-se em violenta oposição a eles.

Recorrendo à análise da *mercadoria* de Marx no livro primeiro de *O Capital*, Bukhárin (1974:58) afirma que metodologicamente “este fenômeno expressa o caráter irracional, elemental, do processo econômico desenvolvido nos marcos da economia de mercado e aparece claramente na psicologia do fetichismo das mercadorias”. Uma vez que se produz no interior da própria economia mercantil o processo de reificação (*Verdinglichung*) das relações humanas, em que tais “expressões coisificadas” (*Dingausdrücke*) levam uma existência autônoma independente, submetida a leis específicas próprias apenas deste tipo de existência, enquanto consequência do caráter elemental do próprio desenvolvimento capitalista.

O que Bukhárin quer dizer é que o método elaborado por Marx consiste em buscar determinar quais são as leis reguladoras das relações entre os diferentes fenômenos sociais capitalistas. Ou seja, em seu método Marx analisa as leis da dinâmica do desenvolvimento do sistema capitalista, que regem os resultados das vontades particulares, mas sem todavia examinar estas vontades como tais, sem analisá-las como vontades individuais. Marx analisa essas leis que governam os fenômenos sociais, abstraindo sua relação com os fenômenos dependentes da consciência individual.

Portanto, o método formulado por Marx é conceitualmente muito diferente da forma metodológica com que Böhm-Bawerk elaborava a sua análise dos sujeitos econômicos. Segundo Bukhárin, este analisava os sujeitos econômicos meramente como átomos isolados, abstraindo das correlações sociais resultantes da própria determinação da infra-estrutura econômica da sociedade capitalista, nas quais este indivíduo, por mais isolado que estivesse, encontrava-se totalmente imerso, exatamente pelo fato dos

homens viverem enquanto *zoon politikon*, ou seja, viverem em sociedade. Por isso, nessa análise crítica da *escola austríaca*, Bukhárin avalia corretamente que Böhm-Bawerk se equivoca metodologicamente ao tomar como centralidade teórica de suas elaborações abstratas em *Economia Política*, o sujeito econômico isolado.

Desta forma, Böhm-Bawerk escamoteava o cerne da questão metodológica, que era desenvolver uma análise sobre o que caracterizava o intercâmbio capitalista, pois o capitalismo constitui a atual forma historicamente desenvolvida da produção de mercadorias. Por isso, era esta relação capitalista de intercâmbio historicamente situada e determinada que deveria ser objeto de análise de Böhm-Bawerk e não o intercâmbio indistinto, a-histórico e desconectado de qualquer formação sócio-econômica histórica e especificamente determinada, como o era e continua a ser o sistema capitalista.

Portanto, toda a crítica que foi desenvolvida e fundamentada por Bukhárin nesta sua obra, *A economia política do rentista*, realçava sobretudo, a diferença metodológica existente entre os fundamentos das *escolas histórica empírica alemã* de List e de Schomoller e o da *austríaca abstrata matemática a-histórica*, baseada na teoria de Böhm-Bawerk. Sobretudo, porque essa caracterizaria a antítese da ideologia proletária, objetivismo *versus* o subjetivismo, o ponto de vista histórico *versus* a perspectiva a-histórica, o ponto de vista da produção *versus* o do consumo.

Precisamente porque corresponde à ideologia de um tipo marginal da burguesia, a escola austríaca constitui a antítese perfeita da ideologia proletária: objetivismo *versus* subjetivismo, ponto de vista histórico *versus* perspectiva a-histórica, ponto de vista da produção *versus* ponto de vista do consumo - esta é a diferença metodológica, tanto dos fundamentos da própria teoria como de toda a construção teórica de Böhm-Bawerk (Bukhárin,1974:54).

Porém, nunca será demais reafirmar a importância e a atualidade desta obra bukhariniana, nem lembrar que esta consiste numa das críticas mais profundas já elaborada sobre os equívocos metodológicos das escolas *histórica alemã* e *a-histórica austríaca*, como também, da *teoria marginalista*, que embasam o pseudo pensamento econômico e anti-científico pós-moderno capitalista atual⁹. Escolas econômicas estas cujos representantes teóricos ainda se encontram em plena atividade e cujas raízes teóricas e metodológicas fundamentam muitas das presentes teorias econômicas e acadêmicas que intentam defender, legitimar e justificar o projeto de dominação mundial capitalista por meio da globalização econômica que consubstanciam o ideário neoliberal imposto pelo FMI e pelo Consenso de Washington aos povos e nações do mundo periférico visando o saqueio de suas riquezas naturais e a superexploração de sua força de trabalho. Sobretudo, em relação ao emprego do *capital financeiro* de natureza mais especulativa e volátil das oligarquias financeiras, dominadas por esse estrato *rentista* da sociedade capitalista mundial que Bukhárin, ainda em 1914, desvendou a existência parasitária.

Entretanto, a eclosão da *Primeira Guerra Mundial*, cujo fato gerador foi o caráter colonial e imperialista da não redivisão territorial dos mercados do terceiro mundo, pelas potências européias solicitadas por países como a Alemanha e a Itália, fez com que Bukhárin deixasse a Suíça e se transladasse para Estocolmo na Suécia, junto com os outros membros do *Grupo de Baugy*. Todavia, os assuntos pertinentes que se encontravam na ordem do dia no mundo em 1914-1915, como as questões da *guerra*

⁹ Cf. Sobre a questão da pós-modernidade capitalista ver a obra de Harvey, D. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989. Existe uma edição brasileira desta obra, porém não possuo os dados referenciais. Ou, também, quanto a questão da ciência e do poder na pós-modernidade ver Dahlberg, Gunilla et al. *Direções minoritárias no mundo majoritário: perigos e possibilidades*, p. 209 a 243, capítulo VIII. In: *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003. Ainda sobre esta questão ver a obra de Foucault, M. *Discipline and punish: the birth of prison*. Harmondsworth: Penguin, 1977.

imperialista, da *revolução socialista*, do *Estado* e do *imperialismo*, irão daqui para frente marcar todo o desenvolvimento dos estudos e da própria produção teórica de nosso autor. Portanto, será sobre tais itens que discorreremos e sobre os quais trataremos também de desenvolver a nossa análise e reflexão crítica, no próximo capítulo.

Capítulo II – Estado imperialista e guerra.

2.1. A guerra, o imperialismo e a questão do Estado.

A eclosão da *guerra imperialista* de 1914-1918, não foi apenas uma catástrofe marcante para os povos da Europa e do mundo, ou uma mera reorganização econômica do mercado mundial pelas potências imperialistas beligerantes. Serviu, particularmente, como um profundo divisor de águas entre os social-democratas e os marxistas quanto à orientação ideológica e a política estratégica que seus partidos tomariam diante dela. O intenso processo degenerativo e capitulador fomentado pela situação criada com a *guerra* sobre o conjunto da social-democracia e das correntes de esquerda européias, trouxe conseqüências duradouras à sua própria transformação política e à superação do *reformismo*, advindo do *Bernstein-debatte* ocorrido no início do século XX. Por isso, dentre os fatores que mais contribuíram para o desenvolvimento teórico de Bukhárin, merece destaque a influência determinante que as transformações sociais e políticas e as suas implicações teóricas, derivadas desta *guerra*, tiveram sobre o proletariado europeu.

O ponto fundamental desta cisão na esquerda européia deveu-se às posições ideológicas e políticas que os movimentos operário e sindical, e os partidos da social-democracia tomaram em apoio à guerra. A *questão nacional* ganhou aqui a maior importância, pois estes se colocaram ao lado do patronato de seus países votando os créditos de guerra e jogando assim, os trabalhadores de um país contra os dos outros, num conflito fratricida para a própria classe operária mundial. Este processo teve como resultado o completo esfacelamento organizacional e político da *II Internacional*, além de conduzir à fragmentação teórica os principais partidos da esquerda européia e ao

declínio moral dos movimentos operário e sindical, gerando um refluxo na ascendência que possuíam sobre as massas revolucionárias.

No entanto, é preciso lembrar que já na fase anterior, de pré-guerra, a situação presente no movimento operário e nos seus partidos políticos era por demais imprecisa, o que contribuiu para este processo, e redundou na falência política da *IIª Internacional Socialista*. Esta havia sido fundada em 1889, e sua influência política ao longo do tempo tornara-se determinante para as correntes social-democrata, socialista e marxista deste período histórico, até 1914. A sua função principal era organizar, centralizar e ser um fórum de discussões teóricas e táticas referenciais para os partidos de esquerda e o movimento revolucionário internacional, tendo sempre como objetivo final conduzir o proletariado mundial à *revolução socialista*. Entretanto, é bom que se diga, que a crise política e ideológica que passou a viver a *IIª Internacional* após este período, não se derivou apenas da guerra. Antes disto, já se encontrava em expansão as correntes *revisionistas* e *reformistas* no interior do próprio arcabouço teórico que sustentava a social-democracia e a maioria das correntes da esquerda marxista européia.

A social-democracia era a corrente política e ideológica dominante em torno da qual se congregavam teórica e politicamente os partidos socialistas e marxistas europeus, e os próprios movimentos sindicais e operários ligados a *IIª Internacional*. Todavia, esta sua crise, se deu no aspecto político e ideológico a partir das reformulações teóricas realizadas pela social-democracia austríaca, inglesa e alemã. Estas visavam moderar ou retirar o radicalismo revolucionário da teoria marxiana, em continuidade das iniciativas defendidas por Edward Bernstein do começo do século XX. A intenção oculta nestas alterações de rumos teóricos e políticos, era cooptar os sindicatos para a prática de uma mera política *reformista* e pontual, que não

transbordasse os limites demarcados pela institucionalidade burguesa capitalista e que, em última instância, privilegiava apenas o patronato e uma pequena parcela da classe operária moderna. O *reformismo* é indicativo da tendência desta parcela mais aburguesada do movimento proletário, em assimilar as mudanças adotadas no modo de produção capitalista com a introdução dos métodos *taylorista-fordista* após 1900-1913, pelo patronato capitalista. Indicando também, que estas incorreções ideológicas, políticas, táticas e estratégicas que minavam setores dos partidos de esquerda alinhados na *Internacional*, acabavam por tornar seus partidos débeis nas suas ações e, ainda, inconsistentes ideológica e politicamente.

Um das maiores debilidades dos partidos da Segunda Internacional consistia em terem deixado apagar quase completamente as vivas tradições democrático-revolucionárias. Esta afirmação vale do modo mais literal para a Inglaterra; mas indica também um importante fundamento de muitos erros ideológicos da social democracia alemã. O período das revoluções burguesas havia se concluído para os países ocidentais; e a revolução proletária ainda não parecia estar às portas para eles, não parecia ser ainda uma tarefa atual. Os partidos se inseriram cada vez mais totalmente num legalismo parlamentar e sindical. (Lukács *apud* Bertelli, 2000:214)

O legalismo partidário e sindical situava o parlamento como via na resolução dos conflitos gerados pelo antagonismo estrutural existente entre as duas classes sociais fundamentais, o proletariado e a burguesia, produzidas pela perpetuação das relações de produção e de reprodução materiais da sociedade burguesa capitalista. Tal questão seria objeto de uma das mais importantes polêmicas teóricas travadas por Lenin e Bukhárin com o mais eminente representante da social-democracia desta fase, o teórico marxista Karl Kautsky. Ambos viriam também a se insurgir contra o *social-chauvinismo* ou *social-patriotismo* no interior do movimento operário e contra o surgimento de um

sindicalismo legalista e a-político dirigido por uma elite operária, chamada por Lenin de *aristocracia operária*. Será este sindicalismo, partícipe dos lucros do butim imperialista sobre as colônias, sujeito à influência do patronato e baseado no revisionismo e no reformismo sob a influência da social-democracia, que conduzirá a falência da *II Internacional*. Reformismo este, que Lenin e Bukhárin iriam a partir daí, combater cada vez mais energeticamente no interior do movimento operário.

Foram muito poucos os que se deram conta que a entrada no período imperialista significava a abertura de uma fase de decisivas lutas revolucionárias. Ainda mais: como se sabe, as condições econômico-sociais do período imperialista motivaram uma liquidação aberta dos objetivos e dos métodos revolucionários do movimento operário, a tendência do partido operário a transformar-se num partido operário liberal: isto é, o revisionismo foi, precisamente nas questões mais decisivas (ditadura do proletariado), muito oscilante e irresoluta. A ala esquerda combatia a tática dos revisionistas, mas não era capaz de descobrir e destruir radicalmente sua concepção de mundo e sua estratégia. (*idem*).

Outrossim, ressalte-se que o intenso desgaste político sofrido pelos partidos da esquerda européia, com o crescimento das correntes reformista e revisionista no interior dos movimentos operário e sindical ligados à social-democracia, foram fatores decisivos para esta cisão política e ideológica da *IIª Internacional*, responsável por alijar dela os bolcheviques, os comunistas de esquerda e os radicais. Tanto que parece sintomático que Lenin tenha mudado sua visão político-estratégica, um pouco antes disto ocorrer.

Com o desencadeamento da guerra mundial, o horizonte no qual se move o pensamento e a ação de Lenin, sua posição política diante do movimento operário internacional, sofrem uma mudança brusca e radical modificação. Sua reflexão e sua ação, que até às vésperas da guerra, se haviam dirigido essencialmente para problemas russos, para as questões colocadas pela retomada revolucionária, para a vida da

social-democracia russa, deslocam-se resolutamente para o nível da situação mundial, do movimento operário internacional, da Segunda Internacional. (Gruppi,1979:107)

Segundo Bertelli (1990), a *guerra* teve contribuição fundamental no processo de amadurecimento teórico tanto de Lenin como de Bukhárin, particularmente, quanto ao seu significado no contexto político revolucionário da época. Sobretudo, porque as novas circunstâncias e condições mundiais provocadas com o conflito inter-imperialista, colocava a revolução social na ordem do dia. Nesta nova fase, romper com a guerra e sublevar as massas para edificar a *revolução socialista*, tornar-se-iam os objetivos centrais das atividades teóricas e políticas de ambos no interior do movimento operário e sindical e junto aos partidos da esquerda. As causas que conduziram à *guerra* entre as principais potências capitalistas, como a redivisão colonial do mercado mundial exigidas por Itália e Alemanha, viriam a ter profundas conseqüências teóricas, políticas, econômicas e sociais não somente para o movimento operário mundial, mas para seus próprios teóricos, como o foi para Bukhárin.

A guerra de 1914-1918 serviu de instrumento para permitir a reorganização do sistema capitalista, pelo fato de que a sua expansão imperialista entrou em choque com a organização nacional de cada país, ou seja, as condições objetivas da necessidade de seu desenvolvimento eram tolhidas pelas organizações nacionais dos países mais avançados, e tal contradição só podia ser resolvida pela guerra. Com ela, distante de seus horrores e destruições, surgia a oportunidade histórica de uma nova configuração, uma nova ordem econômica e social. A mudança lançou na arena política não somente camadas burguesas urbanas e industriais, mas, da mesma forma, projetou o seu antípoda, o proletariado urbano-industrial, como sujeito político, pronto a disputar a hegemonia do sistema. (Bertelli,1990)

A importância desta guerra para a expansão do processo revolucionário e a conseqüente radicalização teórica do marxismo é um fato histórico que não pode ser subestimado, pois correr-se-ia o risco de não compreender as significativas mudanças que traria para o futuro da social-democracia e de toda a esquerda européia. Porém, é preciso fazer uma ressalva, pois a *questão nacional* ainda obscurece a percepção de Bukhárin quanto aos processos insurrecionais revolucionários potenciais que a guerra acentua e libera no cenário mundial. A sua concepção sobre esta questão se encontra mais próxima às teses de Rosa Luxemburgo do que das que defende Lenin, levando-o a subestimar o alcance revolucionário das lutas por libertação e independência das colônias e países periféricos.

No entanto, foi a guerra que gerou as condições materiais objetivas para a realização da *revolução liberal-burguesa* de março de 1917 que pôs fim ao regime *czarista* na Rússia e, cujo desenvolvimento possibilitou a passagem à *revolução socialista* de novembro de 1917, pois os liberais deram continuidade à guerra com a Alemanha, contrariando a vontade popular que foi catalisada pelos bolcheviques para sublevar as massas russas e derrubar o Estado liberal capitalista burguês. Portanto, neste momento já se descortina um novo horizonte teórico e político para a ex-Rússia *czarista* e aos próprios teóricos do bolchevismo. Por isso, se faz necessário destacar os rumos políticos e teóricos que serão doravante assumidos por Lenin e Bukhárin, particularmente, na formulação de suas teses sobre as questões do *Estado* e do *imperialismo monopolista capitalista*.

Tais questões ganham enorme significação nesse contexto político e histórico, pois implicam não somente na definição e explicação conceitual dos novos fenômenos surgidos ou originados pela transformação do período do liberalismo capitalista para o

monopolismo econômico, mas também, porque devem abarcar as explicações das novas funções que passavam a desempenhar os *trusts*, oligopólios, cartéis e Estados nacionais nesta reconfiguração capitalista do imperialismo e de sua influência mundial. Foi, por exemplo, a partir destas condições políticas e econômicas, colocadas por essa etapa monopolista do capitalismo, que Bukhárin pode conceber em sua *teoria sobre o imperialismo* a possibilidade da ocorrência de uma *revolução socialista*. Para isso, ele se baseou na constatação de que em sua expansão o próprio imperialismo capitalista inevitavelmente gera a guerra, devido ao elevado grau de concorrência econômica e militar entre os *trusts capitalista de Estado* no mercado mundial, o que facilita a ocorrência, em alguns países ou regiões, de um processo revolucionário que levaria a instauração do *socialismo*.

No entanto, as teses de Bukhárin quanto às funções do Estado e a sua posição antiestatista, retiradas das obras de Marx e Engels, referentes à teoria do Estado e seu esmaecimento durante a etapa intermediária de *transição* do sistema capitalista ao comunismo, o *socialismo*, significaram uma elevação qualitativa na abordagem da temática do Estado, no campo marxista. Tanto que, por serem inovadoras, as proposições defendidas por Bukhárin redundaram em sérias divergências políticas e teóricas com Lenin. Esse debate, sobre a teoria do *Estado* e suas funções nesta fase de *transição*, segundo Bertelli (1999), foi um dos principais fatores que motivou Lenin a escrever o seu conhecido livro *O Estado e a revolução*, em meados de 1917. Nesta obra, formula a sua tese da *ditadura do proletariado* enquanto um semi-Estado, destinado a produzir as condições de seu próprio esmaecimento gradativo. No entanto, para Lenin, este processo, somente se daria na medida em que o proletariado e as massas tivessem concretizado sua experiência de direção do Estado e criado seus órgãos alternativos a

burocracia, na e, pela prática. Essa polêmica entre Lenin e Bukhárin, quanto às formas da extinção do Estado, se concentrou nos textos da obra de Engels, *Anti-Dühring*.

Desde de que deixe de haver classe social a oprimir, desde que, juntamente com o domínio de classe com a luta pela existência individual motivada pela anterior anarquia da produção, sejam igualmente eliminados os choques e os excessos daí resultantes, não haverá mais nada a reprimir que torne necessário um poder repressivo, um Estado. O primeiro ato em que o Estado apareça realmente como representante de toda a sociedade - a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade - será simultaneamente o seu último ato próprio como Estado. A intervenção de um poder do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua numa esfera após outra e acabará naturalmente por se extinguir. O governo das pessoas cederá lugar à administração das coisas e à direção das operações de produção. O Estado não será abolido, extinguir-se-á. (Engels, 1975:242-243)

Portanto, pode-se observar que ao lado da defesa do comunismo, a tese da extinção do Estado nesta acepção engelsiana, constitui uma das teses fundamentais do *corpus* doutrinário marxista. Relevando assim, seu caráter revolucionário e emancipador ao negar a perpetuação de qualquer tipo de dominação de classe. Inclusive, ao negar a dominação do próprio proletariado por meio de sua *ditadura*, que será então substituída pelo auto-governo dos produtores independentes livremente associados no período superior de implantação do *comunismo*. Sobretudo, uma vez que o aparelho de Estado burguês, o *comitê de negócios* da burguesia, segundo Marx, não passe de uma organização destinada ao domínio de uma classe sobre as outras classes subalternizadas da sociedade capitalista, durante a fase de *transição ao comunismo* não existindo mais classes sociais, já eliminadas durante o primeiro período intermediário de *transição*, o

socialista, não haverá nem domínio de classe e nem Estado, segundo observa Martorano (2001:165)¹⁰.

Entretanto, o trabalho que fora formulado por Bukhárin quanto às novas funções do Estado monopolista burguês moderno, era bastante inovador na época, pois não somente tecia uma reinterpretação atualizada da teoria marxista do Estado, como o colocava, enquanto objeto central de seus estudos, no cerne do debate marxista de seu tempo. Por isso, *A economia mundial e o imperialismo*, editada pela primeira vez como artigo em 1915, no *Kommunist* e só publicado como livro em 1917, na Rússia, tornou-se uma obra marxista importante no período. Esta obra, para Cohen (1999), constituía a primeira explanação teórica sistemática formulada por um membro do partido, que auxiliou na fundação de uma nova ideologia bolchevique. Nele, Bukhárin “enunciava conceitos e temas, que nos próximos 20 anos estariam em suas concepções sobre assuntos internacionais e soviéticos”, influenciando-o enquanto líder da oposição de esquerda e, depois, da direita bolchevique.

No entanto, o mundo que descrevia Bukhárin nesta obra, se encontrava envolto em profundas transformações que alteraram o sistema capitalista, sepultaram a livre concorrência, ampliaram a dependência econômica internacional, criaram os grandes monopólios, cartéis e *trusts* capitalistas nacionais que passaram a dominar o conjunto da economia mundial. Todo este processo gerou profundas alterações econômicas, políticas e tecnológicas, que modificaram não somente os meios, mas também as relações de produção e reprodução social capitalistas. Os investimentos vultosos por parte do capital financeiro na esfera da indústria, elevaram o desenvolvimento técnico-produtivo e a rápida expansão internacional do capitalismo a um nível muito alto e

¹⁰ A obra citada aqui é a dissertação de mestrado, porém, que resultou no livro: MARTORANO, L.C. *A Burocracia e os Desafios da Transição Socialista*, São Paulo, Xamã: Anita Garibaldi, 2002.

intrincado, no qual e do qual, surgiu o *imperialismo* enquanto agente específico da política do *capital financeiro*.

Todavia, Bukhárin deixou também uma outra contribuição teórica significativa nesta obra, o desenvolvimento da teoria do *capitalismo de Estado*, a partir dos estudos sobre a social-democracia européia, a economia burguesa moderna e do imperialismo monopolista de Estado, que se apropriava do mundo e cujas anexações coloniais levou à guerra de 1914-1918. Em sua análise destacava que o elevado desenvolvimento técnico-produtivo atingido pelo capitalismo por meio da centralização administrativa e da socialização da produção, como também, pela internacionalização maior de suas forças produtivas, levava ao surgimento dos monopólios, sindicatos empresariais, cartéis e *trusts*, e ao abandono das velhas políticas do livre comércio liberal.

Porém, todo este processo de desenvolvimento capitalista se baseava no desenvolvimento de uma economia diferenciada durante o período de guerra, quando o Estado nacional passou a manter a economia regulada e estatizada, gerando o processo de acirramento da concorrência comercial e industrial, que redundou na formação dos grandes *trustes capitalistas monopolista de Estado*, segundo Bukhárin. Desta maneira, ele demonstrava também, que o advento destes *trusts*, alterou o funcionamento da economia mundial, que passou a funcionar de uma forma muito mais interligada e interdependente entre os diversos países e regiões globais. Sobretudo, devido à nova divisão internacional do trabalho social, imposta pelos *trusts*, cartéis e oligopólios.

No entanto, apesar de todas as importantes contribuições inovadoras para o campo marxista que a sua obra encerrava, a formulação de sua teoria geral sobre o desenvolvimento do imperialismo e da economia mundial, padecia de um sério problema de fundo estrutural, a ausência da dialética materialista. Nela, predominava

seu estilo teórico harmônico-abstrato, denotando a pouca atenção que dava à análise das condições concretas da realidade histórica, que transformava sua obra num sistema teórico fechado a posteriores desenvolvimentos do devir histórico.

Contudo, não se pode deixar de lembrar que Bukhárin, ao desenvolver sua teoria desta forma, visou aprimorar a própria análise transformando-a num sistema integrado, pois seguia ainda o estilo dos antigos pensadores, cujas teses encerravam verdadeiros sistemas e tratados filosóficos, políticos, morais e conceituais, fechados e harmoniosos. Principalmente, porque estes deveriam responder todos os argumentos e as possíveis refutações científicas que lhes fossem dirigidas. Embora este tipo de sistema analítico não fosse adequado a um teórico marxista, pode-se dizer que Bukhárin pecou, devido ao excesso de zelo científico ao querer propor uma teoria completa e acabada do fenômeno que estudava, permitindo assim, uma intrusão positivista em seu pensamento, que alijou sua elaboração conceitual do campo da tradição da dialética materialista da história.

O equívoco metodológico de Bukhárin deveu-se, especialmente, ao fato de ser um homem que amadureceu sob o contexto intelectual e político do início do século XX, ainda sujeito às influências científicas, intelectuais e políticas do século XIX. E, que pôde testemunhar as profundas transformações que a ciência propiciava ao mundo, as modificações técnicas no interior do sistema capitalista, a eclosão de fenômenos novos, tais como a primeira *guerra imperialista*, a urbanização da classe operária e a *revolução*, numa época tão conturbada da história humana. Todavia, devemos lembrar, ainda, que as suas obras possuem uma especificidade histórica própria, pois Bukhárin sempre recusou os modelos prontos e esteve sempre aberto a criar outras formulações

teóricas, como também, a incorporar nelas as tendências mais modernas atingidas pelo desenvolvimento da ciência burguesa de seu tempo.

Por isso, sua formação teórica recolheu influência de campos muito díspares, por meio dos quais tentou modernizar e atualizar suas análises, a partir do legado do próprio *corpus* teórico marxista. Somente para citar algumas das influências intelectuais que sofreu, pode-se afirmar que estudou a economia inglesa clássica de Ricardo e Adam Smith e a economia burguesa moderna; que travou confronto crítico com a sociologia empirista de Augusto Comte e Émile Durkheim; as teses de Pareto, Michels, Sombart, Rathenau, Lederer, Keynes, Weber, os *Grunbergs Archiv* e o evolucionismo de Charles Darwin e Morgan. Porém, no aspecto político e ideológico Bukhárin também sofreu a influência das correntes do *pacifismo* europeu e da *social-democracia alemã*, sobretudo, de suas tendências internas como o comunismo radical (*Linksradicalen*), o comunismo de esquerda (*Linkskommunismus*), o comunismo conselhistas (*Rätekommunismus*) e o *austro-marxismo*, considerada a mais moderna escola européia de marxismo da época.

Todavia, foram as pesquisas sobre as correntes econômicas burguesas e as alterações sofridas pelo capitalismo, por meio da sua passagem da fase do liberalismo à etapa monopolista que o influenciaram a desenvolver a sua inovadora teoria sobre o imperialismo. Isso, no entanto, também serviu para desencadear a sua principal polêmica com Lenin sobre a teoria do *capitalismo de Estado*. Assim, será por meio da tese do *capitalismo de Estado*, que Bukhárin desenvolvera a partir de 1918-1921, a sua própria teoria sobre o fenômeno da *transição ao socialismo* na URSS, possibilitada pelo advento da *revolução de novembro* e das políticas econômicas da *NEP – Nova Política Econômica* baseadas no legado teórico leniniano.

Contudo, a sua teoria do *Estado* não fosse original no referente à posição antiestatista, ainda assim, era profundamente importante para o desenvolvimento da teoria marxista do Estado. Porém, devemos recordar que esta discórdia decorreu da recusa por parte de Lenin em publicar nos órgãos de imprensa do partido, seus artigos: *Contribuição à teoria do Estado imperialista*¹¹; e *Estado bandidesco imperialista*, ainda antes de explodir a guerra imperialista. Sobretudo, porque Lenin julgava que as questões teóricas e politicamente importantes que foram levantadas por Bukhárin nestes artigos, ainda não estavam politicamente bem definidas e que deveriam amadurecer um pouco mais antes de torná-las públicas, particularmente, na revista do partido. O que lhes daria caráter oficial de aprovação pelo Comitê Central do partido, que ainda não tinha uma posição clara a respeito dos assuntos abordados nestes artigos bukharinianos.

Estes artigos derivavam de sua obra *A economia mundial e o imperialismo*, produzida em setembro de 1915 em Estocolmo, mas que somente veio a ser publicada na Alemanha em 1918, o que impediu a sua discussão de maneira mais ampla pelas correntes marxistas européias da época. Porém, um dos méritos mais fortes que deram destaque à sua obra nos meios marxistas, não reside exatamente nas idéias que o autor nos apresenta, mas, particularmente, no fato de que nela Bukhárin amplia a então concepção marxista existente sobre a natureza e as características do capitalismo e do Estado moderno.

Não que as mudanças estruturais do capitalismo não houvessem sido estudadas e debatidas até então, pelas mais diversas correntes marxistas, foram sim, e delas Bukhárin também fez uso para produzir seu livro. Todavia, o mais importante é que ele

¹¹ Segundo S. Cohen (1990), entre 1916 e 1917 foram publicados alguns excertos e resumos do conteúdo do artigo *Para uma teoria do Estado imperialista* de Bukhárin. Porém, a íntegra do artigo, exceto a conclusão, que se perdeu, somente foi publicado em 1925, numa edição soviética. Cf. K teorii imperialisticheskogo gosudarstva. In: *Revoliutsiia prava: shornik pervyi*. Moscou, 1925, p. 5-32.

conseguiu demonstrar algumas das mudanças que estavam ocorrendo naquela época, e que mais se destacavam na nova fase do capitalismo. Especialmente, a passagem do liberalismo concorrencial a uma nova etapa econômica, a dos monopólios imperialistas. Nesta, o Estado passa a ocupar o papel não mais de um mero coadjuvante e defensor dos interesses da burguesia capitalista, mas torna-se seu mais ferrenho impulsionador econômico. Tanto, que ele afirma, “A política imperialista só marca sua aparição em determinado nível do desenvolvimento histórico” (Bukhárin,1984:103).

No entanto, devemos observar que esta discussão entre ambos, só persistiu porque Lenin não terminara ainda os seus estudos sobre a questão do imperialismo. Ele já pesquisava o assunto há tempos e começara a esboçar sua futura obra sobre esta questão. Por isso, tinha suas reservas teóricas e políticas à definição assumida por Bukhárin sobre a questão da destruição do Estado. Outro fato importante a salientar é que Lenin pretendia, nesta obra que estava escrevendo, superar o *economicismo* por meio de uma explicação política e definir uma estratégia para a *revolução mundial*. Por isso, para ele era fundamental resgatar a discussão do problema da *luta de libertação nacional* e da *independência dos povos coloniais*, pois considerava que a “essência do imperialismo consistia na contraposição entre países dominantes e nações oprimidas¹²”. Porém, esta é uma temática que se encontra totalmente ausente da obra de Bukhárin sobre o imperialismo, que tanto como Luxemburgo, Radek e Piatakov, considerava que nesta etapa imperialista a *questão nacional* estava superada. Talvez um dos motivos que levou Bukhárin a desprezar em sua obra sobre o imperialismo, a *questão nacional* tenha sido a atenção demasiada que deu aos aspectos da dinâmica organizadora do *capital financeiro* e a constituição do *capitalismo de Estado*.

¹² Cf. A citação original de Lenin encontra-se na obra *Opere*, no volume 21, publicada entre os anos de 1954 e 1970, p. 374, em idioma italiano.

Todavia, o fato mais importante disto, é que Lenin se opunha, particularmente, à posição antiestatista defendida por Bukhárin, porém sem entender ainda, o sentido profundo que residia no cenário teórico e político no qual esta posição era colocada por ele. Sobretudo, porque a sua posição, segundo Cohen (1990), consistia no ponto fundamental da tentativa de Bukhárin de voltar a radicalizar a ideologia marxista, da qual, vinham há muito sendo retirados os princípios militantes por influência de teóricos reformistas e revisionistas da linha de Edward Bernstein e da escola ortodoxa de Karl Kautsky.

Entretanto, Lenin entendia esta sua posição, como se fosse um indício de semi-anarquismo por parte de Bukhárin. Contudo, somente para se poder demonstrar a importância desta questão teórica e prática, é necessário ressaltar que este debate se aprofundara posteriormente, a partir da *VII Conferência do PC(b)R*, entre 24-29 de abril de 1917. Continuara refletindo, depois da *revolução de novembro*, se estendendo do *VII Congresso do PC(b)R* em março de 1918 até o *X Congresso* em março de 1921, quando se adota a *NEP*, pois, as suas premissas básicas já implicavam a questão do papel do Estado durante a fase de *transição socialista*. Isso a tornava uma questão importante, ainda a ser definida na nova situação revolucionária que a Rússia passou a viver após *novembro* de 1917.

Bukhárin elabora suas idéias sobre o Estado moderno - isto é, o Estado num capitalismo monopolista de Estado - a partir dos estudos que desenvolvera sobre a questão do imperialismo e a economia mundial. Nesses estudos, verificou - não sem algum espanto - que na etapa moderna do capitalismo monopolista de Estado o aparelho estatal assumira forma e funções totalmente novas, constatação que o levou a reavaliar suas concepções sobre o Estado como aparelho político de dominação. (Bertelli,1988:11)

As formulações sobre a necessária destruição imediata ou de um esmaecimento gradual do aparelho de Estado, como também, sobre o *capitalismo de Estado*, tornaram-se fundamentais na posterior evolução teórica e política de Bukhárin. Foram posturas teóricas e políticas inovadoras como estas, que marcariam o seu futuro, enquanto intelectual de prestígio internacional, a partir do exílio europeu como líder da oposição de esquerda e, depois, também da direita no interior do partido bolchevique, na Rússia. A esse respeito vamos encontrar em Cohen:

Pela primeira vez ele enunciava conceitos e temas que nos 20 anos subsequentes sempre estiveram de alguma forma presentes em sua concepção dos assuntos internacionais e soviéticos. Havia no pequeno livro, arrazoados teóricos que influenciariam a política do autor em sua qualidade de líder da esquerda e depois da direita bolchevique. Também sob outro aspecto *O imperialismo e a economia mundial* constituiu um marco: trata-se da primeira explanação teórica sistemática apresentada por um bolchevique. (1990:42)

Por tudo isso, a publicação alemã dessa sua segunda obra mereceu a confecção de um prefácio por Lenin, pois constituía uma profunda análise sobre as características do desenvolvimento capitalista, do imperialismo moderno e das novas funções que assumia então o aparelho de Estado na economia e na própria condução política das relações inter-imperialistas entre as nações do mundo. Neste prefácio, escrito em 1915, segundo observa Gallissot (1987:206), Lenin afirma que encontrou na obra de Bukhárin “uma visão do imperialismo como sistema de relações econômicas do capitalismo contemporâneo, examinado, em seu conjunto, como um grau de desenvolvimento bem definido do capitalismo mais altamente evoluído”. De certa forma, atualizando as teses desta obra bukhariniana, podemos dizer que suas análises visavam explicar o início do processo de globalização econômica do capital, engendrado pelo *capital financeiro* por

meio de seu agente específico o imperialismo, e cujas conseqüências nefastas como a fome, a exclusão social e a miséria, vemos se manifestar hoje em todas as partes do mundo.

No entanto, uma das questões que suscitava expectativas quanto à publicação de sua obra no período, era sobre qual seria a concepção do autor, conhecido como um membro eminente dos *comunistas de esquerda* (*Linkskommunismus*), sobre a temática da *revolução proletária*. Visto ser esta, uma das questões fundamentais que caracterizam o corpus teórico do marxismo revolucionário. Portanto, a pergunta geral que se fazia no interior dos círculos marxistas da época, era como Bukhárin abordaria a questão vital da *revolução* nessa fase de avanço do imperialismo monopolista capitalista sobre as nações pobres e colônias do mundo.

2.2. A concepção de revolução socialista em Bukhárin

Em *A economia mundial e o imperialismo*, Bukhárin baseia a sua análise no desenvolvimento do conceito de economia mundial, que é mediado sempre por suas condições atuais, em que, devido ao desenvolvimento do capitalismo e da acelerada internacionalização das forças produtivas, a economia mundial torna-se um mecanismo unitário. Porém, essa totalidade econômica orgânica concebida por Bukhárin, funcionaria interligada em suas partes, gerando uma conexão intrínseca entre as diversas economias nacionais que se tornavam justapostas e economicamente interdependentes, devido a divisão internacional do trabalho social que era imposta pelos grandes *trusts*, entre os países desenvolvidos e os países agrários atrasados.

Portanto, pode-se inferir que a partir desse processo, Bukhárin somente poderia considerar a *revolução mundial* como uma explosão desse todo orgânico e a sua substituição por um outro todo orgânico, que seria a materialização da *sociedade socialista*. O importante a se notar nessa análise bukhariniana, é o aspecto mundial que adquire a concepção de *revolução socialista* que o autor elabora. Desta forma, Bukhárin seguia a forte tendência do *internacionalismo proletário* presente neste período, no interior das diferentes correntes de *comunistas de esquerda* europeias e nas teorias formuladas por pensadores marxistas como Rosa Luxemburgo, em relação à defesa de uma *revolução socialista* que tivesse um caráter *permanente*, e que encontra o seu fundamento na própria obra de Karl Marx, podendo ser encontrada por exemplo, nas páginas do *Manifesto Comunista*, que chama pela unidade do proletariado mundial dizendo “proletários de todos os países, uní-vos”.

Os interesses momentâneos, as vantagens passageiras que ele (proletariado) encontra na pilhagem imperialista e nos laços que o prendiam ao Estado imperialista recuam para um plano secundário, em face dos interesses permanentes e gerais do conjunto de sua classe, em face da idéia da revolução social do proletariado internacional que, de armas nas mãos, põe abaixo a ditadura do capital financeiro, quebra seu aparelho governamental e organiza um novo poder: o poder dos operários contra a burguesia. A idéia de defesa ou de extensão das fronteiras do Estado burguês, que paralisa o desenvolvimento das forças produtivas da economia mundial, é substituída pela palavra de ordem da supressão das fronteiras nacionais e da fusão dos povos em uma única família socialista. Assim, após experiências dolorosas, o proletariado adquire a consciência de seus próprios interesses que o conduzem ao socialismo por meio da revolução. (Bukhárin,1984:158)

No entanto, em suas análises sobre a economia, os grandes *trusts*, oligopólios e cartéis monopolistas, como do mercado mundial, da guerra, do Estado imperialista e da revolução já revelam algo mais. Bukhárin aponta o surgimento de novos atores sociais que entram em cena na história do século XX, a partir das colônias e países do terceiro mundo, fortalecendo o movimento revolucionário internacional. O texto sobre o imperialismo expõe pela primeira vez, embora, ainda sem muita consistência conceitual, a teoria que Bukhárin formulou sobre as relações *Cidade Mundial*, que são os países mais industrializados e o *Campo Mundial*, formado por países agrários atrasados. Teoria que ele depois aperfeiçoará e não só repetirá noutros textos, mas que também, “será revivida durante a revolução cultural chinesa dos anos sessenta e difundida no folheto de Lin-Biao, *Salve a vitória da guerra popular*” (Gorender, 1990:20).

Entretanto, esta monopolização da economia mundial, que é imposta pelos *trusts* monopolistas, criada pelo sistema teórico elaborado por Bukhárin, toma uma

forma por demais imbricada, em que “eles se interligam nos marcos das respectivas economias nacionais, de tal maneira, que se formam os trustes capitalistas nacionais ou trustes capitalistas de Estado”(idem). Desta maneira, os *trusts* significam para ele, economias capitalistas nacionais organizadas pelos monopólios que reduzem a concorrência interna, enquanto ao mesmo tempo, a intensificam no exterior, competindo entre si, apoiados na força econômica e militar de seus Estados nacionais pelo domínio imperialista das fontes de matérias-primas e da exportação de capitais. Todavia, pode-se dizer que apesar das análises de Bukhárin serem do início do século XX, nada do que vivemos atualmente enquanto processo de globalização neoliberal imperialista resulta ser muito diferente do que já descrevia a sua *teoria do imperialismo de rapina*. A invasão militar do Iraque pelos EUA em 2003, para se apoderar de seus recursos petrolíferos e estabelecer uma base geopolítica e militar para o domínio do Oriente Médio, a legitima e atualiza totalmente.

Estas condições geram, na visão economicista de Bukhárin, uma diminuição acentuada da anarquia nos mercados internos dos países mais desenvolvidos, mas, que em contrapartida torna-se exacerbada no mercado mundial. Mas, como esse processo ocorre? Segundo Bukhárin os *trusts* reduziram a concorrência interna ao absorver ou destruir as pequenas e médias empresas do mercado nacional. Assim como, restringiram entre si a competição interna por meio da formação de cartéis, para intensificá-la no mercado externo na concorrência com os *trusts capitalistas de Estado* de outras nações, na luta por novos mercados e colônias na periferia do sistema capitalista. Apontando assim, que os *trusts* usavam o planejamento de suas ações econômicas empresariais em conjunto por meio destes cartéis, tanto no mercado interno quanto no externo, visando por meio desta articulação vencer a

concorrência inter-imperialista dos *trusts capitalistas de Estado* de outras nações. Ele resolve as contradições capitalistas por meio do planejamento econômico, jogando a competição para o mercado mundial e internacionalizando a luta entre os *trusts capitalistas de Estado*, pois esta foi a única forma teórica que encontrou para manter viva a fórmula da *revolução socialista* propugnada por Marx em *O Capital*.

Porém, uma outra mudança fundamental para a economia mundial deste período, deveu-se a substituição do domínio antes exercido pelo *capital industrial*, que passou ao *capital financeiro*. Tal categoria foi elaborada pelo economista socialista Rudolf Hilferding, em sua obra *O capital financeiro*¹³, publicada em 1910. Tanto Lenin quanto Bukhárin recorreram a ela para pesquisar e escrever sobre a questão do imperialismo monopolista. Mas, somente Bukhárin dará mais atenção a dinâmica organizadora do *capital financeiro*, que engendrou as transformações da produção e acumulação capitalistas na economia mundial nesta etapa imperialista. Pode-se dizer, também, que esta excessiva atenção dada por Bukhárin aos aspectos financeiros das alterações ocorridas no imperialismo o impediu de ver seus aspectos políticos, como a *questão nacional* e o agravamento dos conflitos entre as colônias, os países periféricos e os países ricos do centro do sistema capitalista mundial.

Esse processo de financeirização da riqueza se deve à forte tendência de centralização e acumulação de capital ocorrida nas décadas anteriores, que mediante a unificação dos capitais industrial e bancário, conformou o novo *capital financeiro* que têm por significante as ações em bolsas de valores, que permitiram o surgimento das novas empresas de sociedade anônima. No entanto, como indicam Hilferding e

¹³ O conceito de *capital financeiro*, utilizado por Bukharin em *A Economia Mundial e o Imperialismo*, capítulo IV p. 64, encontra seu fundamento detalhado na obra de Rudolf Hilferding, *El Capital Financiero*, capítulo XIV p. 217-220, Madrid, Techos, 1973.

Bukhárin, foi o *capital financeiro* que permitiu aos bancos e às indústrias, a fusão de investimentos que conformou os grandes oligopólios, cartéis e *trusts* monopolistas, que surgiram nessa fase imperialista. As sociedades anônimas foram chamadas por Bukhárin de “novas formações econômicas”, que são os monopólios, cartéis e *trusts* (1984:46). Por isso, ele aponta essa ocorrência, lembrando que “O processo de organização dos monopólios capitalistas é a sucessão lógica e histórica do processo de concentração e centralização” (*idem*:58).

Todavia, a tradição marxiana compreende a sociedade por ações como um instrumento importante deste processo de centralização do capital. No entanto, Marx apontara também o seu caráter negativo, ou seja, a destrutiva concorrência inter-capitalista, quando grandes capitalistas eliminariam os menores e menos competitivos. Porém, não se pode confundir movimentos diferentes, como a centralização sobre o *controle do capital produtivo* e a centralização da *propriedade capitalista*, pois estes são processos distintos. Marx discute ainda a questão da constituição das empresas de sociedades anônimas e da acumulação de capital em mãos de uns poucos capitalistas, como se observa nesta passagem do primeiro volume de *O Capital*¹⁴.

O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. (Marx,1985:198)

Este processo fomentou a aceleração da concentração da propriedade industrial, por meio do desenvolvimento do *capital financeiro*, como também gerou o movimento de crescente centralização de capitais da produção sob o comando destas

¹⁴ Cf. Marx, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista”. *O Capital*. Livro I. 2ª ed., Coleção Os economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985. vol. I, Capítulo XXIII: p. 198.

novas sociedades por ações. Porém, devemos lembrar que se esta distinção não foi aprofundada por Marx, entre os processos de concentração e de centralização. Ela surge de maneira clara na questão da expropriação dos pequenos, por outros capitalistas e do crescimento do capital na mão de uns poucos, devido à concorrência monopolista na economia tanto em Hilferding, quanto em Bukhárin.

Todavia, esse processo, que levou à perda do controle dos capitais produtivos, é um dos aspectos que apontam em suas análises sobre o imperialismo, bem como a centralização por meio de fusões e associação de capitalistas, aquisições de empresas menores etc. No entanto, somente Hilferding trata com mais profundidade a questão da concentração, apontando que nem sempre tal processo levou à extrema concentração da propriedade capitalista, pois o capital financeiro se materializa em ações e títulos e não em máquinas, equipamentos etc. Ele, só pode fazer essa distinção por inferir de forma mais clara que Bukhárin, as conseqüências destes processos em *O Capital Financeiro*.

O crescimento dos empreendimentos sob a forma de sociedades por ações tornou o curso do desenvolvimento econômico independente dos eventos que influenciam o movimento da propriedade, este último se refletindo no destino das ações no mercado e não no destino da própria empresa. Por conseqüência a concentração das empresas pode ocorrer de forma mais acelerada do que a centralização da propriedade. Cada um destes processos segue as suas próprias leis, embora a tendência à concentração seja comum a ambos; parece, no entanto, ser mais fortuita e menos poderosa no movimento da propriedade e na prática é freqüentemente interrompida por fatores acidentais. É esta aparência superficial que leva algumas pessoas a falar na democratização da propriedade através das ações. A separação da tendência da concentração industrial do movimento da propriedade é importante porque ela permite às empresas serem guiadas apenas pelas determinações tecnológicas e econômicas, desconsiderando os limites impostos pela propriedade individual. (*Op.cit.*, p.126-127)

Entretanto, todo esse desenvolvimento atingido pelo capitalismo possibilitou, a partir da introdução de técnicas gerenciais e de aumento da produtividade como o sistema *Taylor* e a linha de produção *fordista* no interior do modo de produção, a centralização administrativa e a socialização da produção capitalista. A elevada capacidade produtiva atingida pelo capitalismo moderno, também foi um dos fatores que, de certa forma, serviu para impulsionar o desenvolvimento do imperialismo monopolista sobre os países do terceiro mundo, por meio da guerra de rapina do capital financeiro.

Porém, na obra de Bukhárin encontra-se uma outra contribuição teórica muito importante: pela primeira vez se conseguia estabelecer uma conexão direta entre o imperialismo e o crescimento do *reformismo* no interior da classe operária e da social-democracia, sobretudo a alemã. Por meio deste vínculo, ele pode comprovar que o crescimento do *reformismo* fomentava o surgimento de uma *aristocracia operária* privilegiada dentre o moderno proletariado urbano. Bukhárin concluiu que tal processo se devia ao lucro diferencial resultante da produtividade superior das indústrias e da renda de cartel.

Desta forma, ele demonstrava também que os capitalistas podiam pagar salários mais altos aos operários que constituíam esta pequena parcela da aristocracia operária, sem, contudo, onerar os seus próprios lucros. Ele explicava ainda, que estes operários, ao adquirirem essas poucas vantagens salariais dos patrões capitalistas, se corrompiam e se tornavam social-patriotas defensores dessa guerra imperialista. Segundo a análise de Bukhárin, com o desenvolvimento das forças produtivas os mercados internos foram absorvidos em suas configurações nacionais, obrigando os

trusts e oligopólios a dar vazão para os seus produtos nos mercados externos, principalmente por meio de anexações de países agrários do mundo não europeu.

As colônias serviam, assim, para a exploração de terras e de mão-de-obra barata, de mercado para produtos excedentes, como esferas de investimentos para o capital financeiro e para o fornecimento de matérias-primas essenciais às indústrias das metrópoles, conduzindo ao acirramento da competição entre os grandes *trusts* monopolistas imperialistas, representados militarmente por seus Estados nacionais. Por isso, os Estados nacionais passaram a se utilizar cada vez mais de uma série de políticas alfandegárias e aduaneiras de caráter protecionista, visando, desta forma proteger seus mercados internos contra a concorrência capitalista estrangeira e defender os interesses concorrenciais em nível mundial, de suas próprias indústrias monopolistas. Agindo assim, acabaram por induzir a um acirramento da competição internacional e, sobretudo, das anexações coloniais, que redundou na carnificina da *guerra imperialista* de 1914-1918, como já assinalamos.

Contudo, devemos destacar que outra contribuição teórica de Bukhárin em *A economia mundial e o imperialismo*, foi ter acentuado que o imperialismo é a política necessária e inevitável do capital financeiro, da qual, decorre a conseqüente militarização dos conflitos econômicos, causada pelo acirramento da competição que produz as *guerras imperialistas*. Ao proceder sua análise desta maneira, ele atingia um dos objetivos que almejou alcançar por meio do livro, confrontar-se com a tese reformista defendida por Karl Kautsky, nessa época, considerado o mais importante teórico da social-democracia alemã.

Bukhárin o elegeu como alvo de seu importante ataque, que visava derrubar as teses *reformistas* e *revisionistas* por ele defendidas, visando assim restaurar os

princípios revolucionários do marxismo enquanto norteadores do movimento proletário internacional. Numa das teses que se tornaram alvo de Bukhárin, o social-democrata Kautsky defendia que o imperialismo era apenas uma das políticas possíveis do capital, que julgava ainda ser uma política inconveniente, pois acarretava custos elevados aos países capitalistas que a adotavam. Portanto, resultava deste raciocínio a previsão que formulou Kautsky sobre o surgimento de um *ultra-imperialismo*, que por sua vez, deveria repartir o mundo entre os gigantescos *trusts capitalistas nacionais* por meio de uma política pacífica.

Este *ultra-imperialismo*, concebido por Kautsky deveria, por sua vez, por fim às disputas coloniais e as guerras imperialistas travadas entre os países capitalistas mais desenvolvidos pela busca da hegemonia no mercado mundial. Todavia, diante de afirmações de um caráter nitidamente *reformista* como essa formulada por Kautsky, Bukhárin dizia que uma tese como essa somente poderia ser concebida no plano da teoria pura, portanto, no plano das condições concretas da realidade do mercado mundial ela não poderia ser concebida, pois seria uma utopia *reformista*. Por isso, afirma que “A crença de que os *trust*, essa encarnação dos monopólios, se tornariam os agentes de uma política de expansão pacífica faz parte da fantasia profundamente funesta de um utopista” (Bukhárin,1984:135). Sobretudo, porque “a teoria de Kautsky não é, pois, no mínimo que seja, realista”, particularmente, porque esta, “não interpreta o imperialismo como o satélite inelutável do capitalismo desenvolvido”, porém apenas “como um dos aspectos sombrios do desenvolvimento capitalista” (*idem*). A eclosão, entre 1939-1945, da *II Guerra Mundial* inter-imperialista deu razão a Bukhárin e provou a impossibilidade do surgimento de um *ultra-imperialismo* pacífico como pregava Kautsky.

No entanto, talvez a outra contribuição fundamental e mais significativa de Bukhárin contida nesta sua obra, advinha da análise que formulou sobre o papel do Estado imperialista na economia nacional e mundial nas condições de dominação do *capital financeiro*.

O Estado imperialista deixa de ser apenas elemento de superestrutura e se torna também, em ritmo crescente, em força econômica que se encadeia aos monopólios privados. Com o capitalismo de Estado, chega-se à total administração do aparelho econômico em benefício dos capitalistas. A economia nacional perde a natureza mercantil dentro das fronteiras nacionais, porém se acentua a exploração dos trabalhadores diretamente comandada pelo Estado. Enquanto, no capitalismo da fase concorrencial, a economia carece de sujeito, desenvolvendo-se às cegas, o contrário ocorre no capitalismo da fase monopolista, ou seja, no capitalismo de Estado. A economia adquire um sujeito, que é o Estado, e passa a obedecer a decisões planejadas. Os produtos só conservam o caráter de mercadorias com referência ao mercado mundial, onde a concorrência continua e se acirra. (Gorender, 1990:22)

Para poder elaborar *A economia mundial e o imperialismo*, Bukhárin baseou-se nos cursos de economia que frequentou na Universidade de Viena e, na literatura marxista e social-democrata que se desenvolveu na Áustria, dedicada a estudar as mudanças ocorridas no desenvolvimento do capitalismo depois de Marx. Assim como, baseou-se em estudos marxistas modernos quanto ao novo expansionismo econômico dos países capitalistas mais desenvolvidos sobre a economia mundial. Bukhárin teve por modelo a situação econômica da Alemanha durante a guerra, a qual denominou de *capitalismo de guerra*, devido ao controle administrativo estatal que era exercido sobre toda a economia nacional alemã.

Nesta época, na Alemanha, o Estado introduziu uma série de políticas de forte caráter intervencionista e centralizador, visando concentrar todos os ramos da produção sobre a tutela estatal e implantar o planejamento central dirigido por órgãos econômicos do governo, em conjunto com o empresariado capitalista. Portanto, a novidade teórica desta análise de Bukhárin reside no fato dela captar a tendência ao surgimento e desenvolvimento do planejamento centralmente dirigido pelo *capitalismo de Estado*, na moderna economia nacional dessa fase do imperialismo monopolista.

Recordemos que para desenvolver a sua obra sobre a questão do imperialismo, Bukhárin se utiliza, principalmente, do livro *O Capital Financeiro* que tratava do estabelecimento da relação entre a ascensão do imperialismo e das importantes mudanças estruturais no âmbito dos sistemas nacionais capitalistas. Ou, seja, tratava da transformação do antigo capitalismo da fase do *laissez-faire* em um capitalismo na sua nova etapa monopolista. Nesta sua obra, Hilferding amplia a análise formulada por Marx sobre a concentração e a centralização do capital. Evidenciando, desta maneira, a rápida expansão de formas econômicas que combinando tanto a propriedade industrial quanto o controle financeiro, conformavam os grandes *trusts*, cartéis e oligopólios que absorviam as pequenas empresas no interior do mercado interno, engendrando assim a monopolização extrema da economia nacional.

Por outro lado, observa Cohen (1990:42): esta análise elaborada por Hilferding demonstrava como por meio desta concentração e centralização do sistema bancário, se estimulava a concentração do capital. Portanto, por intermédio da qual, os bancos tornavam-se os proprietários de grande parte do capital das indústrias. Resultando deste processo, a elaboração de um novo conceito analítico, ao qual, Hilferding chamou de

capital financeiro. Para Hilferding, o capitalismo maduro significava o mesmo que capitalismo financeiro.

Todavia, se diferenciava do capitalismo de livre concorrência mercantil antigo, por meio do desenvolvimento da nova e forte tendência à organização e a regulação planejada da economia nacional, obtida via interferência direta do Estado. Portanto, desaparecia desta maneira, juntamente com as pequenas empresas absorvidas pelos *trusts* capitalistas, a anarquia econômica criada pela livre concorrência do antigo sistema mercantil, transformando o capitalismo nacional num novo sistema amplamente organizado e regulamentado pela ingerência do Estado nacional na economia, ao qual, Hilferding classificou como *capitalismo organizado*.

A partir da formulação deste aparato conceitual, Hilferding explicava não somente a monopolização da economia nacional, mas também, o próprio acirramento da concorrência mundial, devido às políticas protecionista e expansionista destinadas à geração de maiores lucros. Por meio das anexações coloniais garantia-se o fornecimento de matérias-primas, a abertura de novos mercados e a criação de novas esferas de investimentos para a especulação do capital financeiro. Segundo Cohen (1990) para ele o imperialismo era “a política externa lógica, do ponto de vista econômico, para o capitalismo financeiro” (p.43). No entanto, essas políticas, também indicam o desencadeamento da militarização dos conflitos mercantis entre as potências capitalistas devido às anexações coloniais apontadas em Hilferding, que produziam as guerras.

É inegável a influência que teve esta obra hilferdinguiana no desenvolvimento de *O imperialismo e a economia mundial*, como também, no próprio amadurecimento teórico de Bukhárin. Uma vez que ele não somente atualizou-a, mais ainda, desenvolveu teoricamente alguns de seus pontos essenciais. Assim é que, a partir de *O capital*

financeiro, Bukhárin formulou conceitos e teorias econômicas e políticas vitais àquele momento, como ainda de validade teórica para o desenvolvimento do marxismo, que subsidiavam as questões do Estado e da *transição socialista*. Sobretudo, quanto às análises recolhidas desta teoria do imperialismo elaborada por Hilferding, e que Bukhárin reformulou e reaproveitou em sua obra.

Porém, podemos dizer que subsistem algumas diferenças conceituais de fundo que são fundamentais para caracterizar e demarcar as particularidades inerentes e distintivas de cada obra e autor. No entanto, apesar de Bukhárin também ter definido o imperialismo como a política do *capitalismo financeiro*, este diferia de Hilferding, explicitando com mais ênfase que o “capital financeiro não pode realizar outra política” que não o imperialismo, pois, além deste ser “o sistema que se vincula mais estreitamente ao capitalismo moderno”, é também o “seu componente mais fundamental” (Bukhárin, 1984:107). Ele, ainda formulou conceito no qual o imperialismo tornava-se uma nova categoria que possuía caráter intrínseco de inevitabilidade histórica. Ressaltando que tal categoria, havia surgido numa etapa específica do desenvolvimento capitalista, que era precisamente esta, a última fase do desenvolvimento do capitalismo.

A expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do dumping. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucros dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo. (Bukhárin, 1984:98)

Portanto afirma, categoricamente, que a exploração das colônias era essencial à própria existência do capitalismo monopolista, “a política colonial constitui uma fonte de enormes lucros para as grandes potências, isto é, para suas classes dominantes, para o *trust* capitalista nacional” (Bukhárin,1984:156). Por meio desta anexação de colônias, o mecanismo do imperialismo sustentava a estrutura do capitalismo financeiro, que acirrava a competição no mercado mundial por intermédio dos conflitos imperialistas, levando às guerras entre os *trusts capitalistas de Estado*.

Por isso, Bukhárin lembra que com esta política colonial, o imperialismo “tem a possibilidade, ao preço da exploração das populações selvagens das colônias e povos conquistados, de aumentar os salários dos operários” europeus “graças à prosperidade industrial” (*idem*). Todavia, a sua análise não se detém apenas no aspecto mais visível desta política, mas se aprofunda, buscando expor os vínculos desta com a psicologia operária que estabeleceu uma ligação entre o proletariado e o Estado burguês, responsável pelo surgimento do social-chauvinismo oportunista defendido pelas correntes sindicais reformistas sob a influência direta da social-democracia européia.

Pelo fato do proletariado estar relativamente interessado na espoliação das colônias, desenvolveram-se e consolidaram-se certas ligações entre ele e a organização patronal do Estado burguês imperialista. Essa psicologia encontrou, na literatura socialista, sua expressão na tese estatal dos oportunistas social-democratas. Essa sabedoria do Estado, que se procurava sublinhar a propósito de tudo e mesmo fora de propósito, constituiu um completo abandono do marxismo revolucionário. (Bukhárin, *op cit*:157)

Entretanto, a demonstração plausível da evidência da ocorrência de guerras inter-imperialistas em seu sistema teórico, serviu para apontar a existência da tendência à intensificação destas contradições estruturais no interior do sistema capitalista. Desta

forma, ele enfatizava a maturidade das condições objetivas geradas pela guerra para a eclosão da *revolução socialista*. E, ao proceder desta maneira, Bukhárin conseguia preservar intacto um dos princípios fundamentais da teoria marxista, muito importante para os bolcheviques neste momento, a questão da *revolução socialista*.

A elaboração da obra *A economia mundial e o imperialismo* por parte de Bukhárin, simbolizou o começo de seu amadurecimento intelectual. Nela, expôs alguns conceitos importantes para a teoria marxista e ao bolchevismo sobre o desenvolvimento do imperialismo monopolista, das questões da guerra, da revolução, do Estado, do colonialismo e do *capitalismo de Estado*. Tanto que não restam dúvidas quanto a seu caráter diferenciado, pois Bertelli, Löwy, Gorender e Cohen observam que esta obra, apesar da semelhança com o livro *O capital financeiro* de Hilferding, se diferencia substancialmente pela forma com que Bukhárin apresenta suas teses, numa equação histórica, seqüencial e inevitável: *capitalismo monopolista, imperialismo, guerra, revolução proletária*. Portanto, Bukhárin buscava explicar por meio dessa equação, que também não fugia da elaboração duma teoria de conjunto harmônica, que as razões da *revolução socialista* residiam no modelo do imperialismo capitalista.

Por isso, deste seu modelo, se deduz que o desenvolvimento do capitalismo monopolista por meio do imperialismo, como política específica do *capital financeiro*, conduziu a centralização e regulação da economia nacional pelo Estado, diminuindo a concorrência no mercado interno por meio da monopolização da economia pelos *trusts* capitalistas. Contudo, os *trusts* acirram a concorrência na economia mundial e desencadeiam conflitos econômicos que levam inevitavelmente, segundo Bukhárin, às *guerras imperialistas*. Estas, por sua vez, aguçam as contradições do capitalismo que geram o amadurecimento das condições materiais objetivas à *revolução*.

Nesta fórmula, Bukhárin concebe o funcionamento da economia mundial de forma tão imbricada que ela aparece como se fosse um todo orgânico único, cujas partes nacionais são interligadas e justapostas num amplo equilíbrio estrutural. Porém, este mesmo equilíbrio estrutural se quebra com a eclosão da guerra *inter-imperialista* que, apesar de integrar a dinâmica econômica do sistema capitalista, facilita o processo de insurreição das massas camponesas e do proletariado que conduz a eclosão da *revolução socialista*. Segundo infere Telò, esta análise de Bukhárin enfatiza que “numa situação de crise internacional, de países de baixo grau de regulamentação capitalista-estatal permite, (...) interpretar o fato da revolução russa, retomando assim, numa acepção particular, a teoria do elo fraco” (1986:172). Podemos dizer que a história pouco tempo depois deu razão a Bukhárin, confirmando a sua teoria da *revolução*, com a derrocada revolucionária do poder liberal-burguês em novembro de 1917 na Rússia.

2.3. A questão do capitalismo de Estado e o exílio americano

Em *A economia mundial e o imperialismo*, Bukhárin concebe a teoria de *capitalismo de Estado* fundamentando-se na monopolização, na centralização e na regulação da economia nacional, que resulta no desenvolvimento de *trusts capitalistas combinados de Estado* ou *trusts capitalistas de Estado*, que competem no mercado mundial. Sobretudo, embasando-se na teoria do *capitalismo organizado* de Hilferding, em que o Estado controla e regula a economia nacional. Portanto, lembra Bukhárin, o *Estado-Leviatã* não somente regula e controla toda a economia nacional, mas torna-se ele próprio o maior proprietário e o maior interessado no lucro dos *trusts* que o integram como um todo orgânico nacional. Todavia, ao desenvolver teórica e originalmente as bases do que Hilferding chamou de *capitalismo de Estado*, Bukhárin descrevia, baseado na literatura *antiutopista* de Jack London¹⁵, o que viria a ser, a partir da década de 1930, o surgimento do novo *Estado Totalitário*¹⁶ (semelhante ao *Estado Nazista* de Hitler), ou, que chamou de *capitalismo de Estado militarista*, ao afirmar que: “a centralização se torna a centralização das casernas; intensifica-se entre as elites, inevitavelmente, o militarismo mais vil, e ao mesmo tempo a submissão brutal e a sangrenta repressão do proletariado”(Bukhárin *apud* Cohen,1990:48), que constituía algo ainda inexistente nesta época da Primeira Guerra Mundial inter-imperialista.

¹⁵ Cf. A respeito da literatura *antiutopista* o livro de LONDON, Jack. *O tacão de ferro*, 1908. Existe uma edição brasileira desta obra de J. London, intitulada: *Contos*, publicada pela editora Expressão Popular. Bukhárin fez uso pela primeira vez da expressão “tacão de ferro” em sua obra *Imperialism and world economy*, p.62. Para saber mais sobre a literatura antiutopista de Jack London e George Orwell, ver a introdução de LERNER, Max. *The iron heel*. New York, 1957, p. IX.

¹⁶ Cf. A citação original em idioma russo na obra de Nikolai Bukhárin, *K teorii imperialisticheskogo gosudarstv*, p.31. Ou, ainda, nas obras do mesmo autor, no idioma inglês, em *Imperialism and world economy*, p.129, e no artigo *The imperialist pirate State*, p.238. A mesma citação se encontra na edição brasileira da obra de N. Bukhárin: *A economia mundial e o imperialismo*, p.125-153, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Segundo Bukhárin, a monopolização e a formação de trustes na economia capitalista tinham evoluído de modo impressionante desde o aparecimento da obra de Hilferding. Mediante a eliminação ou a subordinação de concorrentes fracos e formas intermediárias de propriedade e com a ajuda da implacável energia organizadora do capital financeiro, toda a economia nacional, praticamente se transformava numa empresa combinada, onde todos os ramos de produção ligavam-se organizacionalmente. Todas as economias nacionais capitalistas avançadas transformaram-se de certa forma em um truste nacional. A formação de trustes começara a incorporar interesses industriais e bancários ao próprio poder, por isso Bukhárin denominou-a trustes capitalista estatal e denominou o sistema capitalismo de Estado. (Cohen,1990:45)

Entretanto, é necessário recordar que a partir dessa definição, Bukhárin retomará pouco depois a confrontação teórica com Lênin, sobre as questões da *autodeterminação nacional* e do significado do *capitalismo de Estado* na denominação do governo soviético, que será utilizada por Lenin após a *revolução* de novembro de 1917, na Rússia. No entanto, será já como líder do grupo dos *comunistas de esquerda* que Bukhárin utilizará o *capitalismo de Estado* em sua nova obra *A teoria econômica do período de transição*, publicada em 1920, ao enfatizar o caráter de classe do Estado burguês:

La relación de producción fundamental del orden capitalista es la relación entre el capitalista, poseedor de los medios de producción, y el obrero, que vende al capitalista su fuerza de trabajo. No es posible, sería absurdo, dejar de lado esta marca de clase fundamental en la consideración de la estructura capitalista de Estado. Desde el ángulo de la relación de intercambio de las fuerzas sociales, el capitalismo de Estado representa el poder potenciado de la burguesía; la dominación del capital alcanza su máxima fuerza, un poder verdaderamente descomunal. En otras palabras: el capitalismo de Estado es la racionalización del proceso de producción sobre la base de las

relaciones sociales antagónicas y de la dominación del capital, que se expresa en la dictadura de la burguesía. (Bukhárin,1974:74)

Contudo, nota-se pela caracterização dos aspectos militares e centralizadores do Estado imperialista, nesta sua obra, elementos do que ele entendia como resultantes da organização econômica e política concebida como *capitalismo de Estado*.

Considerando el asunto teóricamente es totalmente claro que todo este sistema alcanzará el máximo de estabilidad con una ligazón, homogeneidad, coordinación de todas estas organizaciones. Pero cuál de ellas deberá ser la organización suprema? Entiéndase bien: la mayor, la más fuerte, la más vasta. Tal organización es, justamente, el poder estatal. La organización estatal de la burguesía concentra en sí toda la potencia de esta clase. Por tanto, todas las demás organizaciones - ante todo las económicas y luego también las otras - tienen que serle subordinadas. Todas ellas son militarizadas. Todas ellas se transforman en filiales, en secciones de la organización unitaria, universal. Sólo bajo estas condiciones alcanza todo el sistema el máximo de estabilidad. Así surge un nuevo tipo de poder estatal, el clásico tipo del estado imperialista, que se apoya en las relaciones de producción del capitalismo de Estado. (Bukhárin,1974:21)

Nesta sua concepção, o *capitalismo de Estado* significava uma fase evolutiva e histórica no desenvolvimento do capitalismo imperialista, que se tornava monopolista por meio da dominação do *capital financeiro* sobre a economia regulada e centralizada, facilitadas devido as condições de guerra inter-imperialistas. No entanto, o *capitalismo de Estado* se manifesta num tipo de simbiose política e econômica que transforma o Estado nacional num gigantesco *trust capitalista combinado*, voltado à concorrência mundial, apoiado pelo poder bélico de suas forças militares.

El carácter especial de los trusts capitalistas de Estado nos explica igualmente el tipo especial de la lucha competitiva. El trust capitalista de Estado es, en definitivo, una empresa combinada gigantesca. Los

trusts capitalistas de Estado se enfrentan no sólo como unidades que producen una y la misma mercancía mundial, sino también como partes del trabajo social mundial dividido, como unidades que se *completan* recíprocamente. En consecuencia, la lucha se produce simultáneamente tanto en la línea *horizontal* como en la *vertical*: esta lucha es la *concurrentia combinada*. (Bukhárin, 1974)

Deve-se ressaltar que Bukhárin observa pertinentemente a importância extrema exercida pelo *capital financeiro* nessa fase do imperialismo na dominação da economia nacional, como também, na intensificação da concorrência em nível mundial que, conseqüentemente, produzem as hostilidades nas relações comerciais internacionais que conduzem à militarização da sociedade capitalista. Portanto, ele acentua o significado e o caráter guerreiro belicista que cada vez mais o imperialismo adquire, por meio do emprego da força militar dos Estados nacionais nesta fase do capitalismo monopolista, para defender seus interesses econômicos em meio à concorrência mundial inter-trusts. Pode-se dizer que um exemplo disso é a atual invasão imperialista do Iraque pelos EUA e por suas corporações monopolistas, que conformam um grande *trust combinado de Estado* sedento por se apoderar de suas riquezas petrolíferas.

El paso al sistema del capitalismo financeiro ha reforzado constantemente el proceso de transformación, de la concurrentia de mercado horizontal y simple en la concurrentia combinada. Posto que el método de lucha está en correspondencia con el tipo de concurrentia, resultó de ello necesariamente una “agudización de las relaciones” en el mercado mundial. La concurrentia vertical y la combinada van acompañadas por *métodos de empleo directo de la fuerza*. Es por ella que el sistema del capital financeiro mundial engendra inevitablemente la lucha armada entre los competidores

imperialistas. Aquí se encuentra también la raíz del imperialismo.
(Bukhárin,1974:09)

Apesar das discussões teóricas de Lenin e Bukhárin se intensificarem neste período, em suas obras específicas sobre a problemática do imperialismo, ambos enfatizam uma necessária transformação operada com a passagem do capitalismo de livre comércio ao novo sistema de capitalismo monopolista. No entanto, no fundo, estas obras pressupunham a existência de metodologias de análises diferenciadas, uma fundada na concreticidade das condições determinadas pela realidade, por meio do materialismo histórico dialético de Lenin. A outra, baseada numa elevada abstração lógico-teórica-dialética, que num grau filosófico puro, conduz a teorização de sistemas harmonicamente equilibrados e fechados aos novos delineamentos da realidade histórica no devir, como o fez Bukhárin, como já demonstrado no primeiro capítulo.

Contudo, mesmo que ainda ambos concordassem na maioria de seus argumentos, continuavam divergindo noutros aspectos sobre o desenvolvimento do Estado burguês no imperialismo monopolista. Principalmente, no que concerne às questões dos papéis do nacionalismo anti-imperialista, do campesinato, da *autodeterminação* nacional e do *capitalismo de Estado*.

Sob este aspecto, Bukhárin adotava uma posição semelhante ao internacionalismo radical de Rosa Luxemburgo, apesar de sustentarem teorias diferentes quanto ao imperialismo. O equívoco mais flagrante da abordagem bukharinista original do imperialismo é não considerar o nacionalismo antiimperialista uma força revolucionária; Bukhárin não previu o desdobramento histórico do pós-guerra, o rápido crescimento dos movimentos de libertação nacional. Já, Lenin, até por interessar-se bem mais pelos aspectos coloniais do imperialismo do que pela nova estrutura do capitalismo nacional, concentrou-se na possibilidade de levantes nacionalistas coloniais. Viu na ampla

internacionalização do capital um fator que abria caminho à queda do imperialismo, chamou a isto “lei da desigualdade do desenvolvimento capitalista” e viu aí a explicação tanto para a competição acirrada por colônias como para resistência crescente dos povos coloniais. (Cohen,1990:53)

Apesar de Lenin indicar em sua obra que se tratava da transformação do livre comércio em capitalismo monopolista, considerava que o mais importante neste processo era o deslocamento da concorrência. Porém não concluía, como Bukhárin, que a concorrência e a anarquia da produção fossem diminuídas ou eliminadas do conjunto da economia nacional. Ao contrário, para Lenin, com a monopolização de parte da economia nacional se intensifica a anarquia da produção capitalista como um todo. Conquanto, neste caso Bukhárin atribuía um caráter mais amplo ao jogar a concorrência à economia mundial. Porém, neste processo, Lenin percebia uma manifestação de imbricamento de uma transição entre a livre concorrência e monopólios, que não somente a integram, como ainda coexistem com ela, engendrando por isso, uma série de antagonismos acirrados.

Depreende-se destas colocações o porquê da tese de Karl Kautsky ter sido considerada como um contra-senso reformista social-democrata por Lenin e Bukhárin. Em sua tese Kautsky defendia que por meio do elevado desenvolvimento dos *trusts* capitalistas na economia mundial, engendrada sob uma política pacífica, poder-se-ia por termo as disputas coloniais e as crises internas do capitalismo. Por isso, Lenin acentuasse de forma mais enfática do que Bukhárin, o surgimento de uma fase de declínio e de queda do capitalismo imperialista. Mas, a sua abordagem diferenciava-se da formulada por Bukhárin, na qual *capitalismo de Estado organizado* significava o mesmo que capitalismo nacional. Portanto, a caracterização que Lenin fazia quanto ao

capitalismo de Estado, segundo Bukhárin, era desproporcionada e incompatível com um Estado proletário socialista, porque:

Bukhárin, desenvolve a noção de que essa etapa atingida pelo capitalismo é a etapa de um capitalismo monopolista de Estado, no qual o Estado assume uma dimensão econômica, constituindo-se no grande aparelho coordenador (gestor) de toda a economia monopolista de Estado. (Bertelli,1988:11)

Segundo Bukhárin, este Estado deveria ser destruído após a revolução proletária. Conquanto, aqui se situa a crítica mais importante de Lenin à sua posição quanto a destruição do Estado, formulada no artigo *A internacional juvenil*, em que este rebateu os artigos escritos por Bukhárin que se recusara a publicar em *Sbórník Sozial-Demokrat*, que eram a *Contribuição à teoria do Estado imperialista*, e *O Estado bandidesco imperialista*, retirados de materiais que havia embasado a obra bukhariniana *A economia mundial e o imperialismo*, de 1915, como já explicamos anteriormente.

A crítica de Lenin residia no fato de julgar que Bukhárin exagerava nas definições do papel e funções do Estado imperialista. Para Lenin, isto aconteceu devido a leitura equivocada de Bukhárin das teses marxistas e engelsianas sobre a extinção do Estado na etapa de *transição ao socialismo*. Sobretudo, quanto à influência que recolheu das teses que foram formuladas por Friedrich Engels em sua obra de 1884, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Portanto, o Estado não têm existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser

uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder, o museu de antigüidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze. (Engels,2000:196)

Contudo, o que Lenin apontava, ainda por não ter compreendido a questão, era que a posição antiestatista defendida por Bukhárin quanto à necessária abolição do Estado após a apropriação dos meios de produção capitalista pelo proletariado, estaria mais próxima de posições anarquistas, que propriamente das posições marxistas. Principalmente, porque Lenin defendia de forma enfática que o Estado não pode ser abolido repentinamente pelo proletariado a chegar ao poder. No entanto, após Lenin amadurecer sua posição, concluíra, que o Estado burguês deve ser apropriado pela classe proletária e utilizado enquanto *aparelho técnico* de governo da *ditadura do proletariado*, pois nesta fase de *transição* o aparelho de Estado ainda não pode ser destruído. No entanto, deve esmaecer de forma gradativa. Mas, ele adverte que este esmaecimento gradativo do Estado só poderá ser adotado na medida que o proletariado substituir efetivamente na e com a sua prática, as funções executivas e órgãos administrativos do antigo aparelho de Estado, elaborando e adotando novos órgãos. Contudo, os novos órgãos da democracia operária que serão criados e desenvolvidos pelo proletariado, somente poderão se efetivar por meio de um processo longo, juntamente com o próprio desenvolvimento da *ditadura do proletariado*.

Portanto, este parece ser o desenvolvimento do Estado em forma de *ditadura do proletariado*, como analisa Bertelli ajustadamente, para essa nova situação colocada

pelo texto de Lenin em resposta ao de Bukhárin. “Nesta fase de transição, a socialista, a tarefa do proletariado é criar instrumentos novos e originais de gestão e administração, usando a ditadura do proletariado, substituindo na prática o Estado burguês por um novo tipo de Estado proletário” (1988:04). Podemos deduzir das observações de Cohen e Bertelli, que no amadurecimento deste debate teórico de Lenin e Bukhárin na questão das funções do Estado imperialista, encontram-se já delineamentos atinentes à fundamentação da teoria da *transição* e do papel do Estado socialista. Nos quais, a visão de Lenin se aproxima da de Bukhárin, conforme denotam, segundo Bertelli (1999:30-42), suas obras do final de 1916 e início de 1917, o *Caderno Azul*, e *O marxismo e o Estado*. Ambas visando atacar mais as posições de Kautsky, que as de Bukhárin. Assim como, na futura obra de Lênin, *O Estado e a Revolução*, de agosto-setembro de 1917, onde já não há sérias discrepâncias entre ele e Bukhárin.

(...) essas divergências despertaram a atenção de Lenin para o problema do Estado, na medida em que (...), viu-se obrigado a estudar o tema para rebater as posições de Bukhárin. E é curioso observar que, assim como o ensaio de Bukhárin sobre o imperialismo e a economia mundial influenciou sensivelmente para que Lenin escrevesse o seu livro sobre o imperialismo, também a polêmica sobre o Estado levou-o a escrever a sua obra *O Estado e a revolução*. (Bertelli,1988:03)

A continuidade deste debate e o aprofundamento de tais questões, por Bukhárin e Lenin se dará após 1917, ainda no período revolucionário russo, quando, particularmente, a temática do *capitalismo de Estado* ganhará repercussão devido ao fato de ser adotada para designar o caráter do Estado soviético. Importante, no entanto, é reafirmar que apesar do *capitalismo de Estado* não ser uma designação conceitual de Bukhárin, pois foi empregada originalmente por Hilferding em *O Capital Financeiro*,

situava-se no centro de sua teoria do imperialismo designando o *capitalismo nacional*, e que foi aprofundado por ele durante a experiência soviética de governo, após 1918.

Outro aspecto importante da teoria do imperialismo que merece ser sublinhado é o fato de nesta obra, Bukhárin tecer perspectivas modernas para seu tempo quanto ao desenvolvimento do capitalismo ao apontar a tendência do final do período do *laissez-faire* e do surgimento de um tipo de Estado intervencionista, responsável pela centralização econômica das economias nazista alemã, corporativa italiana e socialista de Estado na URSS, assim como, no Estado de “Bem-Estar Social” europeu, após a *Segunda Guerra* inter-imperialista. Portanto, apesar de sua teoria apresentar incorreções teóricas como: “exagerar as dimensões e o caráter permanente da estatização e da formação dos trusts” (Cohen,1990:49), ainda assim, predomina no conjunto da obra, uma lucidez teórica muito expressiva e que foi responsável por alargar os horizontes teóricos do marxismo e do bolchevismo de seu tempo.

Porém, no final de setembro de 1916, após residir por pouco tempo em Copenhague, devido à repressão policial desencadeada contra os pacifistas e comunistas motivadas pela *guerra imperialista*, nosso autor deixa a Europa, não sem antes dar continuidade ao sério desentendimento político e teórico com Lenin quanto ao *Estado*. Especialmente, porque por meio de Karl Radek, antes de partir para o exílio na América, Bukhárin publicou o seu artigo *Teoria do Estado imperialista* nas revistas de esquerda norueguesa *Klassenkamp*, na alemã *Arbeiterpolitik* e na suíça *Internacional Juvenil*. Nesta última, publicou o famoso artigo sobre a questão do *Estado* assinado com o pseudônimo de *Nota-Bene* em resposta às críticas de Lenin (Löwy,1973:67). Contudo, essa discussão, somente se encerrará quando retornar definitivamente para a Rússia.

O seu primeiro destino ao deixar o porto de Oslo rumo à América fugindo da então conturbada Europa foi o Canadá, onde permaneceu pouco tempo e, logo depois, partiu para os EUA. Todavia, as razões que motivaram a partida de Bukhárin, ainda não foram devidamente esclarecidas por seus comentadores e historiadores soviéticos e ocidentais. Contudo, alguns fatos indicam que ele pode ter deixado a Europa por estar magoado com Lenin devido à polêmica sobre a questão do *Estado*. Porém, a correspondência entre ambos demonstra que mesmo antes de Bukhárin partir, Lenin já começava a retificar e a abrandar a sua posição, que passará a ser depois de 1917, praticamente, a mesma que defendia Bukhárin.

Entretanto, no início de novembro de 1916, Bukhárin chega a Nova York, onde fixa residência e retoma suas atividades na luta política revolucionária e, também, volta a freqüentar bibliotecas para pesquisar e estudar. A sua principal atividade política revolucionária concentrou-se junto à comunidade de emigrados russos e eslavos por meio de seu trabalho no jornal *Novyi Mir* (O novo mundo). Bukhárin, utilizando o jornal como plataforma de divulgação das posturas programáticas do partido, visava obter o apoio das correntes e partidos de esquerda americanos à posição contra a *guerra imperialista* assumida pelos bolcheviques na *Conferência de Zimmerwald*. Este jornal, no qual Bukhárin foi trabalhar era editado por emigrados socialistas de Nova York e escrito em russo, facilitando assim, sua penetração nas comunidades emigradas nos EUA.

Por meio do jornal, Bukhárin pode propagar as suas próprias teorias e posições políticas quanto ao capitalismo, o marxismo e o Estado, particularmente, após janeiro de 1917, quando se tornou seu editor, contribuindo para fomentar o debate das idéias revolucionárias junto aos movimentos sindical e operário americanos. Porém, a sua

atividade política não se restringiu apenas a essa atividade. Ele também viajou por diversas cidades dos EUA realizando conferências junto a partidos de esquerda, sindicatos e organizações operárias e pacifistas, buscando popularizar o marxismo e angariar simpatia à posição anti-bélica dos bolcheviques. Devemos assinalar que esta curta, mas válida experiência que adquiriu Bukhárin enquanto editor do *Novyi Mir* constituiu um dos atributos pessoais que lhe permitiram ascender, depois da *revolução de novembro* de 1917 na Rússia, ao importante cargo de editor do jornal *Pravda*.

É importante ressaltar, também, que no curto exílio norte-americano Bukhárin pôde aprofundar a sua relação com Leon Trotsky, que já conhecera em Viena na Áustria, quando este chegou à Nova York em janeiro de 1917 e passou a integrar o quadro editorial do jornal *Novyi Mir*. O relacionamento fraterno entre eles perdurará por muito tempo. Muito embora, pouco depois da chegada de Trotsky a Nova York, este tenha tido uma séria discrepância política com Bukhárin sobre a questão mais candente daquele momento, a *guerra imperialista*. Na concepção defendida por Trotsky os socialistas americanos pertencentes à ala esquerda deveriam permanecer no *PAS* - *Partido Socialista Americano*, procurando envidar esforços para radicalizá-lo.

Porém, tanto Bukhárin quanto Lenin, que acompanhava a questão da Europa, exigiam o rompimento organizativo com o *PAS* e que estes socialistas norte-americanos, formassem um novo partido de esquerda em coerência com a posição assumida pelos bolcheviques na *Conferência de Zimmerwald*. Deste conflito de posicionamentos políticos entre ambos, deu-se um racha na nascente esquerda norte-americana que perduraria por algum tempo, do qual emergiram dois grupos distintos, um liderado por Bukhárin e ligado às posições bolcheviques e um outro grupo liderado por Trotsky, sob a influência política dos mencheviques.

A divergência programática que ocasionou o conflito teórico-político entre eles e, conseqüentemente, o racha político na esquerda norte-americana, somente ocorreu porque Trotsky ainda não havia se tornado um bolchevique. Ele somente se tornará membro do partido bolchevique a partir de julho de 1917, após retornar à Rússia e passar a aceitar a orientação política de Lenin quanto a tomada violenta do Estado burguês-liberal, que permitirá a ocorrência da *revolução socialista de novembro* de 1917, naquele país. Porém, estas diferenças políticas, no final do mês de fevereiro já haviam perdido sentido diante das notícias provenientes da Rússia.

As notícias davam conta que os motins ocorridos em São Petersburgo, devido à falta de pão e à carestia geral do padrão de vida, tinham adquirido caráter de revolução política. O *czar* Nicolau II, pressionado pelas massas insurretas, abdicou em prol de seu primo Miguel, um nobre monarquista que não conseguiu manter o governo e foi deposto pelas forças políticas liberais burguesas. Tais notícias simbolizavam para Bukhárin e Trotsky não só o fim da autocracia, mas também, do longo período de exílio forçado. Apesar dos impedimentos gerados pela guerra, Trotsky partiu em março, mas Bukhárin teve dificuldade em conseguir passagem de navio. Segundo Cohen (1990:61), ele só viajou no início de “abril ao Japão, onde foi detido algum tempo, passou depois pela Sibéria, onde foi preso pelos mencheviques por agitação internacionalista junto às tropas, até chegar em maio à Moscou, na Rússia”.

O seu interesse em retornar o quanto antes ao país tinha razão de ser, pois na concepção política revolucionária que defendia Bukhárin, desde 1915-1916, a queda da autocracia conduziria inevitavelmente à eclosão de uma revolução socialista comandada pelo proletariado na Rússia. Sobretudo, porque ele julgava que a incipiente burguesia russa seria incapaz de levar adiante a realização de uma revolução burguesa no país.

Este seu posicionamento será, pouco depois, um dos fatores que o levará a apoiar a orientação política de Lênin, para que o partido bolchevique tome em suas mãos a direção das massas revolucionária para a tomada do poder burguês.

No entanto, esta sua curta passagem pelo exílio na América não se deu em vão no campo teórico. Devemos ressaltar que a complexa sociedade norte-americana, a sua moderna agricultura, a classe trabalhadora urbanizada e o seu capitalismo em pleno desenvolvimento, como as inovações científicas e tecnológicas que encontrou, foram fatores importantes ao amadurecimento teórico de Bukhárin. Responsáveis por fazê-lo “rever sua concepção da derrocada do moderno sistema capitalista, pois este lhe pareceu fortíssimo e que seria mais realista avaliar suas vulnerabilidades pelas pressões externas da guerra” (Cohen,1990:60).

Porém, a bagagem teórica adquirida durante o exílio será empregada na Rússia na elaboração de suas teorias sobre o *comunismo de esquerda*, a *transição direta do capitalismo ao comunismo* e para escrever suas obras da fase da *guerra civil*. Assuntos que serão tratados por Bukhárin, sob o árduo trabalho de lutar para concretizar a *revolução* e, depois, empreender a reconstrução da economia do país arruinada pelas guerras e visando, desta forma, atingir a emancipação humana buscada por seu povo em luta, neste momento histórico. Temas estes, que estaremos enfocando no próximo capítulo.

Capítulo III – As origens da NEP

3.1. Bukhárin, a revolução socialista e o comunismo de esquerda.

Um dos fatores mais relevantes na ascensão da ação e do pensamento revolucionário de Bukhárin foi o fato de retornar à Rússia de seu exílio no Canadá e nos EUA, via Japão e Sibéria, em meados de maio de 1917, quando se coloca politicamente ao lado de Lenin na luta que se travava no partido bolchevique sobre a questão da tomada do poder político liberal-burguês em mãos do Governo Provisório de Kerensky, por meio de uma sublevação armada. Devido à concepção que defendia desde 1915-1916, sobre a queda da autocracia *czarista* e a passagem à revolução *socialista* na Rússia, Bukhárin apoiou as *Teses de Abril* de Lenin, que declarava finda a etapa da *revolução democrático-burguesa* e indicava agora como tarefa imediata a *revolução socialista* mediante a tomada do poder político pelos *Soviéts* de operários, soldados e camponeses. Pode-se concluir que, além da posição antiestatista de Bukhárin, provavelmente este tenha sido um dos fatores que motivaram uma maior aproximação teórica e política ocorrida entre ambos os revolucionários a partir desse momento. Ressalve-se, no entanto, os desacordos teóricos e as disputas políticas que ainda travaram entre 1918-1921, quando Bukhárin se tornará líder do primeiro grupo oposicionista soviético, os *comunistas de esquerda*, e passará a se opor de forma crítica à assinatura do tratado de paz com a Alemanha e, depois, à adoção da *Nova Política Econômica – NEP*, por Lenin.

Entretanto, foram as transformações das condições conjunturais internacionais, resultantes da passagem do capitalismo concorrencial à sua fase monopolista imperialista, que geraram tanto os distúrbios sócio-econômicos e políticos que

ocorreram nas esferas políticas e econômicas mundiais, quanto nas próprias esferas nacionais que redundaram nas *revoluções de fevereiro* e de *novembro* de 1917¹⁷, na Rússia. Estas trouxeram também, substantivas alterações na correlação de forças político-militar entre as nações desenvolvidas no cenário geopolítico mundial. Dadas condições mundiais, por sua vez, contribuíram para a elaboração de uma *teoria da transição direta* ao socialismo por Bukhárin, na Rússia, entre 1917 e 1921, na medida em que decorreram num contexto sócio-histórico de profunda crise, causada pela deflagração da *guerra imperialista*, seu desenlace e a eclosão da *guerra civil russa*.

No entanto, devemos recordar que este período foi sensivelmente modificado pelo desenvolvimento técnico das novas relações sociais de produção capitalistas e pela ascensão do *capital financeiro* no domínio da economia mundial. A *guerra* deveu-se a tentativa da Alemanha e da Itália em proceder a redivisão dos mercados coloniais entre os países capitalistas mais desenvolvidos. Porém, estas condições macroeconômicas, instauradas pelo conflito mundial, geraram enorme caos nas relações produtivas, comerciais, políticas e sociais em quase todas as partes do mundo. Sobretudo, devido ao crescente desemprego, frio, doenças endêmicas e fome generalizada que provocaram uma onda de greves, motins e insurreições que abalaram as estruturas das instituições políticas na maioria das sociedades dos países envolvidos, direta ou indiretamente, na guerra. Neste contexto, em que o imperialismo capitalista monopolista de Estado avança comercial e militarmente sobre as fracas nações de outros continentes, a Rússia também sofre um processo de profundas alterações nas relações sócio-econômicas e políticas.

¹⁷ Segundo o calendário *Gregoriano* usado na maioria dos países ocidentais, inclusive no Brasil, esses dois movimentos revolucionários russos ocorreram em março e novembro de 1917. Porém, de acordo com o antigo calendário *Juliano*, que vigorou na Rússia até fevereiro de 1918 e que contava as datas com atraso de 13 dias em relação ao Gregoriano, esses movimentos revolucionários se deram em fevereiro e outubro de 1917. Contudo, para facilitar a compreensão adotamos neste trabalho o calendário Gregoriano.

Estas condições mundiais, conjugadas às peculiaridades das sociedades nacionais, como às da Rússia *czarista* oligárquica e camponesa, que travava uma guerra contra a Alemanha que, antes mesmo de seu termo - já se configurava como uma derrota político-militar - ajudaram a derrocar as instituições imperiais por meio da *revolução democrática burguesa-liberal* em fevereiro de 1917. A *revolução* decorreu das ações das próprias massas sublevadas espontaneamente e sem controle de nenhum partido político, num processo revolucionário que cresceu nas cidades e no campo de baixo para cima e que levou à derrocada do *czarismo* e de todas as forças da ordem burguesa feudal. Porém, devido ao caráter espontâneo e descentralizado e sem uma vanguarda teórica e política revolucionária que a dirigisse, a *revolução* popular russa não conseguiu romper o envoltório liberal-burguês capitalista e acabou presa dos partidos tradicionais, que assumiram o poder político em seu nome.

Nestas condições políticas e econômicas caóticas, o novo Governo Provisório burguês-liberal na Rússia, conformado pela coalizão política constituída pelos partidos dos *cadetes*, *esseristas* de esquerda e *mencheviques* não consegue durante os oito meses em que estiveram no poder reverter à drástica situação econômica anárquica instaurada no país. Aprofundando, desta forma, a crise econômica e política que possibilitou o amadurecimento das condições objetivas para a eclosão da *revolução de Novembro* de 1917. Portanto, o processo revolucionário decorreu tal como Lenin propugnara nas *Teses de Abril* de 1917, quando chegou à estação Finlândia, na cidade de Petrogrado, em 03 de abril, ao afirmar: “Não precisamos de República Parlamentar, não precisamos de democracia burguesa, não precisamos de governo algum, exceto os Soviétés de deputados operários, soldados, e de operários agrícolas” (Trotsky, 1978: 258, v.1).

Todavia, em fevereiro de 1917, o partido bolchevique ainda era muito pequeno para conduzir sozinho a *revolução*, pois contava apenas com 24 mil militantes. O desenvolvimento da crise econômica e o conseqüente desgaste político do Governo Provisório levaram o partido, por ser o único que expressava a radicalização popular, a ganhar simpatia das massas e a crescer de forma acelerada. Tanto que em novembro, quando ocorreu à insurreição militar, o partido já contava com cerca de 200 mil militantes. Contudo, é necessário frisar que foi sob a firme direção teórica e política de Lenin, com o apoio dos *comunistas de esquerda* no partido, liderados por Bukhárin, que o processo revolucionário russo se desenvolveu a passos largos. Porém, é necessário aqui fazer uma ressalva para explicar que este período pré-revolucionário caracterizava apenas a primeira das duas fases que compõem o *comunismo de esquerda* de Bukhárin. Nesta primeira fase, decorrida entre maio de 1917 e janeiro de 1918, ele apoiará a política de esquerda adotada por Lenin. Porém, na segunda fase, entre janeiro de 1918 e março de 1921, Bukhárin irá liderar a oposição do grupo dos *comunistas de esquerda* às políticas leninianas adotadas pela maioria da direita do partido bolchevique.

Entretanto, em discurso realizado no palácio Táurida, ainda em 04 de abril de 1917, proferido na *Conferência dos Soviètes de toda a Rússia*, Lenin expõe cuidadosamente aos membros de seu partido e aos do partido dos mencheviques o arcabouço teórico que deverá guiar os bolcheviques na consecução das tarefas revolucionárias contidas em suas *Teses de Abril*. Em uma de suas teses mais importantes, expostas nesse texto, a primeiras das dez que o compõem, Lenin discorre sobre a situação da Rússia diante da *guerra imperialista* com a Alemanha, dizendo:

El proletariado consciente solo puede dar su asentimiento a una guerra revolucionaria, que justifique verdaderamente el defensismo revolucionario, bajo las siguientes condiciones: a) paso del poder a manos del proletariado y de los sectores más pobres del campesinato a él adheridos; b) renuncia de hecho, y no de palabra, a todas las anexiones; c) ruptura completa de hecho con todos los intereses del capital (1975:253, v.6).

Porém, devido ao recrudescimento da repressão policial desencadeada contra as massas revolucionárias sublevadas e contra os bolcheviques, nas jornadas de julho, pelo Governo Provisório de Kerensky, Lenin precisou continuar por mais tempo na clandestinidade. Por isso, Stálin e Bukhárin apresentaram em agosto de 1917, em seu lugar, os informes principais ao *VI Congresso do PC(b)R*, quando também, este último é eleito para integrar o órgão dirigente bolchevique, o *Comitê Central* do Partido. Em seu informe *A situação e a guerra*, Bukhárin discorreu sobre questões políticas internacionais como a guerra, o social-patriotismo, a derrocada da *IIª Internacional* e sobre as correntes do movimento socialista mundial.

Pouco depois Bukhárin é eleito para o *Comitê Executivo do Soviét de Moscou* e para o *Comitê Moscovita do Partido*. Porém, ele também se tornou membro do grupo dirigente do *Bureau Regional de Moscou*, responsável pelas organizações do partido bolchevique nas treze províncias que circundavam a cidade, e cujos membros em sua maioria eram *comunistas de esquerda*. Segundo Cohen, o *Bureau Regional*, “foi a base do poder e da influência de Bukhárin em 1917 e 1918, pois ali residiam 37% da população do país e 20% dos membros com que o partido contava em novembro” (1990:67). Além disso, Bukhárin foi designado redator do diário bolchevique *Sotsial Demokrat* e do órgão teórico *Spartak*, aumentando assim, a influência teórica e política

dos jovens *comunistas de esquerda* no partido e junto às massas camponesas e operárias sublevadas no interior do país.

A influência teórica e política de Bukhárin e do grupo de jovens *comunistas de esquerda* que o apoiavam, logo se fez sentir na radicalização da linha política seguida pelo partido bolchevique em Moscou e em várias partes do país. Segundo Löwy (1973: 76), entre final de julho e começo de agosto ele escreveu a obra *A luta de classes e a revolução na Rússia*, em que “analisa os movimentos sociais que surgiam na revolução, apoiando-se no estilo e no pensamento de Marx sobre as *Lutas de classe em França de 1848 a 1850*”. Na sua obra Bukhárin defende a tese da revolução mundial: “O agitado curso da revolução russa mostra, sobretudo, um fato: que a vitória definitiva da revolução russa é inimaginável sem a vitória da revolução internacional”. E, conclui dizendo: “A guerra mundial fez com que o destino de cada país dependa intimamente do destino dos demais. A vitória do socialismo é a única saída para o mundo (...). Porém a vitória duradoura do proletariado russo é impossível sem a revolução proletária na Europa”(Bukhárin *apud* Löwy,1973:77).

Outra demonstração do novo re-direcionamento político e ideológico dado por Bukhárin à *revolução* foi o fato de que sob sua orientação o *Comitê de Moscou* chamou os trabalhadores para uma greve geral de protesto contra a condenação à morte do revolucionário socialista Friedrich Adler por um Tribunal de Exceção alemão, que paralisou todas as fábricas da cidade (Löwy,1973:76). Ou seja, Bukhárin e os jovens *comunistas de esquerda* fomentaram um salto qualitativo na consciência do movimento operário local, ao trazer à tona uma questão tão distante dos interesses imediatos das massas operárias, e que instaurou um caráter *internacionalista* e mais radical na ação do proletariado de Moscou. Fatos como este serão significativos para a compreensão de sua

ascensão política no partido enquanto *comunista de esquerda* e, depois de seu afastamento desse grupo, como futuro dirigente da ala de direita. Mas, também, são importantes para se entender as características diferentes dos embates militares que serão travados no ato da *revolução socialista* em novembro, quando da tomada do poder pelos bolcheviques, nas cidades de Petrogrado e Moscou.

No final de setembro, o *Comitê Central* do partido decide aceitar a proposição de Lenin e que sofrerá até então a oposição dos outros dirigentes bolcheviques como Zinoviev e Stálin que defendia a tomada imediata do poder político. Um exemplo da postura de reserva dos bolcheviques de direita, é a posição de Stálin, quando era redator-chefe do *Pravda*, ao escrever um artigo em defesa do princípio da continuidade da legalidade institucional do poder liberal-burguês, ao chamar a palavra de ordem de “pressionar o governo provisório” e assegurar a vitória da revolução por meio da “convocação da Assembléia Constituinte” (Löwy, 1973:74).

Todavia, próxima da postura revolucionária de Lenin estava a *Conferência do Soviét dos Distritos de Moscou*, influenciada por Bukhárin, na qual os bolcheviques eram minoria, mas que exigia a “substituição dos mecanismos administrativos do antigo poder por comissões executivas locais democraticamente eleitas”(idem). Ficou definido, também, na reunião do *Comitê Central* do partido bolchevique em setembro, que os preparativos insurrecionais deveriam se iniciar pelas duas principais cidades da Rússia, Moscou e Petrogrado, que era então, a sede do governo institucional e da burocracia do *ancien régime*. Bukhárin foi designado pelo *Comitê Central do PC(b)R*, a integrar o *Comitê Militar de Moscou* e tornou-se um dos líderes da insurreição armada, cujos combates nesta cidade foram mais duros do que os ocorridos em Petrogrado, pois se prolongaram por sete dias e nos quais morreram cerca de 500 militantes bolcheviques.

A dinâmica da luta revolucionária conduzida por meio da orientação teórica e ideológica do partido bolchevique neste período, que preparou a passagem para a *revolução socialista de Novembro*, contou com uma linha política que se mostrou acertada, e, que Lenin soube precisar em cada momento concreto do desenvolvimento histórico da sociedade russa. Porém, contou ainda com o apoio das massas camponesas, que no campo desenvolviam uma *revolução democrática* espontânea, mas que havia caído sob a influência política e ideológica do partido dos *esseristas* de direita.

No entanto, sem propugnar uma direção política e uma linha de ação coerente para a sublevação dos camponeses, pois o objetivo dos *esseristas*, sobretudo, aqueles ligados à direita latifundiária, não era a tomada do poder, mas somente o atendimento de algumas das reivindicações do campesinato que não colocassem a ordem burguesa estabelecida em cheque. Coube, aos bolcheviques liderarem as massas operárias e camponesas para consolidarem os *soviéts* junto com os soldados e, depois em novembro, à insurreição armada que destituiu o Governo Provisório instaurado pelos capitalistas liberal-burgueses, trazendo assim os camponeses para seu lado enquanto aliados políticos, o que os qualificou como comandantes do processo revolucionário, diante de toda a sociedade russa (Deutscher, 1984b:11-85).

Retomemos aqui, no entanto, para compreendermos o que ocorreu logo depois da tomada do poder em *novembro* pelo partido bolchevique e pelas massas operárias e camponesas, o que apregoava Lenin nas *Teses de Abril*, ao apresentar a sua oitava tese. Essa dizia respeito à instauração de um novo regime de governo por meio da *ditadura do proletariado* e de um novo sistema econômico para o país, especialmente, depois da assinatura desse tratado de paz que deveria ser estabelecido imediatamente com a Alemanha: “No implantación del socialismo como nuestra tarea inmediata sino pasar

unicamente a la instauración inmediata del control de la producción social y de la distribución de los produtos por los Soviets de diputados obreros” (1975:255, v.6).

Portanto, vemos esboçada na citação acima, a importante afirmação leniniana sobre essa primeira fase de *transição ao socialismo*, que deveria ocorrer no país. Ou seja, Lenin afirmava que a intenção primeira do governo soviético não era instaurar de imediato uma sociedade socialista e criar uma nova sociabilidade humana nesse momento. Mas, apenas assegurar o controle de toda a produção social e da distribuição dos produtos por meio dos órgãos de poder de autogestão populares, os *Soviets de deputados operários*.

Esta afirmação corrobora as análises de Bertelli (1999) e de Cohen (1990), de que Lenin não pretendia instaurar, diretamente nessa primeira etapa de *transição ao socialismo*, um regime socialista. Porém, apenas restaurar emergencialmente a antiga economia capitalista que havia sido devastada pela *guerra imperialista* de 1914-1918, por meio do *capitalismo de Estado*, enquanto forma social sob o regime de *ditadura do proletariado*. Uma outra questão, que transparece já nessa tese, é a sua intenção de assegurar o poder nas mãos da classe operária por meio desta *ditadura*. Por isso, a distribuição dos produtos deverá ser realizada somente pelos *Soviets de deputados obreiros*.

No entanto, a cerimônia de oficialização da tomada do poder político-militar na Rússia pelos bolcheviques, soldados e por camponeses pobres, organizados em *soviets*, e da instauração da *ditadura do proletariado*, enquanto forma materializada do governo soviético, deu-se no dia 25 de novembro, com a constituição do Parlamento (*Smolny*). Este, cujo caráter era ser uma Assembléia Constituinte, foi considerado por Trotsky na época como “mais democrático de quantos já existiram na história mundial”(1978:947,

v.2). Porém, pouco depois, Bukhárin e Sokolnikov foram nomeados pelo *Comitê Central* do partido bolchevique para levar a mensagem oficial da dissolução do Parlamento, que excluía da participação política no poder os partidos dos *esseristas* e dos *mencheviques*. Tal atitude foi motivada pelo fato de que estes partidos estavam colaborando com a burguesia para organizar a contra-revolução, visando desestabilizar o recém empossado governo soviético, inclusive por meio de algumas ações armadas e emprego de sabotagem.

A medida tomada, no início de janeiro de 1918, pelo partido bolchevique de dissolver a Assembléia Constituinte se justifica, pois o cenário político no país nesse momento era instável e profundamente conflituoso, pois as forças políticas mais organizadas e expressivas, além deles próprios, eram os *esseristas* de esquerda e de direita, que disputavam entre si a representação do campesinato. Enquanto os social-democratas, *mencheviques*, socialistas-revolucionários e anarquistas disputavam e fragmentavam a influência política sobre o proletariado urbano. Tal fato gerava uma situação política preocupante e altamente instável, pois o inimigo de classe do proletariado, a burguesia, encontrava-se ativa e arregimentando forças militares no país e fora dele para resistir e, se possível, tentar retomar o poder das mãos dos revolucionários bolcheviques.

Entretanto, podemos dizer que nesta fase a carreira política de nosso autor e dos jovens *comunistas de esquerda*, continuaram em rápida ascensão aos altos escalões do partido e do governo, sobretudo na área econômica. Segundo Cohen (1990:80) pouco depois da *revolução*, “em novembro de 1917, Bukhárin foi incumbido de preparar o esboço da legislação relativa à nacionalização e à criação de uma agência que administraria a vida econômica do país”. Desta agência, aprovada em dezembro, se

originou o *Conselho Superior da Economia Nacional*, sendo Ossinski designado presidente do conselho e Bukhárin membro de sua junta executiva. Além disso, ele foi designado pelo partido como editor-chefe do jornal *Pravda* (A Verdade), que era então o diário oficial do *PC(b)R*, posição que manterá até ser afastado pelo golpe *stalinista* em 1929. Porém, ainda em fevereiro de 1918, segundo observa Cohen (1990), quando Lenin se reaproximou da direita bolchevique, Bukhárin e a esquerda voltaram à oposição.

Surgiu assim, nesta segunda fase que caracteriza o *comunismo de esquerda* de Bukhárin, a primeira fração oposicionista no partido bolchevique após a *revolução de novembro*. Esta facção oposicionista era constituída por jovens radicais de esquerda, especialmente, da cidade de Moscou, que formaram esse *grupo dos comunistas de esquerda*. Por isso, como um dos membros mais influentes teórica e politicamente, Bukhárin irá se opor à proposta leniniana de estabelecer um tratado de paz com a Alemanha. Sobretudo, porque o entendimento dos *comunistas de esquerda* era de que a situação militar da Rússia era péssima e que uma derrota era inevitável, mas que o estabelecimento da paz com a Alemanha interromperia ou atrasaria o desenvolvimento da *revolução internacional* em sua expansão pela Europa.

Portanto, a *revolução de novembro* era entendida pelos bolcheviques e, mais particularmente, pelos *comunistas de esquerda*, como o estopim que desencadearia a *revolução internacional* européia (Hobsbawm, 1995:63-69, 366-367). No entanto, para se entender esse *internacionalismo* bolchevique é preciso lembrar que o *comunismo de esquerda* (*Linskommunismus*)¹⁸, defendido por Bukhárin e pelos jovens do *Bureau Regional de Moscou*, entre os anos de 1917-1920, não constituía um fenômeno político

¹⁸ Cf. Sobre este assunto o importante aporte oferecido pela obra de MARRAMAO, Giacomo. *O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*. Tradução de Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1999, p.75-123.

tipicamente russo. As suas origens remontam as tendências socialistas e marxistas próximas ao *extremismo radical* surgido na Europa no início do século XX. Esse amplo leque político de esquerda, composto pelos grupos que conformavam as tendências ao *extremismo radical*, derivou das discussões do *Bernstein-Debatte*. Especialmente, quanto ao surgimento das correntes *oportunist*a e *reformista* no interior do movimento operário-sindical e nos partidos social-democratas, como das questões colocadas pela malograda revolução russa de 1905 contra o *czarismo* e, também, dos debates sobre a falência teórica e política da *II Internacional Socialista*, no período do pré-guerra mundial.

A tendência dos *comunistas de esquerda* (*Links-kommunismus*), originou-se destes debates e de outros sobre as questões da teoria, da revolução, da estratégia e da tática revolucionária, da organização dos partidos socialistas e social-democratas e o centralismo democrático leninista, da questão da utilização da greve e do espontaneísmo das massas. Assim como derivou também das posições teóricas e políticas quanto à dinâmica do imperialismo, do *colapso* e da *crise final do sistema capitalista*. As teorias *revisionistas*, pano de fundo destes debates, foram tecidas por Eduard Bernstein em *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Porém, esse amplo espectro em que se conformava o *extremismo radical*, o *comunismo conselhist*a e *comunismo de esquerda* não era homogêneo. Sobretudo, porque havia divergências políticas e programáticas e posições ideológicas contraditórias entre as correntes que compunham estas tendências: “Basta pensar que, (...) entre partidários da *Zusammenbruchstheorie* contam-se, juntamente com Kautsky (...), um evolucionista como Heinrich Cunow e uma revolucionária como Rosa Luxemburg”, assim como contrários a esse pensamento “encontramos também, junto a outro grande dirigente da social-democracia como Otto

Bauer, um dos maiores teóricos do comunismo de esquerda, Anton Pannekoek, e o ‘reformista’ Rudolf Hilferding” (Marramao,1990:76).

Da mesma forma, também se verificam divergências teóricas importantes entre Lenin e Rosa Luxemburgo, quanto às questões da organização partidária, da ação e do espontaneísmo das massas revolucionárias. Assim como poderemos encontrar Lenin, em seu artigo *O oportunismo e a falência da II Internacional* que publicou na revista alemã *Verbote* em 1916, posicionando-se politicamente contra a concepção *revisionista* e *reformista* de *ultra-imperialismo* gradualista de Kautsky, apoiando-se na *teoria da crise final do capitalismo* na fase imperialista. Segundo Marramao (1990), ele tomava por base para sustentar a atualidade da revolução, não a *Zusammenbruchstheorie*, mas a dualidade entre *colapso* e *revolução*, utilizando para solucioná-la o conceito de *crise revolucionária* e não de *derrocada final* do sistema: “A época do imperialismo capitalista é a época em que o capitalismo alcançou sua maturidade, está muito maduro e encontra-se às vésperas de seu colapso”(Lenin,1977:192). Mas, é preciso ressaltar que as questões da atitude diante da guerra, da busca por uma nova tática do movimento operário, do imperialismo e da atualidade da *revolução* constituíam alguns dos raros pontos principais em que estavam de acordo todas as tendências do *Linksradi kalen* e que explicavam a sua adesão inicial às teses esquerdistas de Lenin sobre a tomada do poder e a realização da *revolução*.

(...) a emergência de uma nova maneira de enfrentar a problemática do destino do capitalismo, um modo que apresentava muito poucas afinidades com a *Zusammenbruchstheorie* do início da II Internacional (expressa eloqüentemente pelo catastrofismo determinista à la Cunow). Diferentemente das canonizações do corpus doutrinário do marxismo (...), a teoria da crise ou do colapso (...) elaborada e animadamente discutida nestes anos, não se limita a contemplar o

transcurso de uma legalidade inelutável, mas torna-se ativante da consciência revolucionária das massas (Marramao,1990:84).

Contudo, faz-se necessário lembrar também a diversidade política e ideológica das importantes contribuições teóricas aportadas pelas diversas correntes esquerdistas na fundamentação e constituição do *Linksradikalen*, nos períodos do pré-guerra e no do pós-guerra. Sobretudo, por parte de teóricos mencheviques como Parvus e Martov, de austro-marxistas centristas como Rudolf Hilferding, Otto Bauer e Max Adler, de nacional-socialistas como Heinrich Laufenberg, de radicais de esquerda como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Anton Pannekoek, Georg Lukács, Hermann Gorter, Karl Radek e Karl Korsch, de partidários do abstencionismo eleitoral-parlamentar como Amadeo Bordiga e Paul Friedländer, como de outros pensadores dos campos: social-democrata, socialista e marxista. Estes debates foram importantes e riquíssimos no desenvolvimento da teoria marxista. Mas, infelizmente, não poderemos tratá-los aqui de maneira pormenorizada devido ao alto grau de complexidade, profundidade teórica e extensão dos assuntos envolvidos, que transbordariam os limites e os objetivos deste trabalho. Todavia, devemos lembrar que foi neste período histórico, entre 1910-1920, que surge e se consolida o *Linksradikalismus*.

Desta forma, a tendência do *comunismo de esquerda* (*Linkskommunismus*) se desenvolveu no interior do movimento operário-sindical e dos partidos socialistas e social-democratas, especialmente, nos partidos: holandês, austríaco e alemão. Por isso, torna-se particularmente importante recordar que os *comunistas de esquerda* russos e, particularmente Bukhárin, tinham profunda proximidade política e ideológica com os grupos ligados às tendências constituídas pelos *comunistas radicais* (*Linksradikalen*) e por *comunistas conselhistas* (*Rätekommunismus*) europeus. Todavia, faz-se necessário

acentuar que uma das fases mais importantes do desenvolvimento teórico e político de Bukhárin decorreu durante o seu período de exílio europeu. Portanto, precisamente na segunda fase de desenvolvimento dos debates iniciados no começo do século XX, a partir do *Bernstein-Debatte*, sobre as questões da organização partidária, da greve e da ação das massas revolucionária.

A segunda fase inicia-se em 1905, depois dos acontecimentos russos, com o debate (...) sobre o papel da greve de massas na organização proletária em relação à dinâmica da crise imperialista. É aí que se origina a tendência que dará lugar ao `comunismo de esquerda'; e é também nestes anos que emerge a alternativa `colapso' ou `revolução' (Marramao,1990:86).

É importante ressaltar, ainda, a proximidade existente entre o *comunismo de esquerda* russo, particularmente o defendido por Bukhárin, e as teorias radicais de Rosa Luxemburgo sobre o espontaneísmo das massas, a organização partidária centralizada, da autonomia da classe operária, da *questão nacional e autodeterminação dos povos*, da acumulação do capital na fase do imperialismo e do *colapso final do capitalismo*. Além da influência recebida, em 1921, por parte da *teoria da ofensiva* propugnada por Karl Radek e Béla Kun. Estas influências ideológicas em sua constituição são tantas e tão imbricadas que em muitos momentos se tornava, e ainda se torna hoje, difícil discernir quais eram as características teóricas, programáticas e ideológicas do *comunismo de esquerda*, das posturas assumidas por outros grupos e tendências esquerdistas radicais.

Ressalvando, contudo, segundo pontua Marramao, as significativas “distinções entre o *comunismo de conselhos* e o *comunismo de esquerda*, quanto à problemática do destino do capitalismo, o desgaste do movimento operário e às próprias contradições do reformismo”(1990:75-76). Pode-se então afirmar que um dos fatores que mais contribuiu para que o *comunismo de esquerda* (*Linkskommunismus*) surgisse e se

desenvolvesse foi o choque decorrido entre o “marxismo da *II Internacional Socialista* e o leninismo”. Para isso, “concorreram os processos da luta de classes e da discussão teórico-estratégica a partir do final do século até os anos da guerra e da revolução...”, na Rússia (*idem*).

Portanto, é neste contexto e destas discussões, decorridas no período de seu exílio europeu, entre 1912 e 1917, que Bukhárin irá se transformar em *comunista de esquerda*. No entanto, devemos recordar que isto se dará, particularmente, por meio do desenvolvimento das teorias e debates de Lenin sobre o *reformismo* e o *oportunismo* no interior dos partidos social-democratas que levaram a derrocada teórica e política da *IIª Internacional Socialista* e da necessidade dos bolcheviques romperem com ela. Assim como, também por meio das influências que Bukhárin recolheu das teorias elaboradas por Rosa Luxemburgo sobre a *questão nacional* e a *autodeterminação dos povos coloniais*, por intermédio de Karl Radek e Piatakov.

Porém, a adesão de Bukhárin ao *comunismo de esquerda* se explica, ainda, a partir do desenvolvimento de suas teorias sobre as novas funções do *Estado* moderno e o *imperialismo* monopolista, como também, de suas posições contra o *oportunismo*, o *reformismo* e a teoria de Karl Kautsky sobre o *ultra-imperialismo*. Pode-se dizer que foi principalmente a formulação de sua teoria sobre o *imperialismo* que o aproximou ainda mais do *comunismo de esquerda*, por meio da descoberta do papel dos países periféricos e colônias na acumulação do capital pelo imperialismo e, conseqüentemente, também da importância destes povos enquanto forças auxiliares da *revolução mundial*. Contudo, é preciso levar em conta que Bukhárin somente chega a estas conclusões porque, neste momento, já se aproxima no horizonte a eclosão da *revolução mundial*. Contudo, aqui é preciso fazer uma ressalva, pois segundo Lisa Foa, Bukhárin e Lenin “acentuam o

agravamento progressivo da crise do capitalismo na fase do imperialismo e rejeitam substancialmente a teoria do *colapso* automático” (1989:177).

É importante notar que esta teoria do *colapso* do capitalismo era uma das características programáticas que distinguia os *comunistas de esquerda* das demais tendências ideológicas e políticas de esquerda pertencentes ao campo da social-democracia europeia. A rejeição de Lenin e de Bukhárin à teoria do *colapso* do capitalismo nos leva a concluir que a *tese do elo mais fraco da corrente*, elaborada por Lenin, passou a ser defendida programaticamente pelos *comunistas de esquerda* russos, e explica o vínculo estabelecido entre o *internacionalismo* e a *revolução de novembro*, na Rússia. Significando, portanto, que a Rússia revolucionária era entendida por ele apenas como a primeira trincheira avançada da *revolução mundial*, que deveria, por intermédio do *internacionalismo*, alastrar-se aos países capitalistas desenvolvidos da Europa. Além disso, a aceitação da tese do *elo mais fraco da corrente* e da *revolução internacional* justifica, ainda, a veemente oposição que Bukhárin e os *comunistas de esquerda* russos fizeram à assinatura do tratado de paz com a Alemanha.

Todavia, faz-se necessário lembrar que Bukhárin, assim como muitos outros *comunistas de esquerda*, ao aceitarem a tese do *elo mais fraco*, não esperavam que este processo se desse de uma maneira fatalista. Ao contrário, enquanto marxistas esperavam que este processo revolucionário ocorresse enquanto resultado da ação consciente da classe operária e da intervenção política de um partido revolucionário. Este ponto de vista fica demonstrado, sobretudo, a partir da percepção de Bukhárin e também de Lenin, expostas em suas respectivas obras sobre a questão do imperialismo, de que a *guerra inter-imperialista* poderia facilitar a eclosão de uma *revolução mundial*, que

ocorreria não apenas no *elo mais fraco da corrente*, que seria a Rússia, mas também nos próprios países capitalistas mais desenvolvidos da Europa.

Todavia, esta posição mais *radical de esquerda e internacionalista* aproximava Bukhárin da posição de Trotsky, que defendia neste caso, a adoção da confusa tese: *nem guerra, nem paz*, numa referência aproximada da teoria da *revolução permanente* elaborada por Marx, ainda no século XIX. Ou seja, apesar de Trotsky não manifestar explicitamente posição favorável à continuidade da guerra, deixava margem para se entender que apoiava uma luta permanente contra o imperialismo e que defendia que a *revolução* se expandisse para a Europa desenvolvida. Por sua vez, Lenin e aqueles que apoiavam a retirada da Rússia da *guerra imperialista* entendiam que a população estava exausta e, se conseguissem estabelecer um tratado de paz com a Alemanha, se obteria maior apoio político popular para implementar a edificação socialista e para se reorganizar o exército que se desmantelara após a *revolução de novembro*.

Desta forma, ao unir-se com a ala direita do partido, Lenin perde o apoio dos *comunistas de esquerda*, que, em fevereiro de 1918, renunciaram aos seus cargos no partido e governo, e terá de enfrentar sua oposição ao processo de paz e a política econômica que adotará visando tirar o país do caos sócio-econômico em que estava mergulhado. Nestas circunstâncias aumentam os problemas sócio-econômicos enfrentados pelo governo bolchevique, gerando no partido discussões acirradas entre a oposição liderada pelos *comunistas de esquerda*, a ala dos trotskistas e a liderança leniniana, na busca de soluções. Neste clima político conturbado, Bukhárin também se posicionará contrário às teses de Lenin na Comissão encarregada de estudar a

reformulação do programa do partido, que o levou a escrever a obra *O programa dos comunistas*¹⁹, sobre a qual, discorreremos posteriormente.

Bukhárin, também, se envolveu na polêmica *questão dos sindicatos*, na qual, alinhou-se politicamente mais próximo da posição de Trotsky do que de Lenin, embora, assumisse uma proposta intermediária entre as de ambos. Porém, é significativo que a *oposição de esquerda* tivesse o apoio da maioria dos membros do partido. Segundo Cohen (1990:82), “assim, aos 29 anos Bukhárin liderou por um período de dois meses a maior e mais forte oposição bolchevique da história da Rússia Soviética”, colocando-se a favor da expansão da *guerra revolucionária* para a Europa e contra o tratado de paz de *Brest-Litovsk* que Lenin queria firmar com a Alemanha. Esse tratado foi estabelecido em fevereiro, mas somente foi ratificado pelo *VII Congresso do PC(b)R*, no início de março de 1918. Mas, o que levou Bukhárin a adotar as posições contra o tratado de paz e a favor da militarização dos sindicatos? Que relação teria tais posições com suas teorias sobre o imperialismo e o *capitalismo de Estado*?

A acepção bukhariniana de capitalismo de Estado tornou mais árdua, desde o período da guerra e do pós-guerra, a formulação de uma teoria coerente da crise e de uma hipótese realista de transição ao socialismo: as oscilações nas posições políticas assumidas não são apenas expressão da rigidez do esquema teórico, mas também de uma certa distância cultural do patrimônio de reflexões de Bukhárin sobre o capitalismo moderno em relação às exigências de manobra política e de flexibilidade tática impostas pelas condições da Rússia revolucionária. A oposição à paz de Brest-Litovsk e a posição assumida no debate sobre os sindicatos (...), são algumas de suas expressões particularmente significativas (Telò, 1986:171).

¹⁹ Cf. A obra original de Bukhárin: *Programma kommunistov (bol'shevikov)*. Petrogrado, 1918; ou ver *The Communist program*. New Yorke, 1920. Há uma edição desta obra publicada no Brasil, *O programa dos bolcheviques*, s/d.

No entanto, apesar da amplitude nacional que adquiriu este movimento contra o tratado de paz, desencadeado pelo grupo dos *comunistas de esquerda*, a sua base mais importante sempre foi Moscou. A jovem geração de líderes do *Bureau Regional de Moscou* era encabeçada por Bukhárin, Ossinski, Smirnov, Lomov, Iakovleva, Stukov e Kizelshtein e exerceu papel importante nestas controvérsias e, também, quanto à política econômica adotada por Lenin, em 1918. Segundo Cohen (1990:83), “quando o *comunismo de esquerda* se transformou em movimento nacional, o *Bureau* passou a atuar como seu Comitê Central, seu centro organizador”, sobretudo, quando Bukhárin, Ossinski e Smirnov, e depois, Karl Radek, assumiram a direção do jornal *Kommunist*, que era publicado pelo *Bureau*.

Contudo, apesar do apoio popular que o movimento dos *comunistas de esquerda* obteve nesta questão da paz, por falta de uma liderança mais efetiva de Bukhárin, foram derrotados. As causas que contribuíram para isto foram o fato de não aceitarem a proposta dos *socialistas-revolucionários de esquerda*, que nesta época ainda participavam do governo soviético, de constituir um novo governo para substituir o de Lenin e, também, as próprias divergências políticas existentes entre os principais líderes do movimento, como Bukhárin, Ossinski e Stukov.

No entanto, é preciso ressaltar aqui a importante percepção teórica de Bukhárin quanto às formas de resistência à invasão militar alemã durante a guerra. Ele foi o primeiro a sugerir a utilização de uma *guerra de guerrilhas*, que seria liderada pelo minoritário proletariado urbano, mas travada pela imensa maioria de camponeses soviéticos. Observa Cohen, que a defesa desta tese “constituía um elemento novo no pensamento de Bukhárin, pois na ótica marxista tradicional, ele considerara o

campesinato uma classe socialmente retrógrada, que deixaria de apoiar a revolução quando esta atingisse a fase proletária ou socialista” (1990:88).

Desta forma, Bukhárin se dera conta de que a *revolução* no campo tinha um papel tão importante ou ainda maior que o exercido pela *revolução* nos próprios centros urbanos. O que representa um amadurecimento no pensamento de Bukhárin, pois significa que começa a valorizar o papel do campesinato e a incluí-lo em suas formulações teóricas. Porém, com a ratificação do tratado de paz em março de 1918, o movimento de oposição dos *comunistas de esquerda* perde sua intensidade e, também, parte de sua força política. Mas, que a partir de abril passará a se defrontar com a política econômica adotada por Lenin.

Contudo, o que motivou esta nova oposição dos *comunistas de esquerda* no plano econômico foi a intenção de Lenin de moderar a política econômica. As principais medidas que tinham sido adotadas até então pelo governo soviético na área econômica já eram bastante moderadas, sobretudo, na visão dos *comunistas de esquerda*. Por isso, a polêmica se instaurou no interior do partido. O governo soviético havia, até março, realizado apenas uma limitada nacionalização econômica seletiva, como também, adotado medidas para corrigir desigualdades na distribuição de moradias e alimentos, instituíra a jornada de trabalho de oito horas, o controle operário nas indústrias e abolira a propriedade privada da terra, concedendo assim, aos camponeses o direito de ocupar e de cultivar as terras que passaram a dispor, depois da *revolução* (*idem*).

No entanto, o governo soviético decidiu, a partir de abril de 1918, reformular a política econômica, adotando um plano que encerraria o processo de nacionalizações e expropriações de empresas e indústrias. Tais medidas abriam margem para uma ampla participação do capital privado na economia nacional e instauravam o *capitalismo de*

Estado, enquanto conteúdo da *ditadura do proletariado*, visando, sobretudo, por um fim ao caos econômico e ao processo de destruição produzido por quatro anos de *guerra imperialista* e pela própria *revolução*, que prejudicava a produção industrial do país. Por isso, esta nova ordem econômica que se estava instaurando teria por base a propriedade estatal limitada e deveria preservar a propriedade e a administração privadas ou mistas na maioria das empresas. Porém, segundo estas medidas adotadas por Lenin, a regulamentação do setor privado da economia nacional caberia ao Estado soviético, por intermédio da pressão financeira e política.

Portanto, um dos fatores que levou Lenin a adotar tais políticas, além deste cenário caótico da economia soviética, foi a compreensão da necessidade de contar com a cooperação técnica por parte da grande burguesia, sobretudo porque os poucos quadros proletários mais preparados educacionalmente que o partido dispunha estavam lutando na *guerra civil*. Para ele era necessário abandonar esta fase destrutiva da *revolução* e restaurar a autoridade administrativa do governo. Para isso, era necessário impor o controle centralizado dos *soviéts* locais e conceder incentivos salariais aos trabalhadores. No entanto, a disciplina do trabalho deveria prevalecer sobre o controle operário, considerado por ele um dos motivos da baixa produção industrial registrada no país, neste período. Porém, as propostas de Lenin geraram polêmica no partido.

Os comunistas de esquerda reagiram às propostas leninianas com irritação e apresentaram teses que as contestavam em nível geral e específico. Viam ressurgir, ocultas sob as novas medidas, a ala direita do partido e a psicologia da paz. Denunciaram como um possível retorno da supremacia absoluta do capital financeiro todas as propostas apresentadas por Lênin: as medidas trabalhistas e salariais, o fim das nacionalizações, os acordos com os capitães de indústria e a reaproximação com o capital e com a antiga ordem administrativa. Previam que o plano de Lenin acarretaria centralização burocrática,

supremacia dos diferentes comissários do povo, perda de independência dos soviétes locais e também a extinção do governo exercido de baixo para cima – o Estado-Comuna. (Cohen,1990:90)

A plataforma econômica apresentada pelos *comunistas de esquerda* numa reunião conjunta do *Comitê Central* do *PC(b)R*, no dia 04 de abril de 1918, intitulada *As teses do momento atual*, exigia que o governo soviético adotasse rumos inteiramente novos na área econômica. Esta plataforma foi publicada posteriormente, na primeira edição da revista *Kommunist*²⁰, em 20 de abril, e assinada por seu conselho editorial composto por Bukhárin, Ossinski, Smirnov, Piatakov, Krilenko e Radek. Em suas teses centrais os *comunistas de esquerda* propunham que o governo soviético adotasse uma luta sem tréguas contra a burguesia, atacasse as relações econômicas capitalistas, empreendesse a nacionalização e a socialização da indústria, garantisse a preservação da autoridade dos soviétes locais e do controle operário. Além disso, exigiam que o governo soviético prestasse auxílio aos camponeses pobres contra os ricos e implementasse a agricultura coletiva em grande escala. Essa *plataforma*, por suas críticas e medidas apresentadas, foi precursora de outras plataformas esquerdistas.

Contudo, é preciso ressaltar a significativa mudança de atuação que teve Bukhárin nesta controvérsia com Lenin. Pode-se dizer que, apesar de seu nome constar no conselho editorial, ele se limitou a endossar tacitamente as críticas dos *comunistas de esquerda* aos planos do governo que foram publicadas na *Kommunist*, mas demonstrava uma posição ambígua e sem a ênfase discursiva que o caracterizara como líder da esquerda nos debates do tratado de paz. Podemos citar como um exemplo disso, o fato de que nos três meses em que perduraram estes debates ele escreveu sobre o assunto

²⁰ A revista *Kommunist* é uma raridade hoje, mas as teses de Bukhárin podem ser compulsadas, em idioma russo, no apêndice à IIIª edição das *Obras* de Lenin, *Socinenia*, XXII. Moscou, 1931, p.561-571. A síntese do artigo pode ser encontrada, no idioma espanhol, em sua obra *Teoria economica del período de transicion*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1974.

apenas um artigo: *Algumas concepções fundamentais da economia contemporânea*²¹, em que levantava apenas uma objeção teórica e não prática, à política leniniana. Neste artigo Bukhárin explicava que o *capitalismo de Estado* não era um conceito técnico e sim uma categoria bastante específica e puramente histórica, uma das variantes do capitalismo, uma forma definida do poder do capital” (Bukhárin *apud* Cohen,1990:96).

No contexto da ditadura do proletariado, o capitalismo de Estado é um verdadeiro absurdo, uma idéia descosida. Capitalismo de Estado supõe ditadura do capitalismo financeiro; significa a transferência da produção para o Estado imperialista organizado ditatorialmente. Capitalismo de Estado sem capitalistas é outro absurdo. E capitalismo não-capitalista é o cúmulo da confusão (Bukhárin,1974:74).

Todavia, podemos afirmar que, entre 1918 e 1921, foi essa mesma busca de soluções teóricas para o emprego prático na economia de *transição* o fator essencial dos confrontos políticos entre Lenin, os *comunistas de esquerda*, as outras facções de oposição e várias lideranças importantes no partido, como Trotsky. A situação política no interior do partido havia se agravado desde o *VII Congresso*, que havia ratificado o tratado de paz de *Brest-Litovsk* com a Alemanha. Porém, é preciso ressaltar que essa polêmica caracterizava o momento político e teórico de maior destaque do *comunismo de esquerda* de Bukhárin, Ossinski, Radek, Piatakov e outros jovens moscovitas.

As soluções defendidas em *As teses do momento atual*, pelos *comunistas de esquerda*, na reunião conjunta do CC do partido e debatida, também, na sessão de 29 de abril do *Comitê Executivo Central de toda a Rússia*, eram contrárias às posições econômicas moderadas defendidas por Lenin. Sobretudo, a questão do *capitalismo de*

²¹ Cf. O artigo de Bukhárin em russo, intitulado: *Nekotorye osnovnye poniatiiia sovremennoi ekonomiki*, que foi publicado em *Kommunist*, Moscou, nº 3, de 1918. A síntese do artigo pode ser encontrada em espanhol, em sua obra *Teoria economica del período de transicion*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1974, p.74.

Estado como forma de governo da *ditadura do proletariado* e o fim dos confiscos e da nacionalização das empresas russas. Porém, as *Teses dos comunistas de esquerda* não escapavam da influência do revolucionarismo bolchevique e da imediatividade na adoção de um socialismo que fosse mais depurado de elementos capitalistas. Embora, segundo Gerratana:

Nesse período tinham sido adotadas somente medidas parciais de nacionalização - onde pareceram indispensáveis -, mas em uma situação de desastre econômico, Lênin não se mostrava nada disposto a apressar-se em completar o processo de confisco e nacionalização, tratando, pelo contrário, de chegar a acordos com alguns grupos capitalistas, que pareciam inclinados a colaborar de algum modo com o novo regime em um programa de renovação das atividades produtivas. Não se pode dizer então que os comunistas de esquerda tivessem se equivocado completamente ao escreverem em suas *Teses* que tudo isso significava ‘uma paralisação na destruição das relações capitalistas de produção e até sua parcial renovação’, e, substancialmente, ‘uma evolução para o capitalismo de Estado’ (1975:36).

Em sua resposta *As teses do momento atual*, publicadas no *Kommunist*, Lenin reafirma conceitos desenvolvidos em seus artigos anteriores como *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la* e *Poderão os bolcheviques manter o poder*. Assim como, em seu novo artigo o *Infantilismo de esquerda e a mentalidade pequeno-burguesa*, publicado no *Pravda* nos dias 09, 10 e 11 de maio de 1918. Este, dentre todos seus artigos, é o que melhor delineia os contornos teóricos, econômicos e políticos que assumiria um futuro processo de *transição ao socialismo*, na URSS. Observa Gerratana, que neste debate “a divergência não estava na representação dos fatos, mas na sua avaliação teórica e política”. Particularmente, porque “Lenin não julgava que as coisas fossem diferentes da maneira como Bukhárin as apresentava e nem punha em dúvida

que se tratava até mesmo de um passo atrás no desenvolvimento das relações socialistas”. Porém, Lenin “pensava que esse passo atrás era necessário para se encontrar saída para uma situação catastrófica e que, portanto, representava na prática, um passo à frente real na construção do socialismo” (1975:36).

Segundo Bertelli (1999), Lenin insistia na adoção de medidas que formavam um conjunto de técnicas e procedimentos que apontavam para o modelo do *capitalismo de Estado* sob o poder soviético, pois salientava que nas condições atuais da economia e sob poder soviético, o *capitalismo de Estado* seria já a *ante-sala do socialismo*. Ao apoiar-se em argumentação semelhante Gerratana infere que “Lenin, (...), não descrevia um modelo ideal, mas sim uma situação histórica concreta com base em critérios teóricos que permaneciam inalterados, fundamentalmente constantes em toda sua elaboração estratégica”(1987:36). Mas, esta formulação de *capitalismo de Estado* de Lenin teve que ser adiada com a eclosão da *guerra civil*, em meados de 1918. Embora, viesse a ter depois, como centro teórico e prático, a elaboração duma teoria da *transição* que fosse mais consistente com a concepção socialista, diante das difíceis condições econômicas e políticas herdadas desta *guerra civil*, que Bukhárin, obviamente, tentará apresentar em suas obras escritas no período de 1918 até 1921.

Conquanto já surgissem nesse momento debates no partido sobre os rumos a adotar no desenvolvimento da economia soviética, esses debates tratavam de como se conduziria à *transição*, se por meio do *capitalismo de Estado*, como propunha Lenin, ou, se pela aceleração no ritmo da industrialização estatal da metalurgia pesada e da coletivização socialista das fazendas camponesas, visando já a construção do socialismo no país. Tais proposições eram defendidas por Bukhárin, pelos *comunistas de esquerda* e demais facções de oposição de esquerda no partido. Sem, contudo, proporem-no dessa

forma. Todavia, Lenin enfatizava a necessidade de primeiro se lutar para vencer a reação e, depois, restabelecer as relações normais de troca de produtos agrícolas e mercadorias industriais entre a cidade e o campo, base da economia soviética.

Contudo, para que isso ocorresse, segundo Lenin, seria necessário reorganizar e colocar em funcionamento as indústrias leves, mais baratas e rápidas na produção de produtos de fácil permutabilidade com o campesinato. Isso desenvolveria de forma acentuada a agricultura camponesa na fase de *transição*, pois com essa reestruturação da indústria leve, se possibilitaria atender rapidamente as necessidades dos camponeses e facilitar o processo de trocas com a cidade, por meio do qual se poderia desenvolver então, a industrialização pesada estatal socialista. Portanto, ele julgava que só depois deste processo atingir na prática uma regular funcionalidade, ou seja, afastar a fome, o desabastecimento e normalizar as relações de troca de mercadorias da indústria leve com o campo, se poderá tratar do desenvolvimento da industrialização. No entanto, podemos entender que com isso, Lenin também remete-nos a uma segunda fase da *transição*, pois neste momento, ainda é necessário reorganizar a economia soviética, afastar a fome e interromper o crescente desemprego rural e urbano que assola o país.

Entretanto, o amadurecimento teórico de Bukhárin transparece a partir destas suas obras e das análises que tecerá sobre a *transição*, o ritmo de desenvolvimento industrial-agrário, sobre a necessária manutenção da aliança *operário-camponesa*, da pertinência ou não da categoria *capitalismo de Estado* na designação do Estado soviético, em continuidade a este debate com Lenin. Todavia, é preciso lembrar que esta polêmica se arrastou do VII até ao VIII Congresso do partido, em março de 1919. Tanto, que em 1917, quando da formulação dessa tese por Lenin, Bukhárin já se manifestara contrário à sua adoção enquanto designação de um Estado proletário, julgando-a

inadequada, pois o Estado soviético pertenceria ao proletariado. Porém, Lenin insistiria de 1917 até 1922, em dizer que o *capitalismo de Estado* sob o poder da *ditadura do proletariado* implicava outro tipo específico de *capitalismo de Estado*, pois seria controlado politicamente pelo proletariado. Nesta concepção leniniana, segundo observa Gerratana (1975:37), a natureza de classe do poder soviético segue sendo o elemento fundamental de diferenciação entre o velho e o novo regime.

Porém, baseado nos estudos sobre o imperialismo e nesta discussão sobre o *capitalismo de Estado*, Bukhárin notará o perigo do surgimento de um futuro *Estado Leviatã*. Foi esse um dos motivos para que fosse contra a proposta de Lenin de adotar o *capitalismo de Estado*, semelhante ao modelo *junker-prussiano* alemão, como forma de governo para a *ditadura do proletariado* na *transição*. Nesta formulação inicial sobre a constituição de um *estamento burocrático estatal dominante*, indicava Bukhárin que o seu surgimento e o seu desenvolvimento ocorreriam a partir do processo de eliminação das formas de propriedade privada sobre os meios de produção e a propriedade fundiária que passariam a pertencer ao Estado com o processo de centralização e estatização da economia nacional. Contudo, podemos dizer que nessa época Bukhárin ainda não estabelecera uma relação entre a sua análise e o surgimento de um país socialista dirigido por um só partido político sob a orientação econômica do *capitalismo de Estado*, como a URSS. A sua precoce formulação, todavia, é demonstrativa de sua elevada capacidade teórica e analítica.

No entanto, o *capitalismo de Estado* leniniano durou pouco, pois, em meados de 1918, eclode a *guerra civil* que irá provocar maior destruição e caos na já combalida economia soviética. Sobretudo, diante das discussões que se acirravam no partido, baseadas na superação da catástrofe econômica em que se encontrava o país ao final da

guerra civil, em 1921. O quadro sócio-econômico colocado diante do poder soviético era assustador, segundo Löwy (1973): "os trabalhadores da indústria passaram de três milhões em 1917, para um milhão e quinhentos mil em 1920; Petrogrado perdera por emigração 57% de sua população e Moscou 45%; a produção industrial foi em 1920 12% da de 1913, e a indústria pesada chegou materialmente ao ponto zero".

Entretanto, a carreira de Bukhárin como político e teórico no partido continuou a evoluir e ele ascendeu ainda mais, no *VIII Congresso do PC(b)R*, em 1919, ao ser eleito como membro suplente do *Birô Político ou Politburo*, que era o órgão máximo de direção política do partido bolchevique, como também, tornou-se, neste mesmo ano, membro do Comitê Executivo da *Internacional Comunista*. Apesar disso, alguns incidentes ocorreram em sua vida e Bukhárin é ferido em setembro de 1919, num atentado à bomba ao participar de uma reunião partidária. Fato que, todavia, não o impediu de se tornar um dos teóricos mais respeitados intelectualmente e de ser considerado um dos membros mais queridos no interior do partido, tanto que ele jamais precisou recorrer ao uso de seguranças pessoais para circular em meio às multidões.

Contudo, devemos ressaltar que o desenvolvimento da teoria da *transição ao socialismo* de Karl Marx e Friedrich Engels, realizada por Lenin e Bukhárin levaram à sua inserção no debate marxista de seu tempo, servindo para reafirmar diante dos avanços do reformismo no movimento operário, que o primeiro passo ao socialismo inicia-se com a tomada do Estado burguês pelo proletariado por meio da *revolução socialista* vitoriosa de novembro de 1917. *Revolução* esta, que foi empreendida por meio da intensa participação política que foi desenvolvida pelas massas revolucionárias de baixo para cima, guiadas pelo partido bolchevique.

Porém, o desencadeamento destas discussões teóricas possibilitou as condições que permitiram tanto a Lenin, quanto a Bukhárin aprofundarem as suas análises e os seus desenvolvimentos teóricos, na forma de uma experiência prática, por meio da *revolução socialista* de 1917, na Rússia. Devemos assim, concluir que a teoria da *transição*, formulada sem sistematização no conjunto de textos de Marx e de Engels, não só foi desenvolvida, mas aprofundada teórica e praticamente por Lenin e Bukhárin no processo de *transição* soviética, entre 1917-1921. Portanto, será sobre o *comunismo de guerra* e a *transição direta ao socialismo* que discorreremos nos itens seguintes.

3.2. O comunismo de guerra e a transição direta ao socialismo.

A eclosão da *guerra civil* a partir de maio de 1918 até a primavera de 1920, para reiniciar-se, depois, em maio de 1920, por meio da guerra com a Polônia e contra as forças militares de Wrangel e somente findar-se em setembro deste mesmo ano, se constituiu num cenário adverso, resultando em condições econômicas e militares muito difíceis para os bolcheviques. Tais condições adquiriram, com o recrudescimento do conflito bélico, características emergenciais, resultantes da destruturação das forças produtivas, perpetrada pela anterior *guerra inter-imperialista* de 1914-1918. Por isso, a economia russa encontrava-se exaurida após a assinatura, em 03 de março de 1918, do tratado de paz de *Brest-Litovsk* com a Alemanha (Hobsbawm, 1995:70).

O acordo retirou do país o domínio sob uma grande parte de seu território e de suas riquezas, 27% das terras agriculturáveis, 26% da população e 75% das produções de aço e de ferro (Bettelheim, 1979:340, v.1). O que deixou a indústria sem fontes de matérias-primas, combustíveis e carvão, provocando, assim, o colapso das relações entre a cidade e o campo, gerando um grave processo de desabastecimento agrícola nas áreas urbanas. Por isso, o governo soviético julgou necessária a adoção de um plano ou de programa econômico emergencial, que possibilitasse a sobrevivência da *revolução* em meio à *guerra civil*, e que foi chamado de *comunismo de guerra*. A intensificação da *guerra civil*, entre 1918-1920, os ataques de gafanhotos, os rigorosos invernos, a falta de meios e de vias de transportes, o esfacelamento do antigo parque industrial, a fome, as epidemias de tifo e cólera, o crescente desemprego urbano e rural, conformaram um conjunto de condições tão adversas que acarretou uma crise econômica extraordinária, em que mais de 20 milhões de pessoas morreram de fome na República Socialista Federal Soviética.

Segundo Gruppi, o grave quadro engendrado pela *guerra civil* é acompanhado por elevações do custo de vida que causam sofrimentos inauditos à população soviética; como também, pela paralisação dos transportes e da própria indústria; como ainda, por meio da desagregação da classe operária que, sem encontrar trabalho ou possibilidade de se alimentar nas cidades, refluí em medida notável para o campo; e pela disseminação de epidemias, como a de tifo, particularmente grave, que levou Lenin a dizer: “Ou o socialismo vencerá os piolhos ou os piolhos vencerão o socialismo”(1979: 206). Diante deste grave quadro nacional coube então ao governo soviético e ao partido fundir suas forças e, sob o comando do comissário da guerra Leon Trotsky, reorganizar o *Exército Vermelho*, que fora decomposto após 1918, para lutar pela vida ou morte da *revolução proletária*. O partido bolchevique mobilizou todas as forças do país para resistir à contra-revolução chefiada pela burguesia financeira e industrial russa apoiada financeira e militarmente por 14 países imperialistas capitalistas, como França, EUA e Inglaterra. Estas forças militares burguesas russas compunham-se de ex-oficiais e de soldados que apoiavam o antigo regime *czarista*, e foram chamados pelos bolcheviques de *guardas brancos*.

A organização desta resistência militar à reação contra-revolucionária burguesa exigiu imensos sacrifícios da população soviética e por parte do proletariado revolucionário urbano. Porém, os maiores sacrifícios foram exigidos do campesinato, que contribuiu com seus excedentes agrícolas e também com a maioria dos soldados que lutaram na *guerra civil* pela causa da *revolução*. A situação caótica obrigou o governo soviético, devido às necessidades do conflito e a escassez de víveres para abastecer a população civil e os operários das cidades e, ainda, as tropas que combatiam no *front*, a adotar então as políticas centralizadoras do *comunismo de guerra*.

As medidas emergenciais do *comunismo de guerra* tinham por base econômica a nacionalização das terras dos grandes e médios latifundiários, dos bancos e empresas, como também, a centralização e a sujeição das finanças e do sistema de créditos ao poder estatal. Assim como preconizava também a monopolização do comércio exterior, a abolição das relações comerciais e do mercado capitalista, como defendia a adoção de pagamento salarial em espécie e do racionamento geral de viveres. Além disto, o governo soviético instaurava os comitês de defesa, de abastecimento e de distribuição de gêneros de primeira necessidade à população, aos operários e soldados.

Nos primeiros meses, a política econômica do governo soviético desenvolveu-se dentro das diretrizes do programa bolchevique, formulado antes de outubro. Foi efetivada a nacionalização da terra e a distribuição das grandes propriedades aos camponeses, sob a direção dos soviets. Introduziu-se o controle operário sobre todas as empresas com mais de cinco empregados. Decretou-se a nacionalização dos bancos e das sociedades anônimas, em dezembro de 1917. Em março de 1918, Lenin fixou as tarefas imediatas do poder soviético no campo econômico, insistindo sobretudo na necessidade de uma administração eficiente, do controle popular sobre a produção e a distribuição. Sublinhou a necessidade de reforçar a disciplina no trabalho e de aumentar a produtividade (Gruppi, 1979:206).

Segundo Cohen, o regime do *comunismo de guerra* foi “um exemplo extremo da economia absoluta de guerra”, as medidas adotadas pelo governo soviético visavam, sobretudo, “poder utilizar todos os recursos para conseguir a vitória” militar, contra a reação burguesa. Por isso, o partido e o “Estado assumiram o controle de todas as instituições autônomas intermediárias, quando não as extinguiu”(1990:98). Conquanto, a instituição do regime de *comunismo de guerra* tinha objetivo delimitado segundo Gorender: “foi possível desta maneira, evitar a desativação total da indústria e garantir o

abastecimento mais urgente dos trabalhadores urbanos e dos soldados do Exército Vermelho. Como é óbvio, tudo isso não se conseguiu sem elevadíssimo grau de coação estatal”(1990:26). Contudo, o regime do *comunismo de guerra* cumpriu sua função histórica ao poupar milhões de soviéticos de morrer de fome, salvaguardar a *revolução* e fortalecer a aliança político-militar entre os operários e os camponeses.

Ressalta-se, também, o fato de a produção teórica de Bukhárin se intensificar no período da *guerra civil*, quando escreveu importantes obras como: *O Programa dos bolcheviques*, publicada em 1918; *O ABC do comunismo*, em co-autoria com Evigne Preobrasjensky, publicado em outubro de 1919; *Teoria econômica do período de transição*, publicada em 1920, e a *Teoria do materialismo histórico*, terminada em setembro de 1921. Tais obras, segundo o próprio autor, destinavam-se à popularização da teoria marxista e por isso deveriam ser lidas nesta mesma seqüência para que os trabalhadores pudessem ter uma melhor compreensão desta. No entanto, pode-se dizer que estas obras, apesar de criticadas pelo seu mecanicismo e por suas simplificações, devidas ao abstracionismo teórico de Bukhárin, e por serem datadas e circunstanciais, serviram, contudo, no calor da luta para o fomento das questões da reformulação do programa do partido, da popularização da teoria marxista e da *transição ao socialismo*.

Segundo Löwy (1973), *O programa dos bolcheviques*, elaborado por Bukhárin como um ante-projeto de programa partidário dos *comunistas de esquerda*, no qual, expunha pela primeira vez suas concepções acerca de um programa de *transição ao socialismo* para a Rússia soviética, alçou fama mundial e se tornou um clássico entre os marxistas, sendo editada em várias línguas e países. Esta obra derivou dos materiais preparados para a *VII Conferência do PC(b)R*, ocorrida entre 24-29 de abril de 1917, quando Bukhárin integrou a comissão junto com Lenin, incumbida de formular um

novo programa para o partido bolchevique, pois o antigo era de 1912 e encontrava-se desatualizado diante das novas implicações teóricas e práticas postas pela *revolução de novembro* de 1917.

No entanto, esta questão permaneceu insolúvel e desencadeou uma acirrada polêmica no partido que somente terminou no *VIII Congresso*, em março de 1918. Segundo Bertelli, Lenin defendia que “o programa tinha que balizar a ação do partido levando em conta a real situação da Rússia”. Já para Bukhárin, este “deveria refletir essa situação, mas com uma projeção teórico-abstrata, isto é, com as definições do Estado e sociedade soviética como um Estado e uma sociedade socialista a caminho do comunismo”(1987:96). Porém, apesar disso, *O programa* não foi adotado enquanto programa partidário, mas tornou-se muito respeitado no partido e nas correntes marxistas não bolcheviques.

As suas colocações nesse livro são totalmente opostas às de Lenin e repetem suas posições de que há uma transição imediata, não se colocando a necessidade do estágio intermediário do Estado democrático-revolucionário e nem do capitalismo de Estado para se atingir o socialismo: a meta fundamental de Bukhárin é a sociedade comunista de imediato (Bertelli,1987:100).

O que transparece nesta polêmica é que Lenin reformulava e adaptava as suas posições políticas e econômicas de acordo com as necessidades impostas pela realidade concreta do país. Enquanto *O Programa* mostrava que Bukhárin mantinha-se “apegado a seu modelo teórico lógico-abstrato e à postura teoricista, que desprezava uma análise mais profunda da realidade e não retirava dela novos ensinamentos que lhe permitissem re-adaptar suas teses”(idem). Todavia, um dos motivos para a valorização desta obra, decorreu do fato de que nela encontravam-se os vínculos mais intensos que enlaçavam, ainda, a vitoriosa *revolução russa* à europeia, estabelecendo assim, um nexos causal

direto entre esta e a *revolução internacional socialista*. Durante o *comunismo de guerra* os bolcheviques se inquiriam sobre as perspectivas tendenciais no sentido da ocorrência desta *revolução internacional*, que era esperada, particularmente, para se dar na Alemanha. Além disso, *O Programa* foi considerada por Löwy como a obra principal do período de *comunista de esquerda* de Bukhárin, na qual retratava um Estado mundial extremamente centralizado, como utopia revolucionária idealizada da sociedade futura comunista:

A sociedade inteira é uma gigantesca cooperativa de trabalho. Todos são iguais. Toda a produção se desenvolve segundo um plano amadurecido e rigidamente calculado. O produto conseguido se deposita em armazéns sociais, partindo dos quais, se distribui entre os camaradas trabalhadores. Quase o mundo inteiro fica pesado e calculado assim. Tudo se distribui de tal modo que cada oficina se encontra no melhor lugar... no lugar em que seja mais produtivo ao trabalho dos homens. A humanidade inteira sem distinção de nações está unida em todas suas partes e organizada em um todo unitário. Todos os povos formam uma única e unânime família trabalhadora (Bukhárin *apud* Löwy, 1973:122).

Desta forma, Löwy observa que o papel que fora determinado ao homem nesta utópica sociedade comunista bukhariniana torna-se subordinado à produção, sem que Bukhárin explique, em última instância, quem decidirá o que é melhor para este homem. Alega ainda, que a centralização era seu objetivo, “quanto maior e mais amplo seja o plano de conjunto, quanto maior seja a escala em que se organize a produção, quanto mais instruções receba dum centro estatístico de cálculo e contabilidade, em suma, quanto mais centralizado este, tanto melhor” (Bukhárin *apud* Löwy, 1973:124)²².

²² Os dados aqui mencionados foram compulsados na obra de Löwy, A.G. *El comunismo de Bujarin*. Barcelona, México: Grijalbo, 1973. Cf. Especificamente sobre este assunto a edição em português da obra de Bukhárin, N. *O programa dos comunistas*. s/d. Obra, a qual, infelizmente, não pudemos dispor para a realização deste trabalho.

Porém, além de defender a centralização total da sociedade comunista, Bukhárin infere também que a via adequada à construção deste Estado cooperativo centralizado seria a *guerra civil mundial*. Se, deduz que da nascente percepção do campesinato enquanto a maior classe social e do papel que desempenhava na economia soviética, como também, nos demais países coloniais, Bukhárin desenvolveu sua teoria sobre as relações *Cidade-Campo Mundiais*, que transformava as guerras de libertação e de independência nacional em forças auxiliares para o desenvolvimento da *revolução internacional*. Entretanto, infere Löwy que, nesta *guerra civil mundializada*, apenas o camponês pobre teria um papel relevante e determinado na aliança com os trabalhadores urbanos. Contrariando os seus próprios escritos durante a sua fase de juventude, como também, os da maturidade, Bukhárin descarta a participação das camadas médias do campesinato.

Nos países atrasados (como a Rússia) existe todavia uma multidão de camponeses pequenos e médios, proprietários, pequenos sanguessugas, usurários e parasitas. Todos eles estão contra os aldeões e camponeses mais pobres, para não falar já dos trabalhadores urbanos (Bukhárin *apud* Löwy, 1973:125).

Seguindo o raciocínio de Bukhárin, percebe-se que por mais que suas teorias pareçam utópicas, ainda assim contém elevado realismo e amadurecida reflexão teórica. Tanto, que Löwy afirma que elas seguem uma idéia exposta em *O imperialismo e a economia mundial*, e recorrente em seus textos, segundo a qual “a centralização no socialismo, há de recorrer à mesma via, da economia capitalista dos trustes” (*idem*). Para ele foi por meio da economia capitalista, principalmente de sua forma de guerra estatalmente dirigida que tomou Bukhárin o esquema dos passos técnicos-econômicos ao socialismo. Mas, Löwy afirma ainda, que o caráter deste, era a estatização bancária:

Se o proletariado consegue por a mão sobre os bancos atuais terá já em medida importante sob seu domínio as rendas da indústria. Assim como, Bukhárin inferia: os bancos expropriados e unidos pelo Estado se convertem na casa contábil principal da economia (Bukhárin *apud* Löwy, 1973:125).

Estas reflexões indicam que Bukhárin colocava à fase inicial da *transição ao socialismo* - como primeiras medidas necessárias e possíveis -, apenas o controle estatal centralizado pelo governo proletário sobre pontos nevrálgicos da economia, os bancos, as indústrias e os *trusts*. Embora, isso não implique que ele concordasse com a tese de Rudolf Hilferding, de que bastaria a centralização bancária para se realizar a *transição ao socialismo*. Assim como, não advoga ele, a estatização total da economia ou de todas as indústrias, em princípio supõe apenas a mera estatização dos oligopólios e dos *trusts*, baseado no modelo de administração centralizada do Estado burguês, imaginando bastar para que funcionem sob o controle estatal soviético. O que significa que Bukhárin dava mais ênfase ao papel político e regulador da economia por parte do Estado soviético, devido, sobretudo, à sua natureza de classe.

Denotando assim, que entre 1918-1921, o seu pensamento teórico, apesar da presença de traços doutrinários marcantes do *comunismo de esquerda*, insinuam algumas mudanças que, embora não drásticas, em certa medida já prenunciam o início de um amplo amadurecimento teórico e político, que o levará a empreender uma maior aproximação com Lenin. Contudo, Bukhárin ainda avançou nas posturas radicais desta *transição direta do capitalismo ao socialismo*, propondo a supressão do mercado capitalista, a eliminação gradual do dinheiro, a organização agrícola em grande escala coletivizada em comunas de trabalho, o monopólio estatal na distribuição de produtos industriais ao campesinato e trabalho obrigatório a todos.

Entretanto, Bukhárin acentuou esta mesma obrigatoriedade de trabalho para todos, também, em sua última obra produzida como *comunista de esquerda*, intitulada *Teoria econômica do período de transição*. Segundo Cohen, nele “Bukharin abordou um campo teórico mais amplo, que incluía a Rússia Soviética da época. O livro, muito controvertido, consagrou Bukhárin como o teórico principal – e também mais ousado – da era pós-capitalista” (1990:104). Cujo prefácio: *Anotações ao livro de Bukhárin*²³, que esboçava duras críticas sobre algumas passagens, mas, que no cômputo geral elogiava a obra, fora escrito por Lenin em maio de 1920. Porém, observa Cohen que:

Bukhárin não era o único a defender essa hipótese. É equivocado pensar (apesar dos bolcheviques terem estimulado essa idéia depois de 1921) que só uns poucos sonhadores e fanáticos viam no comunismo de guerra uma política que deveria ser mantida, um caminho direto para o socialismo. A idéia predominava no partido e até Lênin dela partilhava, apesar de seu pretenso pragmatismo e de mais tarde ter deplorado as loucuras do comunismo de guerra (1990:107).

Neste livro, Bukhárin retoma sua tese sobre a impossibilidade do *capitalismo de Estado* enquanto definição de um Estado proletário soviético, que já havia sido publicada no dia 16 de maio de 1918, no segundo número da revista *Kommunist*, no artigo: *Novos conceitos fundamentais da economia contemporânea*. Porém, como observou Lenin neste prefácio, e segundo nota Gerratana, a tese de Bukhárin “(...) continha o erro de apresentar como impossibilidade absoluta o que era somente uma dificuldade real, porém relativa, historicamente condicionada pela relação de forças prevalecente no plano internacional”(1975:43).

²³ Cf. As *anotações* e o *prefácio* de Lenin, em idioma italiano, publicadas em *Crítica marxista*, anno V, nº 4 -5, luglio-ottobre, 1967. Ver também, em idioma espanhol, a obra de Bukhárin: *Teoria económica del período de transición*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1974, pp. 152-217.

Todavia, outro ponto importante desta obra, é o fato de que nela Bukhárin rebate as críticas formuladas por Karl Kautsky sobre uma *transição* menos custosa, produtiva e socialmente, ao *socialismo*. Na avaliação deste teórico, de Hilferding e de outros social-democratas, para se atingir o *socialismo* bastaria realizar uma *transição* que requereria apenas a *estatização* dos principais *bancos*. Por isso, criticavam os bolcheviques por terem tomado violentamente o poder burguês e respondido as ameaças da *guerra civil* com a adoção do regime de *comunismo de guerra*. Alegando assim, que estes ao invés de construir uma *transição ao socialismo* estariam destruindo o país. Bukhárin formulou uma resposta teórica bem fundamentada explicando que “os *custos da revolução* eram uma lei da revolução” (Cohen,1990:109).

Bukhárin sustentava que às grandes revoluções seguiam-se sempre guerras civis arrasadoras (...): “quando se erguem barricadas com vagões de trem ou postes telegráficos, a consequência não pode deixar de ser a destruição da economia”. (...). Eram enumerados vários “custos reais da revolução”: destruição ou deterioração de elementos materiais e humanos da produção; a atomização desses elementos e de setores da economia; a necessidade de gastos não produtivos (material para a guerra civil etc). (...) Tomados em conjunto, acarretam o “cerceamento do processo de reprodução” (e a “expansão negativa da reprodução”). Daí Bukhárin concluir que “a anarquia da produção (...), a desintegração revolucionária da indústria constituem uma etapa historicamente inevitável, impossível de ser impedida, por mais que se lamente” (Cohen,1990:109-110)

Em a *Teoria econômica do período de transição*, entretanto, Bukhárin defende que, “a nova sociedade não pode surgir como um deus *ex-machina*”, pois, nela ainda ocorre à coexistência entre vestígios do capitalismo, que na economia soviética significava o mercado estimulador de pequenos produtores pela troca e venda de produtos, e com o socialismo que de seu interior começa a brotar, pois, seus “elementos

constitutivos, nascem no seio da velha sociedade. Buscando descobrir quais seriam os primeiros passos a serem dados no sentido de encetar esta *transição direta para o comunismo*, Bukhárin indagava: “que forma de relações de produção da sociedade capitalista pode, em geral, ser posta na base da nova estrutura produtiva?” Desta forma, partindo assim, da teoria marxista, ele teceu a sua argumentação teórica explicando ser necessário “buscar os elementos da nova sociedade, nas relações de produção da velha sociedade” (Bukhárin,1974:37-49).

Por isso, baseando-se na obra *O Capital*, particularmente, no que dispõe o Livro Iº, *A tendência histórica da acumulação capitalista*, no parágrafo 7º do capítulo XXIV, ele aponta que Karl Marx havia destacado dois elementos fundamentais que constituem a etapa de transição: *a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho*. Os quais, contudo, floresceram simultaneamente com o modo de produção capitalista. Desta maneira, ao analisar a *transição*, Bukhárin infere que os elementos apontados por Marx são os fundamentos do novo modo de produção, nascidos no seu interior e que, por sua vez, constituem partes do aparelho e da nova organização. Ele explica, também, que “em geral, todo sistema social se apresenta como uma organização de pessoas e coisas, que possuem seu ser social próprio, tanto que a máquina, só se torna máquina no sistema do trabalho social”. Portanto, conclui, “a sociedade como sistema é, ao mesmo tempo, um aparelho de pessoas e um aparelho de coisas”(Bukhárin,1974:38).

Destaca Gorender, que Bukhárin compreende que o aparelho de coisas seria o “fundamento técnico-material da sociedade, que apesar de não estar contido no conceito de relações de produção pertence às forças produtivas.” Baseado nisto, ou seja, numa visão economicista, ele deduz que mesmo no processo de ruptura

revolucionária das relações de produção, este aparelho pode e deve ser preservado mesmo relativamente, já que sua destruição não seria necessária (*idem*). Todavia, ele admitia que no transcorrer da *revolução* tanto as máquinas, como os equipamentos, ferramentas, instalações e fábricas sofrem alguns danos, apesar do fundamento de toda comoção social ser o aspecto político.

No entanto, estes danos podem levar ao que Bukhárin entendia como sendo uma seqüela da decomposição do aparelho de pessoas e a interrupção do processo de trabalho, o que concluía dever ser evitado ao máximo. Por isto, a sua análise volta-se para o segundo elemento de sua argumentação, ou seja, para o *trabalho socializado*. Podemos concluir assim, que chegamos ao fio condutor da análise de Bukhárin, que se define na passagem das relações sociais de produção capitalista à nova forma de relações sociais, já que chegamos à sua análise do proletariado, que ao se unificar como classe dominante que é quem detém a consciência revolucionária e o poder político do Estado no governo da *ditadura do proletariado*, por intermédio da qual modifica as relações de produção. Conquanto, que ao fazê-lo e vivenciá-lo na sua prática, o proletariado modifica a si mesmo enquanto classe social, pela implantação e desenvolvimento do *trabalho socializado* e organizado em nova forma *coletiva*.

Podendo, como indica Bukhárin, por meio da utilização de modernas técnicas herdadas do capitalismo como o *taylorismo*, aumentar a sua produtividade, entendida na *transição* como produtividade social. Além disso, pode também romper as amarras de seu atraso educacional aprimorando seu nível cultural por meio do contato e do desvendamento do legado da cultura burguesa. O que, por sua vez, possibilita por intermédio da nova produtividade social, não mais voltada ao lucro do

capitalista privado, mas à produção que assegure o bem-estar comum da sociedade humana, criar as condições efetivas em que a *transição socialista* se torne viável.

O aparelho de pessoas, segundo Bukhárin abrange a totalidade das relações de trabalho que apesar de conter as camadas sociais, somente encontra a sua forma fundamental e decisiva na *concentração do proletariado*. Portanto, sua concentração se transforma na *forma cooperativa do desenvolvimento do trabalho* descrita por Marx, que se encarnaria no momento decisivo nas relações específicas entre estes operários. Segundo Bukhárin (1974:39), aqui se localiza o centro de gravidade do desenvolvimento da nova sociedade em germinação.

Ao afirmar que esse aparelho era destruído no processo revolucionário, e portanto, não podia servir *in toto* como base para a nova sociedade, Bukhárin contornava sutilmente a incômoda questão do atraso relativo da Rússia (o não-amadurecimento). Dava mais ênfase ao fator “humano” que ao “material”, enquanto critério básico de maturidade; apresentava como requisitos essenciais um determinado nível de “socialização do trabalho” (a existência de um proletariado) e a possibilidade de a classe revolucionária desempenhar suas funções “sócio-organizacionais” (Cohen,1990:110-111)

Conquanto, o que tornou a sua obra singular foi o fato de que nela Bukhárin fundamentava a sua teoria de *transição direta ao socialismo* “enquanto via universal de construção da nova sociedade” (Gorender,1988:26). Todavia, ele ainda justificou as dificuldades do período do *comunismo de guerra* e defendeu também as severas medidas adotadas pelo partido ao nacionalizar e estatizar toda a economia soviética. Porém, tais medidas eram entendidas por ele como a forma ideal para uma *transição direta ao comunismo*. Todavia, Gorender observa que foi a partir da centralização administrativa e econômica do *capitalismo de Estado*, ocorrida na Alemanha durante

a *guerra inter-imperialista* de 1914-1918, como também a partir da coação estatal e das circunstâncias geradas por meio do *comunismo de guerra*, que Bukhárin chegou à concepção de uma teoria de *transição direta ao socialismo*:

Não obstante, o que de início era tão-somente política econômica de emergência logo passou a ser entendido, ao menos no principal, como a própria implementação permanente da economia socialista. Bukhárin não só esteve entre os ardorosos impulsionadores práticos do comunismo de guerra, como fez sobre ele a mais abrangente teorização enquanto via universal de construção da sociedade socialista (Gorender, 1988:26).

No entanto, por meio desta via universal ao socialismo lembra Gorender, Bukhárin defendeu o uso coercitivo da força revolucionária concentrada no Estado, a adoção do trabalho obrigatório para todos, baseado em férrea disciplina militar e cujo descumprimento acarretaria a prisão, como também, defendeu o fuzilamento de indisciplinados, de desertores e de sabotadores do regime soviético. Em sua obra, ele ainda justificou o confisco de excedentes agrícolas dos camponeses por parte do governo revolucionário. Contudo, esta sua teoria era eivada pelo estilo elevado de abstração teórica, com o qual construía sistemas equilibrados e não abertos às variantes da realidade. Apesar disto ele erigia sistemas coerentes e lógicos, porém fechados e harmônicos, como sugerem as críticas metodológicas formuladas por G. Lukács, V. Gerratana e A. Gramsci, como o demonstramos anteriormente.

Porém, sua obra se tornou representativa àquele momento também por expor a teoria de *transição* desenvolvida sobre duas categorias históricas de *revolução social*, a burguesa e a socialista, que explicam as diferenças decorrentes do fato de que *na transição do feudalismo ao capitalismo*, este encontrou já implantadas no seio do modo de produção feudal as premissas históricas de seu desenvolvimento, a

pequena produção e propriedade privada. Por isso, a existência da propriedade privada e da pequena produção artesanal e manufatureira, possibilitava a Bukhárin demonstrar que uma *transição direta* da produção feudal para a capitalista-burguesa não somente foi possível de ser realizada pela *revolução burguesa*, como também, foi facilitada, já que estas aceleravam o desenvolvimento da *transição direta* do regime feudal ao novo regime burguês de produção capitalista. Contudo, ele enfatiza que tal processo não se deu na *revolução socialista*, pois em sua *transição* ainda não se encontravam desenvolvidas no interior do modo de produção capitalista as condições materiais socialistas, que poderiam permitir uma *transição direta ao socialismo*, pois o que existe neste sistema são apenas os primeiros germes socialistas.

Estes embriões constituem, como indicam as obras de Marx e Engels, a *centralização administrativa* e a *socialização da produção*. Apesar disto, Bukhárin chegou à conclusão, um tanto voluntarista, de que é possível por meio dos germes materiais socialistas embrionários existentes no interior do modo de produção capitalista, que como frisam Marx e Engels devem coexistir integrando o processo de surgimento da nova ordem social, erigir a sua teoria de *transição direta ao socialismo*. Porém, Bukhárin esqueceu de frisar que essa via de *transição direta* somente poderia se dar num país capitalista plenamente desenvolvido.

Portanto, quando a *revolução* se desse no *elo mais fraco da corrente*, num país atrasado como a Rússia soviética, esta *transição direta ao socialismo* somente seria possível mediante uma substancial ajuda material e técnica por parte do proletariado dos países mais desenvolvidos. Lenin, apesar de divergir no caso das condições da economia soviética, sublinhou no prefácio que escreveu o valor desta

obra de Bukhárin para a *transição socialista*. Contudo, esta sua obra tornou-se significativa àquele momento, também porque nela Bukhárin expressava as posições radicais dos *comunistas de esquerda*.

A teoria de *transição direta ao comunismo* de Bukhárin, que emergiu do *comunismo de guerra*, por mais questionável que fosse, constituía nesta fase de paz em que se iniciava um período de reconstrução extremamente difícil para o povo, o que a maioria dos bolcheviques e proletários pouco esclarecidos desejavam ouvir em alentos às suas parcas esperanças no futuro. Porém, esta nova realidade com a qual se defrontava o poder soviético, entre 1920-1921, particularmente, o desenvolvimento das tarefas de reconstrução nacional, rapidamente demonstrara que os sistemas harmônicos e fechados que foram propostos por Bukhárin, nela não se refletiam adequadamente (Gerratana,1975:17).

Sobretudo, porque a sua teoria não estava apta para conduzir uma economia em fase de reconstrução, que necessitava desenvolver-se nas novas condições criadas pelo estabelecimento da paz. Portanto, a sua teoria não dava conta desta realidade porque em essência constituía, devido a seu caráter revolucionário radical e militaresco, a afirmação, a justificação e a legitimação de uma economia de guerra, para a qual não se colocava a questão do desenvolvimento, pois se referia a economia de um país arruinado e sem perspectivas de crescimento industrial e agrícola. A economia soviética se caracterizava por ser uma economia estagnada, sob cerco militar e bloqueada pelos países capitalistas á sua volta, sem apoio e financiamento externo e que mal conseguia sobreviver por meio do *comunismo de guerra*.

No entanto, considerando-se o contexto histórico em que estas obras foram produzidas, observamos que apontavam para um maior desenvolvimento teórico do

pensamento de Bukhárin, no qual, já então se formatava o que seria o móbil de suas futuras reflexões teóricas, a questão do equilíbrio, a configuração político-econômica que tomaria o Estado soviético, sob o governo da *ditadura do proletariado*, nos tempos de paz que se avizinhava. O seu amadurecimento teórico transparece a partir destas obras da fase do *comunismo de guerra* e das análises que tecerá sobre a organização do Estado, a estruturação e a estabilização capitalista, a *transição socialista*, o ritmo de desenvolvimento industrial-agrário, a necessária manutenção da aliança *operário-camponesa*, da pertinência ou não do uso da categoria *capitalismo de Estado* para designar o Estado soviético.

Todavia, Lenin insistiria desde 1917 até 1922, em dizer que o *capitalismo de Estado* sob poder da *ditadura do proletariado* implicava noutro tipo específico de *capitalismo de Estado*, controlado pelo proletariado. Para Lenin “a natureza de classe do novo poder soviético segue sendo o elemento fundamental de diferenciação entre o velho e o novo regime” (Gerratana,1975:37). Porém, desta forma, Lenin não deixava de descortinar o problema de fundo desse debate com Bukhárin, que repousava então, ainda, na questão do *imperialismo*.

Si nos encontráramos ante um imperialismo integral que hubiera transformado de arriba abajo el capitalismo, nuestra tarea sería cien mil veces más sencilla. Tendríamos un sistema en el cual todo estaría sometido únicamente al capital financiero. Em esse caso lo único que tendríamos que hacer sería suprimir el vértice y poner todo lo demás em manos del proletariado, cosa infinitamente agradable, pero que no existe em la realidad. Em la realidad el desarrollo es tal que hay que operar de outro modo. El imperialismo es una sobreestructura del capitalismo (Lenin *apud* Gerratana, 1975:81)

No entanto, a teoria de Bukhárin depois da guerra, mostrou-se equivocada historicamente. Sobretudo, porque ele julgou que apenas a necessária militarização do partido, do Estado e da economia nacional, exigidas pelas condições de *guerra civil*, seriam condições suficientes para conduzir o capitalismo que restou numa Rússia camponesa profundamente atrasada, *diretamente ao comunismo*. Desta forma, bastaria tão somente que o governo soviético, por meio da *ditadura do proletariado*, exercesse um rígido controle sobre toda a produção social e da distribuição de todos os produtos industriais e agrícolas.

Porém, apesar de seu livro ter tido uma boa repercussão no país, também recebeu críticas, pois quando defendia essa possibilidade de uma *passagem direta do capitalismo ao comunismo*, negava o que Marx e Engels escreveram sobre a primeira e longa fase de *transição* necessária antes do comunismo, a etapa do *socialismo*. As críticas se estendiam, também porque Bukhárin justificava as *requisições forçadas* de gêneros agrícolas dos camponeses, como pregava a disciplina militar no trabalho e a sua obrigatoriedade para todos, como ainda, defendia o fuzilamento dos desertores e dos sabotadores contra-revolucionários, como já apontamos anteriormente.

Uma das ilusões que o levou a incorrer erroneamente nessa previsão de uma possibilidade de *passagem direta do capitalismo ao comunismo*, foi o elevado nível da inflação que assolava o país durante a *guerra civil*. A alta inflacionária, gerada por uma economia semi-destruída, provocou grave desvalorização do *rubro*, que devido ao crescimento do escambo e do mercado negro, levou praticamente ao desaparecimento da moeda. Tal fato, aliado ao fim das relações de produção capitalistas, do mercado e das relações salariais, ao recolhimento da produção agrícola e distribuição centralizados pelo governo, levaram-no a julgar que a moeda não tinha mais nenhuma necessidade

prática na economia nacional. Portanto, partindo dos pressupostos assumidos por ele, parecia ser plausível então, conceber-se a existência teórica, já antecipada pelo cotidiano, de uma *passagem direta do capitalismo ao comunismo*.

As medidas preconizadas por Bukhárin eram polêmicas. Porém, se tornavam necessárias devido à escassez generalizada de alimentos para a cidade e o campo, como pela falta de braços para desenvolver o trabalho produtivo e o de cunho emergencial no país todo. E, também, de combatentes para suprir a deficiente resistência militar e coibir os atos de sabotagem e as deserções no Exército Vermelho. Portanto, tudo isso é proposto por Bukhárin, enquanto intelectual orgânico do proletariado atento às necessidades postas ao partido que, apesar de tudo, deveria manter-se no governo do país em meio à *guerra civil* em curso.

Por isso, tornava-se política e culturalmente importante a difusão e a popularização das teses marxistas, o que Bukhárin fará em suas obras o *ABC do comunismo*, escrito em co-autoria com Preobrasjensky, e *Tratado de Materialismo Histórico*, sobre as quais trataremos no item a seguir. Contudo, é preciso lembrar que o livro *A teoria econômica do período de transição*, marca o final de uma fase e assinala o início de uma busca teórica por parte de Bukhárin de uma forma de *transição* mais realista, do que a via universal em que propôs uma *passagem direta ao socialismo*.

3.3. ABC do comunismo, o Tratado e as origens da NEP.

O período do *comunismo de guerra* constituiu também um marco na relação de Bukhárin com Lenin, pois foi quando travaram suas mais intensas interlocuções críticas, nas quais, apesar das divergências teóricas, deu-se, concomitantemente, o estreitamento afetivo entre eles. Portanto, é importante ressaltar que entre os anos de 1918-1921 foram travados pelos bolcheviques na *UFSS - União das Repúblicas Federadas Socialistas Soviéticas*, as lutas mais intensas para a conquista da hegemonia cultural nos campos político e ideológico da consciência social do proletariado e do campesinato. Por isso, buscava Bukhárin, enquanto um dos principais teóricos orgânicos do partido, construir uma aproximação política com as massas trabalhadoras. Porém, o meio que encontrou foi descrever, da forma mais simplificada possível, as teses defendidas pelo marxismo em co-autoria com o economista e *comunista de esquerda* Evigne Preobrasjensky, que foram publicadas na obra *o ABC do Comunismo*, em 1919.

No entanto, este livro estava inserido num debate mais amplo e datado, que tratava sobre o programa do partido bolchevique, que perdurou durante o período em que vigorou o *comunismo de guerra*. Por isso, também se constituía num complemento a obra bukhariniana anterior: *O Programa dos bolcheviques*. Particularmente, porque o objetivo visado por Bukhárin, com a publicação do *ABC*, era popularizar essa questão do programa e também atualizar a teoria marxista, diante das novas condições criadas pela *revolução* e a fundação da *IIIª Internacional Comunista*, em março de 1919. Segundo Cohen (1990:104), o livro tinha uma finalidade pedagógica, pois “o texto do manual seguia o texto do programa, explicando-o ponto por ponto e abordando todas as questões externas e internas do momento” contidas do programa do partido.

Na avaliação de Cohen, apesar de defender e legitimar o *comunismo de guerra* e de conter um demasiado “otimismo militante”, esta obra não era “um documento especificamente bukharinista, exceto pela abordagem do imperialismo e do capitalismo de Estado. Refletia o pensamento geral do partido, mas apresentava um fato novo: o registro de quase todas as proposições bolcheviques em 1919” (*idem*). Porém, apesar de defender a estatização econômica, Bukhárin apresentava no livro suas inquietações sobre a expansão do Estado soviético, julgando tratar-se de um grave risco para o proletariado. Sobretudo, a partir de um possível distanciamento entre as massas e a vanguarda dirigente, temendo o surgimento de uma casta burocrática privilegiada. Todavia, devido a seu genérico otimismo, a necessidade da formação de quadros do partido e ao fascínio exercido sobre as massas pela *revolução* na Rússia, o *ABC* se tornou na época um de seus livros mais difundidos no mundo. Um exemplo disto é o fato de que até 1930, já haviam sido publicadas 18 edições em russo e fora traduzido para vinte outras línguas.

Mais do que pela originalidade teórica, *ABC* é importante por ser enciclopédico, fácil de ler e muito popular. Seus autores, percebendo que “a literatura marxista mais antiga (...) já não atende por completo às necessidades atuais”, procuraram escrever “um manual básico da ciência comunista” que pudesse ser usado nas escolas do partido e “nos estudos a que operários e camponeses desejem dedicar-se” (Cohen,1990:104).

Contudo, devido ao objetivo pedagógico-popular e pelas críticas que recebeu serem semelhantes, torna-se difícil falar do *ABC* sem relacioná-lo com a nova obra de Bukhárin o *Tratado de materialismo histórico: manual popular de sociologia marxista*, publicado em setembro de 1921. Esta constitui uma das obras mais importantes e polêmicas que Bukhárin escreveu, pois em sua concepção “(...), o materialismo

histórico não é economia política nem história; é a teoria geral da sociedade e das leis de sua evolução, isto é, sociologia” (1970:15).

Não obstante, apesar de também ser bem recebido na época, como as obras anteriores, recebeu duras críticas de Gyorg Lukács e Antonio Gramsci. Estas críticas são devidas, especialmente, a intrusão positivista e determinista que Bukhárin teria absorvido da escola sociológica burguesa européia e utilizado na elaboração de uma explicação simplificadora da teoria marxista. Mas, curiosamente, este fato chama a atenção, porque a sua intenção era justamente refutar as modernas teorias sociológicas burguesas. Segundo Cohen, “Bukhárin considerava muito interessante a escola de sociologia burguesa. *Materialismo histórico* é um tributo a influência que recebeu dessa escola”. Por isso, é “a obra onde o autor refuta as críticas da sociologia burguesa lutando para expressar em termos sociológicos os princípios marxistas ortodoxos” (1990:135). Particularmente porque o *Tratado* era um manual popular de sociologia destinado à difusão da teoria marxista de forte cunho pedagógico e propagandístico. Esta obra, como *ABC* e *Teoria econômica do período de transição*, compunha e encerrava a trilogia, que deveria ser lida de forma seqüencial e complementar, pois se destinava a formar uma consciência marxista militante e a alicerçar a ideologia bolchevique que vigorou no *comunismo de guerra*.

O *Tratado* visava o esclarecimento e a conscientização da massa operária e camponesa e dos militantes do partido. Por isso, é justo que se diga que continha um cunho pedagógico simplista, pois se destinava à divulgação da teoria marxista junto às massas proletárias incultas. Porém, também como as demais obras do mesmo período o *Tratado* obteve grande aceitação e foi louvado pelas inovações teóricas que Bukhárin acrescentou à teoria marxista. Sobretudo, a sua teoria do *equilíbrio dinâmico e móvel* do

sistema sócio-produtivo após a *revolução*, a partir da destruição do sistema capitalista anterior. Nesta obra ele procura “explicar a dialética marxista em termos de estabelecimento e perturbação de equilíbrio”, preso a “concepção mecanicista da dialética marxista” (Cohen,1990:111-130). Mas, para entender como seria possível criar este novo equilíbrio sistêmico, vejamos o que disse em sua obra anterior a *Teoria econômica do período de transição*, onde expôs de maneira mais clara esta questão.

A resposta oferecida por Bukhárin endossava as medidas coercitivas do comunismo de guerra e formulava-as em termos teóricos. O novo equilíbrio seria criado mediante a substituição dos vínculos destruídos por novos vínculos entre os elementos da produção e mediante a reestruturação “dos estratos sociais desmantelados numa nova disposição...”. E isto competiria ao Estado proletário, que “estatiza”, militariza e mobiliza as forças produtivas da sociedade. “o processo de socialização em todas as suas formas”, compete ao “Estado proletário” (Cohen,1990:112).

Contudo, apesar do “*ethos* do *Tratado* ser gradualista”, não escapou de receber pesadas críticas de teóricos marxistas e não-marxistas. Porém, é preciso levar em conta que “uma formulação simplista da conexão entre a teoria social de Bukhárin e suas posições políticas desvirtuariam as origens e a natureza de seu posterior gradualismo. E, desta forma, “enfraqueceria o que há de mais interessante em *Materialismo histórico*, livro que educou toda uma geração de intelectuais bolcheviques, que teve inúmeras traduções e foi muito lido fora da União Soviética” (Cohen,1990:131-132). No entanto, a maioria das críticas que esta obra recebeu devia-se a seu forte cunho mecanicista, determinista e positivista. Apesar de Bukhárin afirmar no prefácio desta sua obra que estava em continuidade com as tradições ortodoxas do marxismo:

Em certos pontos, mesmo muito importantes, o autor se afasta da maneira habitual de tratá-los; em outros, não considera possível de limitar-se a algumas proposições já conhecidas e procura desenvolvê-los. Seria estranho que a teoria marxista ficasse sempre marcando passo. No entanto, e sempre e em toda parte o autor continua as tradições mais ortodoxas da concepção marxista, materialista e revolucionária (1970:08).

Conquanto, para ele “a mecânica comprovava a base científica do materialismo marxista” e, por seu turno, “o materialismo mecanicista desmentia os pensadores que insistiam em espiritualizar e psicologizar conceitos sociais” (Cohen,1990:138). Embora, em sua definição de sociedade Bukharin refuta-se a escola orgânica, admitia que a “sociedade tem alguma coisa em comum com um organismo (...) e um mecanismo”, (1970:93), possivelmente, sua idéia refletia num tipo de relógio. Por isso, ao discorrer sobre a teoria do *equilíbrio* Bukhárin afirmava que “a sociedade existe como agregado real, como sistema de elementos agindo reciprocamente uns sobre os outros, como sistema de homens”. Neste sistema, todavia, “o processo social está submetido a leis”. E, portanto, “a maneira mais fácil de se descobrir as leis do processo social, é examinar as condições de equilíbrio social” (1970:94).

Essa questão do equilíbrio social constitui, não somente o núcleo central do *Tratado*, pois seu objeto de análise é a própria sociedade soviética entre 1917-1919, convulsionada pelas transformações revolucionárias e pela *guerra civil*, mas sua parte mais complexa e polêmica. Por isso, Bukhárin afirma que “é preciso por em evidência a raiz material da dialética, isto é, encontrar nas formas da matéria em movimento aquilo a que corresponde a fórmula dialética de Hegel”. Embora, admita que a sua proposição não traga nada de novo no campo dialético, ressalta que sua interpretação “sublinha o processo material e o movimento da forma material, (...) tem-se aqui a dialética do

pensamento material, expressa ideologicamente pela tríade hegeliana” (Bukhárin,1970: 368).

Na avaliação de Cohen, “o cerne de *Materialismo histórico* é a assertiva bukharinista de que a dialética, e conseqüentemente a mudança social, explicam-se pela teoria do equilíbrio”. Nesta teoria de Bukhárin “o ponto de vista dialético (ou dinâmica) mostra que todas as coisas, materiais e sociais, estão em movimento, e que o movimento se origina do conflito ou da contradição interna de um dado sistema”. Mas, é necessário admitir que “é também verdade que qualquer sistema, seja material, seja social, tende a um estado de equilíbrio (análogo ao da adaptação da biologia)” (Cohen,1990:138).

O choque incessante das forças, a desagregação, o desenvolvimento dos sistemas, a formação de sistemas novos e o seu próprio movimento, em outros termos, a destruição contínua do equilíbrio, o seu restabelecimento sobre uma outra base, restabelecimento seguido de uma nova destruição, e assim por diante, eis o que corresponde de maneira real à tríade de Hegel (Bukhárin,1970:368).

Nesta concepção bukhariniana, “increpar esta formulação por ser mecânica, é errar, e isto porque não se pode opor a mecânica atual à dialética”, por conseqüência, Bukhárin questiona: se a mecânica não é dialética, isto é, se o movimento no seu conjunto não é dialético, que fica então da dialética?”. Mas, reafirma que: “ao contrário, o movimento constitui (...), a alma material do método dialético e sua base objetiva” (1970:368). No entanto, e apesar disso, segundo avalia Cohen, “é curioso que se tenha imputado a *Materialismo histórico* um rígido determinismo econômico, pois Bukhárin fez todo o possível para afastar do marxismo essa posição e a noção de causalidade monista” (1990:132). Entretanto, ainda segundo Cohen, devido ao fato de Bukhárin “transferir a origem do movimento - do autodesenvolvimento para o conflitos de forças - julgava ter depurado da célebre tríade hegeliana (tese-antítese-síntese) os seus

elementos idealistas”. Portanto, em substituição a tais elementos propugnava a adoção da “fórmula de equilíbrio original-rompimento de equilíbrio-restabelecimento do equilíbrio em novas bases” (1990:138).

No entanto, a *teoria do equilíbrio* pressupõe que em todo sistema social, há dois estados de equilíbrio: o *interno* e o *externo*. Ao interno corresponderia à relação entre os vários elementos do sistema, e o externo, por sua vez, caracterizaria o sistema como um todo em sua relação com o meio ambiente natural. Por isso, nunca poderia existir um *equilíbrio* absoluto e imutável, pois sempre haverá fluxos, que equivalem ao equilíbrio dinâmico ou em movimento. Desta maneira, a relação existente entre o *equilíbrio* externo e o interno, constituía o núcleo fundamental da teoria bukhariniana do *equilíbrio* (Cohen,1990:139). Para que este *equilíbrio* se rompesse, segundo Bukhárin, a própria “estrutura interna do sistema (...) tem de se alterar em função da relação entre o sistema e seu meio. Esta relação é o fator decisivo (...) o equilíbrio (estrutural) interno é uma quantidade que depende do equilíbrio externo (é função deste equilíbrio externo)”(1970:366-378).

Todavia, quando Bukhárin utilizou sua teoria para fornecer uma explicação sociológica plausível para uma ruptura revolucionária numa determinada sociedade, como a soviética, causou muita polêmica nas fileiras bolcheviques e nas correntes marxistas da época, porque ela foi mal compreendida. Sobretudo, porque ele não foi muito preciso em sua formulação teórica sobre esta importante questão do papel que caberia ao meio, a natureza em relação às mudanças na sociedade. Argumentação que foi, especialmente, utilizada por seus detratores, a partir da ascensão de Stálin ao poder na URSS, em 1929, para acusá-lo de desvio direitista. Contudo, sem pretender forçar

uma simplificação da teoria do *equilíbrio* de Bukhárin, poderemos mais facilmente apreender as suas colocações da seguinte forma:

Aplicada à sociedade, a teoria de Bukhárin pode ser entendida assim: uma sociedade supõe certo equilíbrio entre seus três elementos sociais mais importantes: coisas, pessoas e idéias. É este o equilíbrio interno. Mas, “é impossível imaginar uma sociedade sem o meio”, ou seja, a natureza. A sociedade adapta-se à natureza, esforça-se para equilibrar-se em relação a ela, e dela retira energia mediante o processo de produção social. No processo de adaptação, a sociedade cria “um sistema artificial de órgãos”, que Bukhárin denomina tecnologia e que constitui “um indicador material preciso da relação entre a sociedade e a natureza”. Identificando tecnologia social com forças produtivas (“as combinações dos instrumentos do trabalho”) e considerando a estrutura interna função do equilíbrio externo, Bukhárin pode – apesar de sua análise pluralista do desenvolvimento social – preservar a causalidade monista do determinismo econômico” (Cohen,1990:139).

Portanto, para Bukhárin “...as forças produtivas determinam o desenvolvimento social porque expressam a inter-relação da sociedade (...) e seu meio (...) E a inter-relação do meio com o sistema é a quantidade que determina, em última análise, o movimento de qualquer sistema” (1970:366-378). Na análise de Cohen, este modelo teórico contém o materialismo histórico de Bukhárin, sistematizando o desenvolvimento social. Nele, o *equilíbrio social* é constantemente rompido, porém, tende a restaurar-se de duas formas, por meio da *evolução* (adaptação gradual dos diversos elementos no todo social), ou, por intermédio da *revolução* (convulsões violentas). Desta maneira, “enquanto o equilíbrio social - as relações de produção materializadas nas classes que diretamente participam da produção - for amplo e duradouro, dá-se a evolução”. Porém, “quando as forças produtivas entram em conflito com o invólucro fundamental destas forças, que constitui as relações de propriedade, dá-se a revolução, pois este invólucro

se rompe”. A partir daí, “cria-se um novo equilíbrio social”, ou seja, “um contexto novo e duradouro de relações de produção (...) capaz de atuar como forma evolucionária das forças produtivas”(Cohen,1990:140).

Entretanto, apenas para termos uma idéia aproximada do quanto foram duras às críticas ao *manual* de Bukhárin, ressaltamos alguns aspectos metodológicos formulados por teóricos marxistas como Antonio Gramsci e Gyorg Lukács. Convêm lembrar que estes apontamentos críticos foram retirados de seus respectivos artigos: “*Notas críticas sobre uma tentativa de ensaio popular de sociologia*” e “*Tecnologia e relações sociais*”²⁴. Para este último autor, a intrusão positivista no *manual* de Bukhárin se dá porque, “Ignora-se totalmente o problema da relação entre o humanismo de Feuerbach e a dialética. Este ponto, segundo Lukács, foi particularmente salientado porque revela claramente o erro essencial na concepção do materialismo histórico de Bukhárin” (1989:45). Da mesma forma, Gramsci sublinha a ausência de uma crítica materialista sobre o senso comum, “(...) que critica as filosofias sistemáticas em vez de empreender a crítica do senso comum”, porém, “deve ser entendido como reprovação metodológica, dentro de certos limites”(1989:86). Mas, uma outra passagem destas críticas de Lukács expõe com precisão o principal equívoco metodológico cometido por Bukhárin nesta obra:

A proximidade da teoria de Bukhárin com o materialismo natural científico burguês deriva do uso de “ciência” (na acepção francesa) como um modelo. Em sua aplicação concreta à sociedade e à história,

²⁴ Cf. Os artigos de Gramsci: *Notas críticas sobre uma tentativa de ensaio popular de sociologia* e de Lukács: *Tecnologia e relações sociais* In: BERTELLI, A. R. *Bukhárin: teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, respectivamente p.83-128 e p.41-53. Ver também GRAMSCI, A. *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Buenos Aires: Editorial Lautaro, 1958, p.122-173. Cf. O artigo original de Lukács, em idioma alemão, no *Archiv f. Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*, XI, 1923, p.216-224. O artigo de Lukács pode ser compulsado também, em idioma espanhol, na obra de BUKHÁRIN, N. *Teoría Del materialismo histórico. Ensayo popular de sociología marxista*. Cuadernos de Pasado y Presente, nº 31. México: Ediciones de Pasado y Presente, 1977, 2ª ed., p.331-341.

portanto, obscurece com freqüência o caráter específico do marxismo: que *todos os fenômenos econômicos ou sociológicos, derivam das relações sociais entre os homens*. A ênfase conferida a uma falsa *objetividade* na teoria leva ao fetichismo (Lukács,1989:45).

Contudo, um dos maiores equívocos teóricos que Bukhárin cometeu nesta obra foi a maneira pela qual abordou a questão da *técnica*. Considerada por ele, em última instância, a responsável pelas transformações sociais, pois: “se a técnica constitui a quantidade variável e se é a transformação da técnica que provoca as variações de relações entre a sociedade e a natureza, está claro que é nela que se deve encontrar o ponto de partida da análise das transformações sociais” (Bukhárin,1970:133) Por isso, a crítica formulada por Lukács ao emprego equivocado da tecnologia por Bukhárin enquanto determinante das relações sociais de trabalho apregoada no *manual* é ainda mais devastadora e profunda. Segundo ele, “Bukhárin atribui à tecnologia uma posição muito determinante, que em absoluto capta o espírito do materialismo dialético”. No entanto, inferia Lukács que “A técnica é uma *parte*, um momento naturalmente de grande importância, das forças produtivas sociais, mas não é, simplesmente, nem (...) o momento final ou absoluto das mudanças dessas forças” (1989:45).

Conquanto, foi esse desenvolvimento ao longo das décadas de 1920 e 1930, no Ocidente, de uma série de críticas ao *Tratado* de Bukhárin que culminou na sua rejeição pelas correntes marxistas enquanto um *manual* autorizado para a formação de militantes políticos e para a popularização da teoria marxista. Todavia, é no comentário elaborado por Gramsci que se encontram os derradeiros argumentos teóricos que levaram a sepultar de forma definitiva as pretensões de universalização popular da teoria marxista proposta por meio do *manual* bukhariniano, particularmente, ao por em realce os seus vícios de origem mecanicista, determinista e positivista:

O *Ensaio* carece de qualquer estudo da dialética. A dialética é pressuposta muito superficialmente, não exposta, coisa absurda num manual, que deveria conter os elementos essenciais da doutrina examinada e cujas referências bibliográficas teriam que ser dirigidas a estimular o estudo para ampliar e aprofundar o tema e não substituir o próprio manual. A ausência de um estudo da dialética pode ter duas origens: a primeira pode advir do fato de que se supõe que a filosofia da práxis encontra-se dividida em dois elementos: uma teoria da história e da política, entendida como sociologia, que deve ser construída segundo os métodos das ciências naturais (experimentais, no sentido estritamente positivista), e uma filosofia propriamente dita, que seria o materialismo filosófico, metafísico ou mecânico (vulgar)” (Gramsci,1989:96).

Entretanto, o inverno de 1920-1921, vê o fim da *guerra civil* e de uma das crises mais graves já enfrentadas pela *ditadura do proletariado*, na Rússia. O final da *guerra civil* tornava patente o esgotamento das políticas defensivas do regime do *comunismo de guerra*. Por isso, a partir de janeiro de 1921, Lenin já começava a elaborar uma outra linha de ação política e econômica para retirar o país da crise industrial e econômica em que se encontrava. A sua nova tarefa visava, principalmente, retificar a deteriorada relação social, estabelecida durante a vigência do período do *comunismo de guerra*, entre o proletariado revolucionário e os camponeses.

Contudo, Bukhárin e Lenin tinham consciência da importância que adquiria o campesinato num país agrário economicamente esgotado, pois era um dos pilares sobre os quais se assentavam as bases sócio-econômicas que possibilitavam a manutenção da *ditadura do proletariado*. Porém, esta fase configura a passagem a um período histórico de paz, com a substituição do regime econômico do *comunismo de guerra* por meio da adoção das políticas econômicas da *NEP – Nova Política Econômica*, adotada em março de 1921, e ratificada pelo *X Congresso do PC(b)R*. No entanto, Bukhárin

demonstrou inicialmente uma certa resistência e oposição crítica a adoção da *NEP*, entendida por ele como um retrocesso perigoso que poderia conduzir ao retorno do capitalismo no país.

Porém, é preciso ressaltar que em meio a este processo de transformações sociais e políticas com o fim da *guerra civil*, Bukhárin mergulhou numa profunda auto-análise e refutou suas principais teorias elaboradas durante o período do *comunismo de esquerda*, classificando-as de ilusões juvenis. Todavia, tangido pelas duras condições do país e consciente da necessidade urgente da reconstrução econômica nacional aceitou, pouco tempo depois, as políticas da *NEP*. Particularmente, porque ele não conseguiu formular uma teoria econômica melhor, que embasasse em profundidade os seus receios quanto ao possível retrocesso que as políticas da *NEP* representavam. Por isso, se viu tangido a aceitá-la, mesmo que com algumas ressalvas. Sobretudo, quanto à questão do *capitalismo de Estado* como forma social da *ditadura do proletariado*, naquele momento.

Todavia, polêmica semântica à parte, o fundamental dessa questão sobre o modelo de *capitalismo de Estado* é a sua adoção por Lenin, a partir da reapresentação que fez do *capitalismo de Estado* em defesa da *NEP*, em 1921-1922. Ele seguia alegando que o *capitalismo de Estado* como existia no Estado soviético era um tipo particular e não correspondia ao conceito corrente de *capitalismo de Estado*, pois era de tipo não convencional (Gerratana,1975:37). Por isso, recordando o que escrevera em 1918, em polêmica com os *comunistas de esquerda* liderados por Bukhárin, porém sem esquecer os novos problemas como as concessões, Lenin, no texto *Acerca do imposto em espécie*, publicado em maio de 1921, “segue mantendo substancialmente o mesmo

planteamento geral do problema das relações entre socialismo e capitalismo de Estado como base estratégica da Nova Política Econômica” (*idem*:93).

Porém, como o *capitalismo de Estado soviético* enquanto um modelo destinado a impulsionar o desenvolvimento da economia nacional por meio de recursos externos não vingou, pois não afluíram capitalistas desejosos de inverter capital nas concessões oferecidas pelo país soviético, a discussão entre ambos foi se extinguindo sem provocar maiores conseqüências práticas ou teóricas. Sobretudo, porque a partir de 1921, Bukhárin, que dera uma guinada ideológica à direita ainda no *X Congresso do PC(b)R*, passou a ocupar-se mais com outros problemas concretos postos com a liberalização comercial da *NEP*, como a questão da relação campo-cidade no desenvolvimento da economia e sobre o melhor ritmo de crescimento na reconstrução e futura expansão da indústria estatal socialista.

No entanto, a *NEP* apresentada por Lenin no artigo: *O imposto em espécie*, segundo Cohen (1990:159) “pressupunha um retorno ao *capitalismo de Estado*, em que o grande capital público e privado seria confrontado com elementos pequeno-burgueses menos progressistas. Seria a única maneira viável de um país agrário fazer a transição para o socialismo”. Lenin indicava quatro formas de capitalismo de Estado existentes na economia soviética em 1921, as concessões, as cooperativas, a comercialização de produtos do Estado por particulares, e o arrendamento de propriedades estatais. As empresas dirigidas pelo Estado soviético foram chamadas de socialistas, por Lenin. A *NEP* instituía as relações de comércio entre cidade e campo, permitindo ao campesinato comercializar seus excedentes agrícolas de forma livre, pagando ao Estado apenas o imposto anual devido e estabelecia uma aliança econômica e política segura, entre campesinato e classe trabalhadora, para esta fase de reconstrução da economia nacional.

Era notória a constatação do agravamento da situação econômica do país e da corrosão política que sofria a *ditadura do proletariado*, junto ao campesinato devido às *requisições forçadas*, que havia sido feita por Trotsky *in loco*, em sua viagem à região dos *Urais* em 1920, já no final do período do *comunismo de guerra*. A situação com a qual Trotsky se defrontara o obrigara a solicitar ao partido a modificação da política econômica em vigor com relação ao campesinato. Sobretudo, porque a questão vital imposta pela própria sobrevivência política da *revolução* nesse momento ao partido era a necessária manutenção da aliança *operário-camponesa*.

(...) uma certa margem de liberdade econômica devia ser restabelecida para os camponeses. Em termos claros e precisos, delineou a reforma que era a única capaz de solucionar o impasse em que se encontrava o país. As requisições de colheitas deviam ser suspensas. O camponês devia ser estimulado a cultivar, a vender os excedentes e a ter lucro com eles (Deutscher, 1984a:530).

A *NEP* simbolizou o estabelecimento privilegiado, embora tardio, dessa *aliança* entre a classe operária e a classe camponesa, a partir de 1921, particularmente, com os camponeses médios, na URSS. Especialmente, porque a *NEP* trouxe no bojo dessa liberalização das relações comerciais entre cidade e campo, elementos e relações de natureza puramente capitalistas. Conquanto, os efeitos negativos que essa política econômica traria não foram percebidos pelos bolcheviques num primeiro momento. Mas, somente quando eclodiram os conflitos camponeses anti-bolcheviques nas regiões do sul da Rússia e da Ucrânia e, também, a sublevação militar na base naval de *Kronstadt*, que ameaçavam a sobrevivência política da *revolução*, mas que já estavam sendo contidos pelo governo com as ações do Exército Vermelho. Este apoio unânime dado a *NEP* por parte da maioria dos líderes partidários não se manteve. As

divergências suscitadas pela *NEP* geraram uma complexidade de opiniões e de teses diferentes, apresentadas pelas facções da oposição de esquerda no partido.

Quando, aceitando na prática a orientação da *Nova Política Econômica*, muitos dos próprios colaboradores de Lenin não ocultavam sua resistência à utilização de uma categoria como a de *capitalismo de Estado*, que parecia ofuscar a natureza de classe do Estado soviético (Gerratana, 1975:13).

O paradoxo que se descortinava para os bolcheviques da política econômica da *NEP*, era que esta constituía uma política capitalista. Porém, se assim o era, o que Lenin pretendia ao adotá-la como a política necessária do partido? Estavam os pressupostos que a validavam forjados em 1918, ainda presentes nessa nova realidade soviética de 1921? Em alguns pontos, provavelmente, não. Mas, em sua totalidade a *NEP* mantinha a maioria dos pressupostos centrais de 1918, ainda em plena vigência. O motivo político e tático principal que levou o partido a adotá-la consistia no fato de que a *NEP* constituía uma política econômica que propiciava aos bolcheviques uma opção diante do sério quadro de caos econômico do país, que precisava urgentemente ser solucionado com o retorno à paz social advinda com o fim da *guerra civil*, a partir de 1921.

Não nos parece acidental que Lenin formulasse a *NEP* enquanto uma medida de substituição a um programa econômico de governo inexistente. Porém, necessário, que não pôde ser preparado pela *VII Conferência do PC(b)R*, em abril de 1917, pois Lenin e Bukhárin se chocaram com relação à adoção do *capitalismo de Estado* como designação do governo soviético. Este debate foi interrompido pela eclosão da *guerra civil*, em 1918. Porém, Lenin formulou a *NEP* como uma medida tática, uma política capitalista paliativa para solucionar a questão de curto prazo da reconstrução imediata da economia russa, no quadro de uma profunda crise internacional de expansão do

capital, que teve por ápice a *guerra imperialista* de 1914-1918. Todavia, ele logo depois perceberia que a realidade impunha outro ritmo e outros problemas à teoria. Sobretudo, a transformação da *NEP* num programa de governo de médio prazo, enquanto poderiam os bolcheviques elaborar um programa de governo que o partido não tinha, para dirigir esse desconhecido processo de *transição socialista*, após a falência do *comunismo de guerra* e da impossibilidade da *passagem direta ao socialismo*, como preconizara erroneamente Bukhárin, entre 1918-1921.

Contudo, a passagem ao novo regime econômico não era um processo tão claro e definido durante sua implantação e suscitava muitas dúvidas em todos, inclusive em Lenin. Segundo Gerratana, no esquema do texto *Acerca do imposto em espécie*, existe uma anotação que caracteriza tal atitude: "pessimismo ou utopismo? Inventário de forças. Sangue frio e paixão audaz". A qual, na acepção de Gerratana, seria um tipo de caracterização que recordaria a fórmula gramsciana sobre o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade. Porém, que revelava diferenças substanciais entre nossos autores, "é um aspecto que diferencia o método de Lenin do de Bukhárin" (1975:62-64).

Tal questão é de suma importância no cenário de profundas transformações sociais pelas quais passavam o mundo e a própria URSS. Além disso, explicava as dificuldades de Bukhárin em apreender as contradições e os desdobramentos concretos da realidade nas questões do *imperialismo* e do *capitalismo de Estado*. Este problema é importante porque se constituiria num dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de uma teoria da *transição socialista* na URSS.

Entretanto, a *NEP* constituía, na prática das ações do governo soviético, a implantação de uma teoria da *transição*. Porque o partido não dispunha de uma teoria política destinada à etapa de *passagem* do capitalismo ao *socialismo*. Particularmente,

porque este não fora legado à posteridade pelos fundadores do marxismo, e o partido não o pôde formular antes. Mas, essa alegação dos bolcheviques se torna relativamente infundada, na medida em que se pode considerar que o livro de Lenin, *O Estado e a revolução*, não deixa de conter uma teoria do Estado, que de certa forma, expõe os elementos básicos e necessários para se empreender uma *transição*, ainda que inicial, ao *socialismo*. Tanto quanto, alguns de seus elementos centrais, também podem ser encontrados em *O imperialismo e a economia mundial*, de Bukhárin.

Embora, as formulações de Lenin não possam ser apreendidas como conceitos teóricos solidificados na experiência prática ou de uma sua irrefutabilidade histórica e empírica, pois remetem ao contexto de rompimento com o reformismo e não a *transição* concreta na URSS. Porém, consubstanciam um considerável aporte teórico à questão da *transição*, como ainda, tornam-se demonstrativos da agudeza teórica de Lenin e de Bukhárin ao colocarem-se no caminho de sua elaboração conceitual e prática. No entanto, esse caminho de desenvolvimento de uma teoria da *transição* ou recuo tático adotado por Lenin em 1921, visava inicialmente por meio das medidas capitalistas liberalizadoras da *NEP*, restabelecer as relações diretas de troca entre a cidade e o campo, deterioradas durante o período do *comunismo de guerra*.

Essas trocas se dariam apenas a nível local, mas escaparam ao controle estatal e espalharam-se pelo país, transformando-se em liberdade de comércio na produção mercantil do campo. Ou seja, se transformaram em relações puramente comerciais de troca entre cidade e campo. Lenin visava, a partir desse retorno das relações comerciais capitalista, dessa circulação de excedentes agrícolas e de mercadorias da indústria urbana, fomentar o processo de reconstrução da devastada economia do país. A tarefa emergencial da *NEP*, num primeiro momento, era afastar a fome e o desemprego urbano

e rural. Porém, estrategicamente a *NEP* constituía uma opção política e econômica de caráter tático, conforme concebida por Lenin desde a *VII Conferência do PC(b)R* em abril de 1917, destinada a possibilitar uma reordenação de forças, por parte dos bolcheviques, até que a *revolução internacional* ocorresse num país mais desenvolvido.

Esse é um dado teórico de fundamental importância, pois levou a situar a consolidação e o desenvolvimento da *revolução de novembro* baseado apenas em uma única via possível de *transição ao socialismo*, ao menos inicialmente. Por isso, conduz, ainda que equivocadamente, a se excluir outras formas e alternativas que pudessem ter existido naquela época para os bolcheviques. Porém, a história não deixa dúvidas de que, ao menos inicialmente, essa foi a concepção que estabeleceu Lenin para viabilizar a *transição* soviética na Rússia. Tomemos como exemplo, o fato de Lenin, ainda na *VII Conferência*, afirmar, numa das resoluções que apresentou ao defender a manutenção do programa mínimo do partido, que “o proletariado da Rússia, que atua em um dos países mais atrasados da Europa, em meio a uma enorme população pequeno-camponesa, não pode se propor como meta imediata a instauração de um regime socialista”. Mas, na mesma resolução Lenin deixa, também, transparecer ao discorrer sobre as primeiras medidas para se marchar ao socialismo, que “o novo regime que surgirá da revolução não pode ser, em nenhuma medida, outra coisa senão um regime de transição, com formas econômicas mistas e até opostas” (Gerratana,1975:31).

Contudo, essas medidas, que fomentavam uma certa colaboração entre o sistema de *capitalismo de Estado* e o sistema socialista nascente, não possuíam o caráter de uma aliança de classes ou de um compromisso de poder. Apesar de privilegiarem-se as relações econômicas baseadas no *capitalismo de Estado* e nas relações de produção capitalista, não se privilegiava o poder político dos capitalistas como classe, que

deveriam permanecer excluídos totalmente de qualquer poder político. Todavia, aos burgueses capitalistas ou aos especialistas burgueses que colaborassem com o regime soviético se pagaria um tributo econômico, porém permaneceriam excluídos do poder, que continuaria sob o domínio da *ditadura do proletariado*. Sobretudo, porque essa proximidade econômica que o *capitalismo de Estado* estabelecia com o *socialismo* não significava que estes dois elementos se convertessem num bloco homogêneo do novo regime de *transição socialista*, na acepção de Gerratana (1975:39).

Da mesma forma, devemos recordar que as discussões travadas entre Lenin e Bukhárin a respeito da adoção da categoria de *capitalismo de Estado* na designação do Estado soviético, que se estenderam de 1917 até 1921, implicavam também diretamente a questão da formulação e da aplicação de uma política econômica para o país. O que, no entanto, acabou adiado devido à eclosão da *guerra civil*, em 1918. Mas, essa política econômica é retomada, em parte, três anos depois por Lenin, por meio da adoção das novas medidas da *NEP*. O que pretendemos aqui é demonstrar que esta, em parte, fora concebida anteriormente como uma política estrategicamente articulada a um processo de *revolução internacional*. Porém, que em 1921, quando da adoção da *NEP* e da publicação do texto *Acerca do imposto em espécie*, esta *revolução internacional* já não se encontrava mais na ordem do dia.

Por isso, apesar de Lenin manter em linhas gerais o seu anterior arcabouço teórico, o atualizou ao período de paz que se iniciava e incluiu novos apontamentos diante do esgotamento do fluxo revolucionário internacional. Dentre seus textos, destacamos *Informe sobre as tarefas imediatas do poder soviético*, apresentado em 29 de abril de 1918, ao *Comitê Executivo Central do Soviét de toda a Rússia*, publicado no *Pravda* e no suplemento 85 do *Izvestia* em 29 de abril, e o artigo *A propósito do*

infantilismo de esquerda e do espírito pequeno-burguês, publicado no *Pravda* em 9,10 e 11 de maio de 1918, como os textos que melhor fundamentam e sintetizam a sua teoria da *transição ao socialismo*.

Neste último, Lenin defende que nas condições do país o caminho da *transição* passava pelo *capitalismo de Estado*. Porém, salientava que o fundamental era conhecer a formação econômico-social russa específica, na qual, conviviam cinco tipos diferentes de modos de produção: economia camponesa patriarcal; pequena propriedade mercantil, ou a maioria dos camponeses que vendem cereais; capitalismo privado; capitalismo de Estado e socialismo. Conquanto, segundo essa concepção de Lenin, “por meio do capitalismo de Estado, com o controle do Estado operário, dever-se-ia lutar contra a pequena produção mercantil, contra a pequena produção patriarcal, estas sim, inimigas do socialismo” (Lenin *apud* Bertelli, 1987:99)

O importante a assinalar é que até este momento, 1918, Lenin já sistematizara sua teoria da *transição*, formulada sobre as condições históricas concretas do país, por isso, após o fim da *guerra civil*, retomou estas suas posições no artigo *Sobre o imposto em espécie*, embora, já não insistisse tanto na interligação com o desenvolvimento de uma *revolução internacional* européia, ao adotar a *NEP*. Todavia, sem esquecer-se de que as medidas econômicas da *NEP* produziriam diversas contradições, pois no conjunto da economia soviética coexistiriam forçosamente dois modos de produção antagônicos, o capitalista e o socialista. Segundo Lenin caberia a estes dois sistemas profundamente contraditórios, em última instância, auxiliar a produzir as condições para o surgimento das novas formas embrionárias de *transição ao socialismo*. Sobretudo, porque para este, a concretização prática dessa primeira etapa de *transição* se

constituiria de uma serie de tentativas, de acertos e de erros, num processo que levaria décadas para se atingir de fato o socialismo.

Entretanto, a difícil e tensa fase econômica e política enfrentada pelos bolcheviques entre os anos de 1918 até 1921, repleta de sublevações camponesas e conflitos com o operariado, conduziu ao estabelecimento de algumas orientações novas ao partido. No aspecto econômico esse *X Congresso do PC(b)R*, depois de estudar, de analisar as propostas apresentadas por delegados proletários e camponeses e de debater detalhadamente a grave situação econômica em que se encontrava o país, concluiu pela necessária substituição do antigo sistema de cotização do *comunismo de guerra* pelo sistema de recolhimento do *imposto em espécie*, como também, instituiu a circulação de mercadorias. Ou seja, por meio da aprovação da maioria dos delegados presentes ao *X Congresso*, a mudança da política econômica proposta por Lenin foi ratificada, deixando o defensivismo do período do *comunismo de guerra* baseado no sistema de cotização e adotou a formulação leniniana da *Nova Política Econômica - NEP*, que passava então, a vigorar como o novo sistema econômico do país e da nova federação de nações soviéticas que se estava erigindo.

Lenin propunha mudar a velha base produtiva herdada do *czarismo* e estabelecia mediações entre a estrutura econômica e a superestrutura ideológico-cultural que iniciava a transformação do país. Sobretudo, porque essa totalidade social em construção só se tornaria *socialista* tendo por pressuposto a elevação do desenvolvimento do processo civilizatório capitalista, até que pudesse a partir dessa base cultural solidificada realizar sua superação. Contudo, ainda restavam desconfianças no partido e por parte de Bukhárin, quando a *NEP* foi reapresentada em 1921. Segundo Lenin revestia-se de suma importância à compreensão da questão do desenvolvimento

econômico que se procedesse à delimitação precisa das estruturas sócio-econômicas que coexistiam entrelaçadas na economia soviética, para que nela se pudesse intervir.

Por isso, em primeiro lugar, havia destacado Lenin o predomínio da economia patriarcal, ou seja, da imensa economia camponesa natural no país. Em segundo destacara a pequena produção mercantil, ou da maioria dos camponeses; em terceiro, realçara o capitalismo privado; em quarto, o *capitalismo de Estado*; e em quinto, apontara a existência da economia estatal socialista. Embora, classifica-se essa última, como setor socialista da economia nacional, pois as empresas estatais eram então, juridicamente propriedades do Estado soviético. Todavia, as classificava assim, não por que tinham desempenho socialista na definição de novas relações sociais de produção ou de distribuição entre os trabalhadores dos produtos ali produzidos, mas apenas por que, de fato, pertenciam ao aparelho de Estado.

Indicando assim, que proceder a análise superficial da economia soviética seria um grave erro, ao qual, o partido não poderia incorrer. Sobretudo, porque mostrava como pano de fundo desse cenário nacional, a importância da necessária manutenção e aprofundamento da aliança política com o campesinato. Em sua análise, predominavam as estruturas sócio-econômicas patriarcal e a produção mercantil camponesa (Bambirra, 1993:83), que impunham outra relação com o campesinato. Implicando, portanto, na adoção de um desenvolvimento econômico que não se chocasse com os interesses dos camponeses. Lenin explicava, que no país dominava o elemento mercantil, pois o camponês não produzia só para subsistência, mas também para vender o excedente no mercado. Por isso, ao situar a luta principal a ser travada entre estruturas sócio-econômicas dizia "é a luta da economia mercantil contra o *capitalismo de Estado* e contra a propriedade socialista" (Gruppi,1979:207). Portanto, será baseado nesta

*formação econômico-social*²⁵ que transcorrerá o processo de desenvolvimento da primeira etapa de *transição*, sob a égide do *capitalismo de Estado*, como forma de governo da *ditadura do proletariado*.

Contudo, o importante é que por meio da *NEP - Nova Política Econômica*, o governo substituíu o sistema de cotização, pelo recolhimento de impostos *em espécie*. Dessa forma, Lenin atendia aos reclamos dessa maioria camponesa da população visando restaurar a convivência pacífica entre as classes sociais. Porém, foi isso que "determinou a nova base econômica da aliança operário-camponesa e a passagem do *comunismo de guerra* a *NEP*" (Katorguine, 1987:124). Nessa concepção, o aspecto fundamental estava na questão da manutenção da aliança com o campesinato e do poder político proletário. Tanto, que se pode dizer, corroborando a opinião de Katorguine, que para Lenin trava-se de realizar profundo ajuste das atividades do governo e da atuação do partido, segundo uma correta avaliação das correlações de classe na URSS e noutros países.

Essa avaliação de Lenin possibilitava aos bolcheviques se adequarem às crises econômicas e políticas que enfrentavam, como ainda aos problemas que surgissem durante a *transição*, mesmo de forma paulatina. Desta forma, os bolcheviques poderiam durante longo período histórico preservar o poder político da *ditadura do proletariado*. Entretanto, a *NEP* instituía além desse retorno do comércio local, uma regulação sobre todo o gerenciamento administrativo da economia; como autorizava o funcionamento de pequenas e médias empresas privadas. A *NEP* instituía, também um banco único que centralizava todos os depósitos, os empréstimos e créditos, como ainda autorizava a abertura de empresas de capital misto e fusões, concessões, arrendamentos e aluguéis de

²⁵ Cf. Sereni, E. *La categoria de formacion economica y social*. Col. R nº 26 México: Roca, 1973, p.9-84.

empresas, trustes, minas, florestas, jazidas de gás e campos petrolíferos a capitalistas privados fossem russos ou estrangeiros.

Todavia a *NEP*, também instituía uma medida fundamental à restauração da lógica perversa do capitalismo e, portanto, nefasta à futura edificação do socialismo, que era o retorno das relações assalariadas tanto no campo como nas cidades. A *NEP* em realidade estabelecia um vigoroso monopólio governamental sobre o comércio, as relações exteriores, os transportes, as comunicações, o sistema de crédito etc. Segundo Bertelli (1999), a *NEP*, pressupunha uma maior abertura da economia local, visando fomentar o comércio entre cidade e campo, tentando suprir a falta de gêneros nas áreas urbanas num primeiro momento. Entretanto, comportava indiretamente uma forma de generalização, que por sua natureza, tenderia a se desenvolver em escala pelo país.

Na avaliação dos conservadores a liberalização capitalista que Lenin adotará por meio da *NEP*, ainda que sob controle do *capitalismo de Estado* e da *ditadura do proletariado*, significava um retrocesso político dos bolcheviques e da *revolução de novembro* de 1917. Essa visão se mostrou um equívoco tático da propaganda burguesa, pois a primeira formulação teórica de Lenin sobre a *NEP* deu-se em meados de 1918, tanto que seus textos do período contêm a maioria das medidas adotadas em março de 1921. Embora, a *NEP* tenha sofrido atualização de Lenin devido aos problemas que emergiram ao fim da *guerra civil*, como também, por causa das modificações técnico-produtivas na base técnica da indústria, devidas à substantiva reorganização do sistema capitalista após a *guerra imperialista*, fomentadas por meio das sucessivas inovações técnico-gerenciais.

Porém, por isso atribuir um caráter reformista à *NEP*, seria ignorar a situação histórica soviética e mundial em meio a qual, à *revolução* buscava se solidificar. No

entanto, o propósito principal de Lenin com a *NEP* era estabelecer um outro tipo de relação econômica, política e cultural com o aliado estratégico do proletariado na execução e consolidação da *revolução*, o campesinato. Por isso, uma das maiores dificuldades para o cumprimento das tarefas construtivas da *transição* enfrentada pelo governo soviético residia na questão agrária. Na economia soviética o grosso da produção da economia rural tinha por base o campesinato. Portanto, qualquer alteração na agricultura afetava o conjunto da população do país, na época constituído por cerca de 140 milhões de habitantes, dos quais mais de 90% eram camponeses.

Para abolir as classes é necessário, antes de tudo, derrotar os latifundiários e os capitalistas. Essa parte de nossa tarefa já foi realizada, mas é apenas uma parte, e além disso não é mais difícil. Para abolir as classes, é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre obreiros industriais e camponeses, e transformá-los todos em trabalhadores. E isso não pode ser feito de repente. É uma tarefa muitíssimo mais difícil e levará necessariamente muito tempo. É um problema que não se pode resolver com a derrocada de uma classe. Só poderá resolver-se mediante a reorganização de toda a economia social, mediante o passo da pequena produção mercantil individual e isolada para a grande produção social. Essa transição será, por força, extraordinariamente lenta. (Lenin *apud* Bambirra, 1993:81).

Para Lenin o *capitalismo de Estado* era, “o capitalismo que temos de organizar dentro de certos limites” (Löwy, 1972:225). Portanto, isso significava, naquela situação de devastação da economia da URSS, um recuo estratégico no avanço ao socialismo, defendido por Lenin, desde a adoção da *NEP*. Portanto, o retorno para uma política econômica capitalista, mas dirigida por um governo do proletariado, visava para ele, primeiramente reconstruir a economia dizimada por duas guerras, a *imperialista* e a

civil. Todavia, é necessário ressaltar que a teórica leniniana de *transição* não se baseava só na implantação de mudanças na infra-estrutura econômica. Ele queria, também, transformar ou, mais precisamente, civilizar a superestrutura dessa sociedade soviética em conformação. Essas modificações, dialeticamente ao serem implantadas na infra-estrutura produtiva, ao mesmo tempo, repercutiam na e sobre a superestrutura cultural-ideológica que as implantava e vice-versa, num imbricamento intrínseco.

Repercutiam, todavia, numa superestrutura, sobre a qual, se assentavam as bases mais profundas do partido e do Estado soviético. Denotando assim, uma *transição* teorizada de forma processual em três ou mais etapas distintas, das quais, a primeira, levaria à reconstrução das relações capitalistas de produção, comércio, concessões e cooperação. Porém, possibilitaria fortalecer a aliança *operário-camponesa*, e manter a hegemonia política sob direção centralizada do *capitalismo de Estado*, por meio do governo da *ditadura do proletariado*. Portanto, a sociedade e o Estado proletário seriam então, conformados a partir da atuação política da superestrutura cultural e ideológica, produzida por meio de relações conflitantes como o *capitalismo de Estado*, na economia, e pela aliança *proletário-camponesa* e a *ditadura do proletariado*, na área da política.

Todavia, estas seriam ações de governo instrumentalizadas sobre as condições que seriam dadas pelas relações de produção capitalista na infra-estrutura, em via de transformação processual ao socialismo. Destacando-se dentre estas, os processos de fusão industrial e de cartelização e trustificação, como também, a intensificação da centralização gerencial, da valorização salarial dos técnicos burgueses, da adoção das novas técnicas *taylorista* e *fordista*, e de relações salariais por meio de pagamento por peças produzidas e por execução de tarefas. E, ainda, por meio da instituição de um

programa de seguridade social, de relações entre os sindicatos que funcionariam como correias de transmissão entre os órgãos de poder estatal, os trabalhadores e os cartéis patronais privados etc.

Esse conjunto coexistiria forçosamente com as medidas socialistas da *ditadura do proletariado*, com a adoção do controle operário da produção, a contabilidade e a centralização bancária e creditícia. Lenin desejava, também, criar as condições, por meio das quais, mediante um longo processo técnico-cultural se poderia elevar o padrão educacional e civilizatório do proletariado e do campesinato, adequando-os assim, às novas exigências desse estágio de socialização requerido pela transitoriedade socialista. Decorrendo assim, a partir da necessária relação de aprimoramento dos graus de desenvolvimento técnico-cultural atingidos na sociedade capitalista nesse processo de sua superação à consolidação do socialismo, pelas massas proletárias e camponesas, quando superam historicamente a divisão social do trabalho manual e intelectual, e se finda então, essa primeira etapa da *transição*.

Somente assim, se poderia na URSS erigir uma superestrutura ideológica e cultural socialista, fortalecida pela infra-estrutura econômica, industrial, militar e culturalmente mais desenvolvida, e iniciar a *transição ao comunismo*. Por isso, quando essa nova superestrutura, engendrada pelas fases processuais anteriores, estivesse concretizada e amadurecida, o Estado proletário iniciaria a *transição definitiva ao comunismo*, cumprindo sua mais importante tarefa, realizar a auto-dissolução do aparelho de Estado na sociedade dos produtores independentes associados, como já apontavam Karl Marx, Friedrich Engels e como aponta István Meszáros. Porém, tudo isso hoje nos parece soar como uma idealização vaga e despropositada, pois quase nada

disso ocorreu historicamente na URSS, cujo caminho escolhido para a sua *transição* foi muito diferente daquele teorizado por Lenin, entre 1918-1921, ao formular a *NEP*.

Entretanto, para Löwy, essa conjuntura de caos econômico que o país vivia, não impediu que as posições políticas fossem aclaradas e algumas delas modificadas. Como o fez Bukhárin, que evolui de suas antigas concepções de *comunista de esquerda* e pode, a partir da aproximação teórica com Lenin, descobrir novas expectativas teóricas, como se nota no artigo *La reorientación de la política económica*, escrito entre junho e julho de 1921.

(...) el socialismo pleno se desarrolle a partir de la NEP, de sus propias leyes económicas. La gran industria estatal se iría convirtiendo em el factor dominante. El capitalismo estatalmente tolerado, las concesiones y el arriendo de fábricas, robustecería también el estado socialista, porque solo una parte de la plusvalía iba a parar a los capitalistas, mientras que el resto desembocaba en el sector socialista de la economía a través de los impuestos y de los derechos de arriendo. Una vez que el estado socialista se hubiera consolidado suficientemente, sometería los pequeños productores a la gran industria y los transformaría paulatinamente em cooperativistas, sin utilizar medios coactivos extraeconómicos, sino mediante el tractor, la luz eléctrica, las máquinas agrícolas. Nuestro capitalismo de estado agonizará con toda paz. (Bukhárin *apud* Löwy, 1973:179).

No entanto, não ocorreu o mesmo com seu ex-amigo de facção, o economista e *comunista de esquerda* Evigne Preobrasjensky, que reforçou suas posições políticas, após Bukhárin ter alterado as suas, ao desenvolver uma tese contrária. Preobrasjensky formulou a teoria da *inevitabilidade da agudização da luta de classes pela NEP*, pois sobre sua base se desenvolveriam simultaneamente relações capitalistas e um processo socialista. Privilegiando assim, o confronto com o campesinato, ao invés de aprofundar a aliança operária-camponesa, anteriormente estabelecida por Lenin.

En el campo, el florecimiento econômico acarrearía una diferenciación: una parte del campesinato se desarrollaría hasta convertirse em ´farmers` a la norteamericana, mientras que el resto se empobrecería y caería bajo la influencia de los ´farmers`. Em la ciudad se constituiría uma nueva burguesia comercial e industrial, vinculada com los ´farmers` a través del comercio el capitalista extranjero atraído mediante concesiones se aliaría com la nueva burguesia. El estado soviético subsistiría como uma isla socialista em médio de esse capitalismo creciente. Tamiém la isla crecería, en parte por sus propios médios em parte por su absorción de parte de los crecientes beneficios burgueses. Las ganancias derivadas del monopolio del comercio exterior, de la emisión de papel-moneda y del comercio estatal serían otros médios más para robustecer el crecimiento de la isla socialista. Aparte de en el terreno de la gran industria, la isla socialista se reforzaría también en el campo mediante la constitución de grandes empresas agrícolas estatales y mediante la roturación de nuevas tierras de cultivo. (Preobrasjensky *apud* Löwy, 1973:179-180).

Nesse cenário econômico conturbado a tese de Preobrasjenky e a liderança carismática de Trotsky tiveram o efeito de servir como fator aglutinador das facções de oposição no partido, reagrupando os *comunistas de esquerda* e a *oposição operária*, num só bloco de oposição contra as políticas da NEP. Bukhárin, que já havia empreendido uma guinada teórica e ideológica à direita, colocando-se politicamente ao lado de Lenin no X Congresso do PC(b)R, não se somou a este bloco oposicionista.

Em torno da figura maiúscula de Trotski foram se agrupando os “comunistas de esquerda” (...) e a “oposição operária”, a fim de contestar os caminhos seguidos pela NEP. O mais notável teórico desse grupo heterogêneo foi Preobrazhenski. Sua argumentação indicava que na Rússia soviética conviviam um setor industrial-socialista, sem uma ponderável acumulação capitalista originária (mas que contava com o poder político), e um setor agrário-capitalista em desenvolvimento. O respaldo para o arranque da industrialização

autosustentada da Rússia poderia vir do exterior, em caso da vitória da revolução socialista em países como a Alemanha ou de investimentos do capital imperialista, o que tiraria o caráter socialista da revolução. Dessa forma, a única possibilidade de fazer avançar a industrialização e a transição socialista seria a expropriação dos recursos gerados no setor agrário-capitalista.(Löwy,1973:179-180)

A publicação da tese da *acumulação socialista primitiva*, defendida por Preobrasjensky, provocou uma profunda reação teórica e política da parte de Bukhárin, talvez até mesmo, fosse uma reação de ordem ético-moral. Bukhárin, segundo Löwy (1973:181), se colocou como objetivo preciso “impedir esse tipo de reação socialista e indicar caminhos e possibilidades para encontrar uma saída suportável das dificuldades postas à edificação de uma economia socialista num país industrialmente pouco desenvolvido”. Para ele parecia absurda a idéia de expropriar os camponeses para subsidiar o desenvolvimento estatal socialista da indústria pesada. Embora, num ponto Preobrasjensky e Bukhárin convergiam em suas concepções econômicas sobre o futuro desenvolvimento da economia soviética, que deveria provir do campo o capital a ser aplicado na restauração econômica em geral e para o crescimento da industrialização socialista estatal. Porém, as formas para essa inversão de capital é que tornavam distintas as suas teorias sobre a industrialização soviética.

Sobretudo, porque Bukhárin tinha profunda consciência das possíveis consequências negativas que implicaria à URSS adotar essa tese defendida por Preobrasjensky, pois geraria a supercentralização e o crescimento descomunal do aparato burocrático estatal, concentrando assim, muito mais poder nas mãos dos burocratas do partido e do Estado, como também, poderia levar o país a uma nova guerra civil, com a intensificação da luta de classes no campo. Esta discussão teve importância acentuada no amadurecimento teórico de Bukhárin e marca a sua definitiva

vinculação ideológica ao grupo de Lenin e a sua adesão às políticas da *NEP*. Porém, este foi um dos períodos mais decisivos já vividos até então pelos dirigentes da jovem *revolução de novembro*.

No entanto, é preciso lembrar que neste mesmo período, entre 1918-1921, se delineia a construção do *Komintern*, como órgão máximo de representação da esquerda mundial, que exerceu muito peso político e forte influência teórica sobre o *PC(b)R*, como também, nos demais partidos comunistas do mundo. Ainda, durante a sua construção, Bukhárin exerceu um papel importante como um de seus organizadores. Sobretudo, após 1921, com a consolidação do *Komintern*, quando passou a exercer um papel teórico de peso internacional preponderante nas formulações e deliberações que dali pretendiam guiar o movimento operário internacional rumo à *revolução mundial*.

Devemos ressaltar que seria impudência e um grave equívoco teórico negar o papel fundamental que as grandes polêmicas travadas no seio do *Komintern* tiveram na elaboração de uma teoria de *transição ao socialismo* de Bukhárin. A sua formulação teórica sobre a *transição* nunca esteve distanciada das análises econômicas conjunturais e estratégias políticas que ali elaborou, seja sobre o cenário da relativa estabilização do capitalismo europeu e mundial ou de outras questões como a revolução chinesa. Ao contrário, ressalta-se a centralidade que assume o *internacionalismo* durante um vasto período em seu pensamento e a importância que teve no seu amadurecimento intelectual e político.

No entanto, é necessário apreender a interligação teórica subjacente no pensamento de Bukhárin, que também havia no de Lenin, que vinculam a *revolução proletária* e a *transição socialista*, particularmente, na URSS, à *revolução mundial*, quando a questão da *construção do socialismo num só país* ainda começava a germinar,

pois isto será um marco constante no pensamento bukhariniano. Portanto, será nesse novo cenário social, político e econômico, com a intensificação do processo de lutas entre as várias facções bolcheviques que Bukhárin deixará de ser um mero co-adjuvante na política soviética e iniciará, de fato, sua ascensão ao poder e defenderá a elaboração, a partir das teses herdadas de Lenin, de uma futura via *de transição ao socialismo* na URSS por meio da *NEP*, que passará a aprofundar após 1921-1922. Todavia, que se dará agora sem a predominância do sistema de *capitalismo de Estado*, porém, isto já constituiria um outro estudo que foge ao contexto deste trabalho.

Considerações finais

O trabalho de desenvolvimento desta pesquisa possibilitou a abertura de novos conhecimentos científicos e metodológicos, como também, gerou muitas expectativas e satisfações. Contudo, o mais importante que dela se revelou, por meio do gradual desvendamento do pensamento de Nikolai Ivanovitch Bukhárin, foi ter nos apontado algumas sugestões críticas e ter aberto caminhos novos para que se possa empreender a atualização das importantes questões teóricas sobre as quais o autor se debruçou em seu contexto histórico. Buscando fugir aos estereótipos pré-fabricados pela historiografia oficial stalinista na URSS e pela historiografia ocidental conservadora, conseguimos enxergar nas reflexões de nosso autor um homem profundamente comprometido com o *internacionalismo*, o *movimento operário* e com os ideais do *marxismo*. E, sobretudo, com a busca de respostas aos problemas concretos e teóricos cruciais que foram postos ao mundo do trabalho pelas condições políticas, sociais, culturais e econômicas impostas pelo sistema capitalista em seu tempo.

Bukhárin jamais fugiu a sua tarefa como intelectual orgânico do proletariado e empenhou-se, tanto em formular conhecimentos e teorias que pudessem responder aos anseios de libertação da classe operária e camponesa mundial, que chegou a transpor as fronteiras da teoria marxiana. Imiscuindo-se pelos campos da sociologia burguesa moderna em busca de inovações teóricas que auxiliassem-no na compreensão da complexa sociedade capitalista, em sua fase imperialista do início do século XX, ele almejava descobrir os meios que permitissem a sua derrocada revolucionária. Assim, não se eximiu de ter cometido, por isso, diversos equívocos políticos, metodológicos e teóricos, mas jamais deixou de acreditar, como Marx, Engels e Lenin, que seria do

legado da cultura humana em seu conjunto que surgiriam as respostas necessárias à libertação da exploração do homem pelo homem, por meio do trabalho.

Em seu primeiro trabalho de fôlego *A economia política do rentista: crítica da economia marginalista*, Bukhárin desenvolveu uma crítica metodológica profunda sobre as teorias econômicas burguesas modernas. Ele conseguiu refutar, baseado em Marx, os métodos das três principais escolas econômicas burguesas européias e desmontar toda a estrutura da teoria que sustentava a economia *marginalista*. Inferindo também o importante papel dos estratos *rentistas* na conformação do *capital financeiro* e as suas implicações sócio-políticas, em detrimento da produção social. Pode-se dizer que sua teoria embasa os principais aspectos que atualmente ainda norteiam as questões da financeirização da riqueza e da hegemonia do poder global imperialista das elites do *capital financeiro*.

Da mesma forma, em uma de suas obras mais conhecidas no Ocidente, *A economia mundial e o imperialismo*, Bukhárin formulou sua original teoria sobre o *imperialismo* capitalista que ajudou a transformá-lo num dos mais importantes teóricos marxistas de seu tempo. Baseado nas mudanças observadas no sistema capitalista, em sua fase monopolista, pôde concluir que o imperialismo se constituía numa categoria que possuía caráter intrínseco de inevitabilidade histórica e numa política necessária do *capital financeiro*, que mantinha as colônias e países periféricos ligados à mesma lógica da exploração, à que estavam submetidos durante o período colonial. Porém, ele provou, também, que o capitalismo imperialista utilizava parte do lucro diferencial resultante da produtividade superior das indústrias e da renda de cartel obtidos com a exploração das colônias e de seus povos, visando fomentar a divisão entre o proletariado europeu. Ao pagar melhores salários a uma parcela de trabalhadores, esta se tornava uma

aristocracia operária privilegiada dentre o moderno proletariado, de cunho *reformista* e *social-patriota* que passava a defender a *guerra imperialista*. Enfraquecendo assim, o movimento operário-sindical e os partidos social-democratas e socialistas da época.

Outro aspecto importante desta sua teoria do *imperialismo* foi a elaboração que fez acerca do papel do *Estado moderno* no capitalismo. Ele inferiu que a partir das transformações ocorridas no mercado interno com a monopolização da economia e da fusão ou desaparecimento das pequenas empresas, a concorrência deu lugar à formação de poderosos cartéis, oligopólios e *trusts* capitalistas. Enquanto, no mercado mundial, a crescente competitividade *inter-imperialista* levou os Estados nacionais a adotarem medidas protecionistas para proteger a sua indústria e mercados nacionais. Mas, o fato central é que Bukhárin descobre o caráter centralizador e intervencionista que o Estado burguês moderno assumiu em sua nova configuração capitalista imperialista.

Para nosso autor, o Estado deixou de ser mero regulador da vida econômica e passou a intervir diretamente nela para defender seus próprios interesses, pois se tornou, ele também, um sócio e parceiro dos grandes cartéis e *trusts* capitalistas. Bukhárin indica, também, que essa conexão e a fusão dela decorrente entre o Estado e os grandes grupos oligopolísticos produziu o surgimento dos gigantescos *trusts capitalistas de Estado*. Nessa perspectiva o Estado, corroborando Marx, passou não só a se materializar num ente intervencionista e regulador do mercado nacional, mas também a defender a verdadeira conformação política e econômica dos interesses da classe dirigente do país, tornando-se o próprio comitê de negócios da burguesia.

Portanto, não foi difícil para Bukhárin, a partir dessa análise, concluir que naquele momento estava ocorrendo na Europa, no Japão e nos Estados Unidos uma redefinição do papel do Estado burguês moderno e uma reorganização dos mercados

internos que extravasava toda a sua competição para o mercado mundial, enquanto se monopolizavam as economias nacionais por meio da fusão dos *trusts* capitalistas em um só e colossal *trust capitalista de Estado*, personificado no próprio Estado. As suas teses sobre o desenvolvimento e a organização da economia capitalista, com base em estudos de Hilferding, e sobre o *capitalismo de Estado*, baseada no modelo *junker-alemão*, demonstravam exatamente isso, que a centralização de todas as atividades econômicas e políticas estavam sendo concentradas nas mãos do aparelho de Estado burguês.

Todavia, a análise bukhariniana da crise monopolista e, conseqüentemente, da guerra *imperialista* entre 1914-1918, embora, padecesse de um padrão harmônico e fechado, mesmo assim foi capaz de intuir no horizonte o advento da *revolução social*, cujas condições materiais objetivas já se conformavam. Obviamente, nesse sistema mundial imbricado e todo integrado em suas partes, o mercado mundial descrito por Bukhárin, a acirrada competição econômica e comercial, o protecionismo estatal e o elevado desenvolvimento técnico atingido pelas forças produtivas, geravam a agudização dos conflitos e a iminente explosão do invólucro do sistema capitalista, como Marx havia assinalado em *O Capital*.

Por antever isso, ele teve condições teóricas de aperceber-se não só de que a conflagração de uma guerra entre os países imperialistas era iminente, mas também de que uma *revolução social* poderia se dar na Rússia *czarista*. Embora, o mais provável fosse que ela acontecesse na Alemanha mais industrializada e com um proletariado melhor organizado e mais atuante politicamente por meio de seus partidos social-democrata e socialista. Foi esse fato que permitiu que Bukhárin, depois, em 1917, apoiasse junto ao partido os planos de Lenin, de uma preparação militar e política, por parte dos bolcheviques e das massas trabalhadoras para se empreender a *revolução*

socialista de novembro visando tomar assim o poder, após a revolução *liberal-burguesa* de fevereiro que destituiu o *czarismo*, na Rússia.

No entanto, um outro fato também importante a ser realçado é que nessa obra Bukhárin começou a inserir um dado novo em suas pesquisas: o descobrimento do papel que assumia nas colônias e países periféricos o campesinato com relação à exploração capitalista imperialista e das lutas por emancipação colonial e independência política nacional. Imbuído de um equívoco teórico que pregava que o desenvolvimento e o progresso civilizacional se dariam por meio da industrialização moderna burguesa, a ortodoxia economicista marxista vulgar via até então na classe camponesa um mero obstáculo à evolução social e a *revolução socialista*.

Porém, isso os levava a entender que a sociedade tinha que seguir etapas em seu desenvolvimento, uma sendo mecanicamente superada após a outra, até chegar à modernidade industrial capitalista. Por isso, nessa concepção a revolução social numa sociedade pré-capitalista ou feudal somente poderia ocorrer por meio de uma revolução de caráter burguês, que realizasse as tarefas progressistas com a passagem para um sistema social de produção econômica capitalista e sepultasse o atraso milenar dessa sociedade. Não sendo, portanto, possível assim se conceber uma revolução social que prescindisse desse esquematismo e que atribuísse ao campesinato qualquer papel protagonístico nela, pois este caberia apenas ao proletariado fabril moderno. Foi com essa visão equivocada acerca da revolução que exatamente Bukhárin teve de se defrontar e tentar encontrar uma saída teórica que não arranhasse o arcabouço teórico marxiano.

A solução que ele apresentou foi a sua interessante teoria das relações entre a *Cidade- Mundo e o Campo-Mundo*, na qual, a cidade simboliza os países desenvolvidos imperialistas e o campo a periferia do planeta, composta pela colônias e países pobres

do terceiro mundo. Bukhárin se dá conta de que no mundo de seu tempo só existe uma pequena parte industrializada e desenvolvida, enquanto a maior parte é constituída por massas camponesas que ainda vivem da agricultura e em sociedades de economia pré-capitalistas ou com fortes traços arcaicos da feudalidade. Nessas sociedades onde ainda imperavam a tradição, os milenares costumes e a mera sobrevivência econômica individual ou familiar o capitalismo não havia se desenvolvido e os camponeses detinham a maior força política, embora nem sempre soubessem disso.

É, sobretudo, na predominância do papel político que atribui ao campesinato, se conscientizado para tal, que Bukhárin percebe a necessidade de uma colaboração mais próxima entre o proletariado mundial e as massas das colônias e países pobres. O *internacionalismo* para ele seria nesse momento esse caminho que aproximaria a social-democracia das massas camponesas e as ajudaria a se libertarem do jugo imperialista colonial. Mas, mesmo assim, sua visão ainda não está muito clara sobre a importância destas forças para a revolução mundial, ele as entende apenas como forças auxiliares e não lhes admite também um papel protagonístico na *revolução*.

Porém, esta sua teoria será posteriormente aprimorada por ele, pois nesse momento ainda distorce a sua análise a visão que herdou de Rosa Luxemburgo por meio de Karl Radek sobre a *autodeterminação nacional* na fase imperialista, dificultando sua elaboração sobre o papel destinado à classe camponesa na *revolução socialista*. Desta forma, podemos deduzir que a elaboração sem aprofundamento dessa sua teoria o levou, também, a apoiar as *requisições forçadas* durante o período do *comunismo de guerra* na Rússia soviética, a partir de 1918. Assim como a incorrer entre 1918-1920 numa teorização sobre a *transição direta ao socialismo* que concebia os camponeses como meros fornecedores de produtos agrícolas e primários às cidades e populações

urbanas, cujo caráter constituía uma forma opressora de exploração e dominação de classe, pois a classe camponesa no interior desta relação, encontrava-se sujeitada administrativa e militarmente à *ditadura do proletariado*.

Além disso, esta *transição direta ao socialismo* se constituiu num dos maiores equívocos teóricos proposto por Bukhárin, pois a nacionalização da economia, a divisão das terras, a centralização de toda a produção e a distribuição de produtos à população não bastam para caracterizar a existência de uma sociedade socialista ou comunista. Sobretudo, porque o seu erro foi não perceber que não existiam as condições concretas e objetivas nos planos social, cultural e econômico para um salto qualitativo tão grande num país isolado, arruinado economicamente e em meio a uma *guerra civil*. Não é apenas a vontade política capaz de determinar essa *transição*. O socialismo pressupõe a divisão igualitária de bens e propriedades numa sociedade em que existam riquezas, aliada a alta capacidade produtiva e tecnológica, mas não numa sociedade agrária feudal sem desenvolvimento e arruinada economicamente.

Porém, não incorramos no mesmo erro mecanicista vulgar, acreditando que não possa ocorrer revolução numa sociedade pré-capitalista, pode. Mas, trata-se de ter consciência de que esta terá um desenvolvimento compatível com suas condições econômicas e culturais. Por isso, demorará mais tempo para atingir o socialismo que uma sociedade já industrializada e culta, se o conseguir, pois sem elevada capacidade tecnológica e produtiva a produção de riquezas também será muito pequena, podendo se constituir num obstáculo no médio prazo à consolidação da revolução. Especialmente, se a revolução se der num país isolado e cercado militarmente pelo imperialismo capitalista burguês, como foram os casos da URSS, da China e do Vietnã, para citar algumas, pois a *transição ao socialismo* só pode materializar-se no plano mundial.

Contudo, sua teoria das relações *Cidade-Mundial e Campo-Mundial*, depois da *revolução de novembro* na Rússia, passou a ter uma outra perspectiva sobre a atuação do campesinato, pois este constituía a maioria da população e teve papel fundamental para o sucesso da revolução urbana por meio da revolução espontânea que promoveu no campo. Esta revolução no campo, talvez possa explicar, em parte, o porquê da pequena resistência militar liberal burguesa encontrada nas cidades quando da tomada do poder pelo partido bolchevique. Além disso, a sua teoria, agregada a percepção da necessidade da reconstrução do país e ao refluxo do movimento revolucionário internacional, pode ser utilizada ainda para explicar também a radical transformação e conversão de Bukhárin, que passou de *comunista de esquerda* em 1918, à ala *direita* do partido como apoiador e defensor das medidas da *NEP - Nova Política Econômica* de Lenin, em 1921.

Porém, continuava colocada na ordem do dia a necessidade dessa construção *socialista*, pela qual Bukhárin se empenhou no partido ao lado de Lenin e das massas revolucionárias na URSS. Por isso, as suas obras, o *Programa dos Bolcheviques* e o *Tratado de materialismo histórico*, foram elaboradas no calor da luta, ainda no período do *comunismo de guerra*, para a conscientização e a formação teórica dos militantes e das massas soviéticas. Em sua obra o *Tratado* Bukhárin desenvolve uma de suas teorias mais polêmicas, a do *equilíbrio*. Entretanto, ao defender que toda sociedade necessita de uma certa condição de *equilíbrio social* para existir e se desenvolver, ele quase anulou completamente a questão dos saltos revolucionários dialéticos, a revolução, proposta pela teoria marxiana. Gerando assim, certa incompreensão, pois faltou clareza em suas definições, já que ele não nega os saltos qualitativos, apenas não explica coerentemente como eles se darão.

Para Bukhárin, após a revolução socialista, a sociedade precisa reencontrar um certo estado de equilíbrio e normalização para que possa voltar a se desenvolver normalmente, sem as turbulências políticas e as destruições das forças produtivas que são inerentes a um período revolucionário. Ele chamou de lei dos *custos da revolução* estes danos às forças produtivas, julgando que em grande medida a sua ocorrência não seria necessária, pois danificava o parque industrial do país e atrasava assim o desenvolvimento da própria revolução que precisava se consolidar. Mas, quanto a questão do *equilíbrio* ele foi acusado de buscar um tipo de reorganização do sistema que lembrava as teses de Hilferding, sobre a organização do capitalismo, por isso foi taxado de direitista, posteriormente. Porém, sua análise não está equivocada, no geral, pois toda sociedade necessita de um certo tipo de equilíbrio para se desenvolver de forma normal, afinal, a *revolução* é apenas um momento transitório da vida dessa sociedade. Podemos inferir daí seu interesse em consolidar o equilíbrio do sistema econômico, pois a sociedade soviética precisava, urgente, reconstruir sua economia devastada pelas guerras. A questão fundamental da teoria do *equilíbrio* é que Bukhárin coloca, uma parte da solução do problema no meio ambiente, fora da sociedade, portanto, um dos impulsos que produzirá o salto qualitativo é externo.

Desta forma Bukhárin dá, assim, a impressão de que a revolução não mais ocorrerá a partir da sociedade, mas de um fato externo a ela. Embora, isso caracterize uma incompreensão de sua teoria, pois ele não afirma de maneira textual isto, nem nega que do seio da sociedade possa surgir transformações, apenas não explica de forma clara a questão. Cujas soluções, todavia, estão nessa relação causal entre os impulsos de desequilíbrio exterior e interior, é daí que surgirão as novas contradições nos dois níveis e levarão as novas situações revolucionárias ou saltos qualitativos. Talvez Bukhárin não

quisesse deixar isso claro, pode-se supor, pois analisava a revolução socialista soviética e como intelectual orgânico da classe operária, não desejasse falar de uma possível substituição revolucionária de uma sociedade que a *revolução socialista*, no seu entender, estava ainda construindo no país. Contudo, o fato grave de Bukhárin incorrer num erro metodológico no *Tratado* ao não utilizar a dialética e o materialismo histórico e permitir certa intrusão mecanicista e positivista, contudo, não invalida no plano geral os seus esforços. Ao menos ele teve a coragem teórica de tentar produzir um *manual* explicativo sobre o marxismo respondendo, assim, a uma necessidade histórica imposta pela realidade das duras lutas travadas no país, naquele momento, em que a teoria marxista mais se fazia necessária, no período de consolidação ideológica da *revolução* junto às massas durante a *guerra civil*.

Entretanto, a problematização a qual nos propomos a buscar responder neste trabalho resulta, em certa medida, esclarecida, pois concluímos que foi por intermédio de sua formação teórica enquanto *comunista de esquerda*, consolidada, sobretudo no período de seu exílio europeu, que Bukhárin formulou suas mais importantes teorias, sobre o *imperialismo capitalista*, o *capitalismo de Estado*, a relação entre *Cidade-Mundial e Campo-Mundial*, do *equilíbrio* e da *transição direta ao socialismo*. Portanto, o acompanhamento de sua formação teórica entre 1906 e 1921 nos possibilitou apreender e compreender como se deu, também, a conformação de sua concepção ideológica e de suas ações políticas ao longo do período pré e pós-revolucionário, na Rússia.

Por certo, nem todas as questões secundárias, inicialmente, propostas neste trabalho foram suficientemente respondidas ou esgotadas, como a questão da influência de Rosa Luxemburgo em seu pensamento teórico; e nem todas as suas hipóteses

puderam ser devidamente confirmadas, como a sua concepção sobre as questões do *internacionalismo* e do campesinato, mas, a grosso modo, ao menos a principal questão a que nos propomos desenvolver, que era a análise por meio de suas obras, da influência de sua formação como *comunista de esquerda* na elaboração de sua teoria da *transição direta ao socialismo*, creio ter sido humildemente demonstrado. Embora, isso não esgote, de forma alguma, todas as suas possibilidades e conexões, mas resulte apenas num mero aprofundamento, a ser legado às gerações do devir que saberão melhor desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo.

Desta forma, só podemos concluir que a atualização do legado teórico bukhariniano é uma das tarefas que está, invariavelmente, posta às novas gerações que nela certamente encontrarão subsídios imprescindíveis, não apenas à compreensão do mundo atual, mas para apreender os caminhos tendenciais de sua superação. A obra teórica de Bukhárin é a prova cabal de que o pensamento único dominante não poderá varrer da história a grandeza da utopia, em nome da qual milhões de pessoas lutaram e morreram como ele, tentando construir um novo processo de sociabilidade civilizacional para a espécie humana, o *socialismo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Max. *La concepción del Estado en el marxismo*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.

_____. *El socialismo y los intelectuales*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital. A nova degradação do trabalho na era da globalização*. Práxis: Londrina, 1999.

ARICÓ, José. *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. IIª ed. Madri /México: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

_____. VI Congresso de la Internacional Comunista. *Tesis, manifiestos y resoluciones*. Parte I. México: Cadernos Passado y Presente, 1977; e Parte II: *Informes y discusiones*, 1978.

BENEDETTO. Donatella. *Americanismo e corporativismo em Gramsci*. In: Revista Novos Rumos. Ano 16, nº35. São Paulo: IPSO-IAP/Ed. Novos Rumos, 2001, p.11-19.

BERTELLI, A.R. *A singularidade do austromarxismo*. In: Revista Novos Rumos. Ano 14, nº 30. São Paulo: IPSO-IAP/Ed. Novos rumos, 1999, encarte.

_____. et ali. *Bernstein-Debate: Cem Anos -1899-1999*. In: Revista Novos Rumos. Ano 15, nº 32. São Paulo: IPSO-IAP/Ed. Novos Rumos, 2000, encarte.

_____. (Org.) *A nova política econômica: Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo:Global, 1987.

_____. *Bukhárin: teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lênin, 1917-1927*. São Paulo: IPSO, 1999.

BOITO JR., Armando. et ali. *A obra teórica de Marx*. São Paulo: Xamã, 2000.

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique*. Madri: Editorial Auyso, 1973.
- BUKHÁRIN, N. *Teoria económica del período de transición*. Córdoba: Pasado y Presente, 1974.
- _____. *La economía política del rentista: crítica da economía marginalista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1974.
- _____. *Le programme des communistes*. Ed. des Jeunesses Socialistes Romandes, s/d.
- _____. *Le socialisme dans un seul pays*. Paris: Union Générale D' Éditions, 1974.
- _____. *L'imperialisme et l'accumulation du capital*. Paris: EDI, 1977.
- _____. *Le vie della rivoluzione:1925-1936*. Roma: Riuniti, 1980.
- _____. *Tratado de materialismo histórico*. Trad. Edgard Carone. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- _____. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____ e Preobrazhenski, Evigne. *ABC do comunismo*. Coimbra: Centelha, 1975.
- _____ e _____. *ABC do comunismo*. Trad. Aristides Lobo. Rio de Janeiro: Ed. Melso, s/d.
- _____. GORENDER, J.(Org.) *História*. Col. G. Cientistas Sociais. São Paulo:Ática, 1988.
- CARR, E.H. *História de la Rúsia soviética*. v.II. Madri: Alianza Editorial, 1977.
- _____. *La revolución bolchevique*. vol. XIV. Madri: Alianza Editorial, s/d.
- CHAKHNAZÁROV, G. & KRASSINE, Iú. *Fundamentos do marxismo-leninismo*. Moscou: Progreso, 1985.
- DEL ROIO, M. *O Império universal e seus antípodas. A ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

_____. A crise do movimento operário. In: FREITAS, M.C. (org.), *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez/USF, 1996.

_____. *Estado e democracia no marxismo*. In: Revista Novos Rumos. Ano 13, nº 27. São Paulo: IAP-IPSO/Ed. Novos Rumos, 1998, p.21-29.

DEUTSCHER, I. *Trotsky - o profeta desarmado:1921-1929*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1968.

DIMITROV, G. *A unidade operária contra o fascismo*. Belo Horizonte: Global, 1978.

ENGEL, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FOA, Lisa. Bukhárin entre a teoria do colapso e a estabilização. In: BERTELLI, A.R. *Bukhárin: teórico marxista*. Belo Horizonte, 1989, p.173-186.

GALLISSOT, René. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: Elmar Altvater et al. *História do marxismo; o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.199-201.

GERRATANA, Valentino. Estado socialista e capitalismo de Estado. In: BERTELLI, A. R. (Org.) *A nova política econômica (NEP). Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987, p.11-60.

GODELIER, M. *Sobre el modo de producción asiático*. IIª ed. Barcelona: Roca, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1966.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1968.

_____. Notas críticas sobre uma tentativa de ensaio popular de sociologia. In: BERTELLI, A.R. *Bukhárin: teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p.83-128.

- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HAJEK, Milos. *Storia dell'Internazionale Comunista*. Roma: Riuniti, 1975.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.
- HAUPT, G. e Marie, J.J. *Los bolcheviques*. México: Era, 1972.
- HEITMAN, Sidney. *Nikolai I. Bukharin: bibliography*. Stanford: Hoover Institution, 1968.
- HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero*. Madrid: Techos, 1973.
- HOBBSBAWM, E.J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Trad. Marina L. T.V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Introdução de Giuliano Procacci. Milão; Feltrinelli, 1959.
- K. KAUTSKY e o marxismo (Org.). A.R.Bertelli. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- KATORGUINE, I.I. *Experiências históricas do PCUS na aplicação da nova política econômica: 1821-1925*. Moscou: Progresso, 1977.
- KOLAKOWSKI, L. *Austromarxistas, kantianos no movimento marxista, socialismo ético*. In: Revista Novos Rumos. Ano 13, nº 28. São Paulo: IPSO-IAP/Novos Rumos, 1998, encarte.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LAPIDUS, I. & OSTRAVITIANOV, K. *Princípios de economia política*. Belo Horizonte: Global, s/d.
- LENIN V.I. *A tarefa principal de nossos dias*. Moscou: Priboi, 1918.

- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.
- _____. *Obras escogidas*. 3 vol. Moscou: Progreso, 1966.
- _____. *Obras escogidas em doce tomos*. Moscú: Progreso, 1975. 12v.
- _____. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2000.
- _____. *1905 - Jornadas revolucionárias*. Contagem: História, 1980.
- _____. *Problema Agrário*. II vol. Belo Horizonte: Global, 1979.
- _____. *Opere*. Roma: Editori Riuniti, 1954-1970.
- _____. *Obras Completas*. Moscou: Progreso, 1986. vol. 36
- _____. *Obras Completas*. Tomo XXIII. Madri: Akal, 1977.
- _____. *Sistema científico de estruja rel sudor*. In: *Obras Completas*, T. 23, 18-19. Moscú: Progreso, 1984.
- _____. *El Taylorismo es la esclavizacion Del Hombre por la maquina*. In: *Obras Completas*, T. 24, 390-392. Moscú: Progreso, 1984A.
- _____. (Org.). FERNANDES, F. *Coleção G. Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1981.
- LIEBMANN, M. *História da revolução russa*. III vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s/d.
- LINHART, Robert. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- LOJKINE, Jean. *Qual revolução hoje*. In: *Revista Novos Rumos*. Ano 13, nº 28. São Paulo: IPSO-IAP/Novos Rumos, 1998, p.42-51.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974.
- _____. *Lukács sobre Lenin: 1924-1970*. Bracelona: Grijalbo, 1974.
- _____. *Tecnologia e relações sociais*. In: BERTELLI, A. R. *Bukhárin: teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p.41-52.
- LUXEMBURG, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

- _____. *Reforma social e revolução. In: Scritti politici.* Roma: Riuniti, 1974.
- _____. *A revolução russa.* Trad. Isabel M. Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe.* 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARTORANO, L. C. *A Burocracia e os Desafios da Transição Socialista,* São Paulo, Xamã: Anita Garibaldi, 2002.
- MARRAMAO, Giacomo. *O político e as transformações.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *O capital.* Livro Primeiro, t.I, vol.I, cap.I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O capital.* Livro Primeiro. vol.II, t.II, vol.I. cap.XIII a XXV. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- _____. & ENGEL, F. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- _____. & Engels, F. *História.* 3ªed. (Org.) Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1989.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Lênin e a teoria do Estado revolucionário. In: Revista Novos Rumos,* ano 2, nº I. São Paulo: IAP/Novos Rumos, 1987, p.155-187.
- MEDVEDEV, Roy. *Os últimos anos de Bukhárin.* Rio de Janeiro: Brasileira, 1980.
- MÉSZÁROS, István. *A incompatibilidade do capital e sua globalização. In: Revista Novos Rumos.* Ano 14, nº 31. São Paulo: IPSO-IAP/Novos Rumos, 1999, p. 4-9.
- MIRANDA, Orlando (Org.). *Trotsky.* Col. Grandes C. Sociais. São Paulo: Ática, 1982.
- NATOLI, Aldo. *Revolución política y la revolución social en Lenin In: La crise del capitalismo en los anos 20.* Córdoba: Pasado y Presente, nº 85, 1981.
- NETTO, José Paulo. *Lênin, o Estado e a revolução.* São Paulo: Global, 1987.

NETTL, J. P. *Rosa Luxemburg*. México: Era, 1974.

PINSKY, Jaime.(Org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PREOBRAJENSKI, E. *A nova teoria econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PROCACCI, Giuliano. *A grande polêmica*. vols. I e II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s/d.

_____et all. *El gran debate (1924-1926) - II. El socialismo en un solo país*. Cuadernos Pasado y Presente nº 36, Ediciones P y P: Cordoba, Argentina, 1972, p.189.

RODRIGUES, M. e De Fiore, O. *Lênin: capitalismo de Estado e burocracia*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ROSDOLSKY, Roman. *A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx*. In: Revista Novos Rumos. Ano 16, nº 35. São Paulo: IPSO-IAP/Novos Rumos, 2001, encarte.

ROY, Medvedev. *Os últimos anos de Bukhárin*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SADER, E. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____.(Org.). MAO T-SÉ TUNG. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática,1982.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SÈVE, Lucien. *A questão do comunismo*. In: Revista Novos Rumos. Ano 16, nº 35. São Paulo: IPSO-IAP/Novos Rumos, 2001, p.04-10.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. Letras, 1996.

STÁLIN, J. *O marxismo e o problema nacional e colonial*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

SWEEZY, Paul M. et ali. *Teoria del proceso de transición*. Córdoba: P. y Presente, 1973.

TELÒ, Mario. Bukhárin: economia e política na construção do socialismo. In: HOBSBAWN, Eric J. (Org.). *História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo*. Vol. VII. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção pensamento crítico: v.61).

_____. Análise do capitalismo e teoria da revolução em Bukhárin, dirigente da Kominter. In: BERTELLI, A.R. *Bukhárin marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 139-172.

TONET, Ivo. *As tarefas dos intelectuais, hoje*. In: Revista Novos Rumos. Ano 13, nº 29. São Paulo: IPSO-IAP/Novos Rumos, 1999, p.28-37.

TRAPEZNIKOV, S. *El leninismo y el problema agrario campesino*. t.I,II. Moscou: Progreso, 1979.

TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.

_____. *A revolução permanente*. São Paulo: Humanas, 1979.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro mundo. Conceito e história*. São Paulo: Ática, 1994.

WALICKI, Andrzej. *Populismo y marxismo en Rusia*. Barcelona: Ed. Estela, 1969.

YAMAMOTO, Oswaldo H. *Marx e o método*. São Paulo: Edições Moraes, 1994.